

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2016

Volume 10 | Número 3



Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2016
Volume 10 | Número 3



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 10	n. 3	jul.	2016	p. 1-131
---------------------------------------------	----------	-------	------	------	------	----------

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (e-mail: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém (e-mail: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza (e-mail: ce.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Recife (e-mail: pe.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador (e-mail: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte (e-mail: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte (e-mail: mg.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro (e-mail: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (e-mail: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba (e-mail: pr.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre (e-mail: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1042

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 10, n. 3.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Comun/Dipiv/Coivi
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565
Fax: (61) 3414-1898
E-mail: editor@bcb.gov.br

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
Departamento de Atendimento Institucional (Deati)
Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <http://www.bcb.gov.br?FALECONOSCO>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	17
Bahia _____	24
Ceará _____	30
Pernambuco _____	36
Região Centro-Oeste	41
Região Sudeste	49
Minas Gerais _____	55
Rio de Janeiro _____	62
São Paulo _____	68
Região Sul	75
Paraná _____	82
Rio Grande do Sul _____	89
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	97
Boxes	
Economia Paranaense _____	103
Comércio externo do agronegócio – Brasil e Regiões _____	113
Recuperação das Exportações de Produtos Industriais: uma análise nacional e regional _____	121
Apêndice	125

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A economia brasileira manteve-se, no primeiro semestre de 2016, na trajetória recessiva iniciada em 2014, processo associado em grande parte à crise de confiança dos agentes econômicos e aos impactos do ajuste macroeconômico em curso no país, com reflexos que abrangem os setores monetário, externo e fiscal.

Ressalte-se que, nos meses mais recentes, os impactos negativos desse cenário sobre os gastos com investimentos e consumo apresentaram relativa acomodação, evidenciada na evolução dos principais indicadores econômicos. No mesmo sentido, o desempenho dos índices de confiança de consumidores e empresários, registaram recuperação importante no trimestre encerrado em maio – disseminada nas cinco regiões geográficas do país – que sugerem perspectivas mais favoráveis para a economia do país nos próximos trimestres.

A trajetória das economias regionais repercute, além do cenário mencionado, as especificidades das respectivas cadeias produtivas. No Norte, a evolução da atividade econômica no trimestre encerrado em maio foi favorecida pela reação da indústria, que cresceu 4,6% em relação ao trimestre terminado em fevereiro, impulsionada pelos aumentos na produção de bebidas, no Polo Industrial de Manaus, e na extração de minério de ferro, no Pará. Nesse contexto, o Índice de Atividade Econômica Regional – Norte (IBCR-N) aumentou 1,1%, em relação ao trimestre findo em fevereiro, quando declinara 1,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

As economias dos três principais estados do Nordeste – consideradas estimativas para os respectivos Produto Interno Bruto (PIB) – registaram desempenho negativo no primeiro trimestre do ano. Dados mais recentes, no entanto, indicaram arrefecimento do processo de retração atividade no trimestre finalizado em maio, quando o Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste (IBCR-NE) recuou 0,4%, em relação ao encerrado ao trimestre terminado

em fevereiro, período em que havia recuado 1,4%, no mesmo tipo de comparação. Destacou-se, no trimestre, o aumento de 2,9% na produção industrial, impulsionada por expansões nas atividades produtos alimentícios e bebidas, e consistente com as melhoras nos indicadores de confiança dos empresários.

O desempenho da economia do Centro-Oeste repercutiu, no trimestre encerrado em maio, os impactos negativos do encerramento da colheita da soja e da quebra da safra de milho, em virtude da estiagem durante a safra de inverno. A safra de grãos do Centro-Oeste deverá recuar 11,2% no ano, impactando importante fonte de renda da região. O comércio registrou, igualmente, comportamento desfavorável no trimestre, evidenciado em reduções acentuadas nas vendas do varejo e do comércio ampliado, e no corte de postos de trabalho observado no segmento. Nesse contexto, o Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste (IBCR-CO) retraiu 1,2% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando crescera 0,1%, na mesma base de comparação.

A trajetória de retração da atividade econômica do Sudeste apresentou sinais de acomodação no trimestre encerrado em maio, apesar do ambiente de distensão do mercado de trabalho, contração da renda e acomodação das operações de crédito. Nesse contexto, em que a persistência de resultados negativos no comércio e no setor de serviços se contrapôs a sinais de recuperação da indústria em São Paulo e em Minas Gerais, o Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste (IBCR-SE) cresceu 0,4% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando recuara 2,0%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

A evolução recente dos principais indicadores econômicos do Sul também sinaliza acomodação do processo de retração da atividade regional. Nesse cenário, os níveis de confiança dos agentes econômicos apresentaram reação no trimestre encerrado em maio, as vendas varejistas registraram retração mais moderada e a produção da indústria, relativa estabilidade. O Índice de Atividade Econômica Regional – Sul (IBCR-S), favorecido pela apropriação das safras de verão, em especial de soja, cresceu 1,6% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 0,5% nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados
2002 = 100

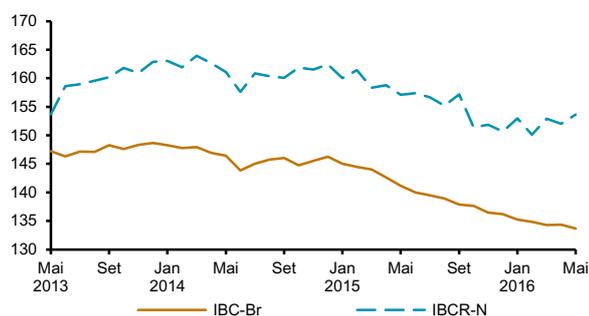
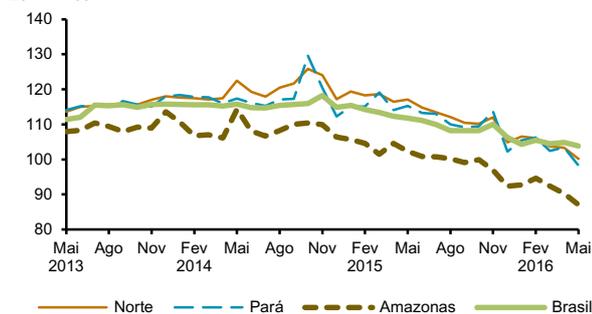


Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

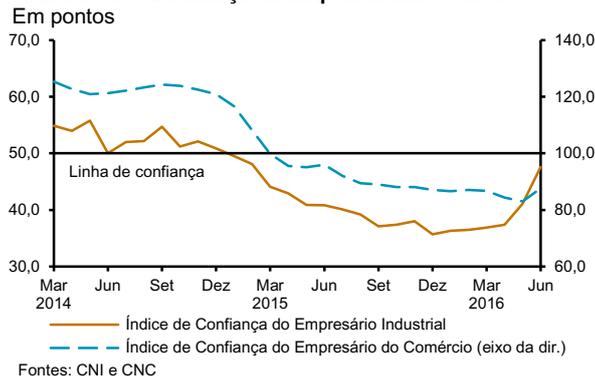
A economia no Norte, em ambiente de recuperação da confiança dos empresários e de expansão da atividade industrial, apresentou sinais de recuperação no trimestre encerrado em maio de 2016. Nesse contexto, o IBCR-N aumentou 1,1% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando havia diminuído 1,8%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,7% em maio (-3,5% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado na região contraíram 4,2% no trimestre encerrado maio, em comparação ao terminado em fevereiro, quando recuaram 2,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com a série dessazonalizada da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Ressaltem-se as retrações em Rondônia (7,5%) e Tocantins (6,8%). Excluídas as vendas de veículos, peças e motocicletas, e de materiais de construção, o comércio varejista da região recuou 3,3% no período (-4,5% no trimestre finalizado em fevereiro).

A análise em doze meses indica que as vendas do comércio ampliado diminuiriam 12,4% em maio (-10,2% em fevereiro), décimo primeiro recuo consecutivo nessa base de comparação (Amapá, -19,4%; Tocantins, -17,7%; Acre, -14,1%). As vendas do comércio varejista diminuiriam, na ordem, 9,4% e 6,7% nos mesmos períodos.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na região, indicador para as vendas de veículos, recuaram 8,3% no trimestre encerrado em junho, em relação ao terminado em março, quando retraíram 2,6%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. Esses emplacamentos diminuiriam 30,7% no intervalo de doze meses encerrado em junho, em relação a igual intervalo de 2015, enquanto os relativos a ônibus e caminhões recuaram 42,6%.

Gráfico 1.3 – Confiança do empresariado – Norte



O índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF) do Norte, indicador antecedente das vendas do comércio, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), atingiu 70,2 pontos no segundo trimestre de 2016 (87,4 pontos no primeiro trimestre e 102 pontos em igual período de 2015). Houve recuos nos sete componentes do indicador, sobretudo nas avaliações do nível de consumo atual e do acesso ao crédito.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) do Norte situou-se em 87,6 pontos em junho (86,7 pontos em março de 2016 e 96 pontos em junho de 2015), segundo o CNC. A melhora no trimestre repercutiu variações respectivas de 7,2 p.p., -0,5 p.p. e -4,1 p.p. nos componentes que avaliam as expectativas de venda, as intenções de investimentos e as condições atuais.

Tabela 1.1 – Volume de serviços – Norte

UF	Índice geral				Var. %
	2015		2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 Meses	
Região Norte	-4,0	-1,7	-2,2	-5,5	
Acre	-5,4	-3,8	3,8	-5,3	
Amapá	-11,8	-5,3	-1,9	-15,4	
Amazonas	-9,8	-4,5	-2,8	-13,1	
Pará	-0,5	-0,9	-2,3	-2,0	
Rondônia	5,3	2,4	1,9	7,0	
Roraima	-0,9	1,7	-3,4	4,9	
Tocantins	-0,1	0,1	1,9	1,0	

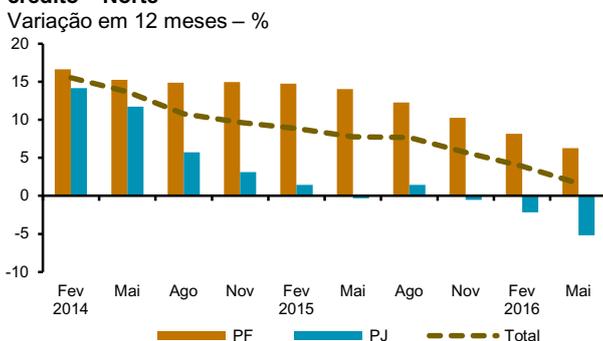
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o trimestre anterior

O volume de serviços diminuiu 2,2% no trimestre finalizado em maio (Roraima, -3,4%; Amazonas, -2,8%), em relação ao terminado em fevereiro, de acordo com a série dessazonalizada da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 5,5% em maio (Amapá, -15,4%; Amazonas, -13,1%), ante 4,4% em fevereiro.

O mercado de crédito no Norte segue em desaceleração. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil somou R\$116,3 bilhões em maio, variando -1,1% no trimestre e 1,6% em doze meses. Os empréstimos realizados com recursos direcionados atingiram R\$48,7 bilhões, variando -1,0% e 4,5%, respectivamente, e os realizados com recursos livres, R\$67,6 bilhões, diminuindo 1,2% no trimestre e 0,4% em doze meses.

Gráfico 1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$72,5 bilhões em maio, aumentando 1,0% no trimestre - com destaque para as modalidades crédito pessoal não consignado, cartão de crédito financiado e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - e 6,3% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$43,8 bilhões, contraindo 4,4% no trimestre e 5,2% em doze meses. A retração trimestral refletiu, sobretudo, a redução nas contratações dos segmentos indústria de transformação, comércio e indústria extrativa.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito situou-se em 5,23% em maio, variando 0,45 p.p. no trimestre e 1,27 p.p. em doze meses. A elevação trimestral repercutiu aumentos respectivos de 1,06 p.p. e 0,08 p.p. nos

Tabela 1.2 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-22,5	-12,4	-35,6	-49,0	-22,2
Extrativa mineral	-0,5	-0,2	0,0	0,3	-0,0
Indústria de transformação	-8,7	-7,5	-8,1	-12,3	-4,8
Comércio	-4,4	-2,2	-0,1	-9,3	-8,3
Serviços	-0,5	0,3	-5,8	-9,1	-3,5
Construção civil	-7,4	-3,6	-20,2	-16,0	-4,7
Agropecuária	-0,9	0,6	-1,1	-2,5	-0,8
Outros ^{2/}	-0,1	0,1	-0,1	-0,0	-0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outros.

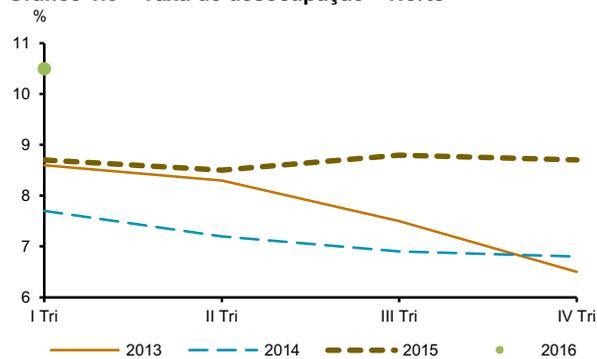
Tabela 1.3 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

UF	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Região Norte	-22,5	-12,4	-35,6	-49,0	-22,2
Acre	-0,2	1,2	-1,6	-1,8	-1,0
Amapá	-1,7	-0,9	-0,0	-2,0	-1,4
Amazonas	-10,3	-8,2	-8,6	-16,0	-6,6
Pará	-6,8	-0,4	-17,8	-20,9	-10,3
Rondônia	-2,4	-3,1	-6,1	-5,6	-2,1
Roraima	-0,6	-0,1	0,2	-0,6	0,1
Tocantins	-0,5	-0,8	-1,6	-2,1	-1,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Gráfico 1.5 – Taxa de desocupação – Norte

Fonte: IBGE

segmentos de pessoas jurídicas e pessoas físicas, nos quais a taxa atingiu, na ordem, 5,68% e 4,96%.

Os desembolsos do BNDES para o Norte totalizaram R\$2,3 bilhões no primeiro semestre de 2016 (R\$6,8 bilhões no mesmo período de 2015), dos quais R\$1,3 bilhão direcionados ao Pará e R\$394 milhões à Rondônia. Do total desembolsado no período, 39,6% foram destinados às micro, pequenas e médias empresas.

O mercado de trabalho da região registrou a eliminação de 22,2 mil empregos formais no trimestre finalizado em maio (-22,5 mil no mesmo período de 2015), de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Caged/MTPS). Destacaram-se os cortes no comércio (8,3 mil), na indústria de transformação (4,8 mil) e na construção civil (4,7 mil). O nível de emprego formal recuou 1,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados (Amazonas, -2,5%; Amapá, -1,6%; e Rondônia, -1,5%).

A taxa de desemprego atingiu 10,5% no Norte, no trimestre finalizado em março (8,7% em igual período de 2015), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Destacaram-se as elevações no Amapá (de 4,7 p.p, para 14,3%) e no Amazonas (de 3,3 p.p, para 12,7%). O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas e a massa salarial real da região recuaram 7,3% e 6,1%, respectivamente, no período.

Relativamente aos resultados fiscais, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte apresentaram *superavit* primário de R\$1,2 bilhão no primeiro trimestre do ano, ante R\$1,3 bilhão no mesmo período em 2015, com destaque para a redução de R\$168 milhões no *superavit* dos governos estaduais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$368 milhões e o *superavit* nominal, R\$810 milhões (R\$316 milhões e *superavit* nominal de R\$995 milhões, respectivamente, em igual período de 2015).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte somou R\$15,0 bilhões em março de 2016, reduzindo-se 6,0% em relação a dezembro de 2015 e representando 2,0% do endividamento de todos os estados, capitais e principais municípios do país.

Tabela 1.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2015	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	15 920	-1178	368	- 810	- 143	14 967
Governos estaduais	16 217	- 714	385	- 329	-214	15 674
Capitais	913	-296	-1	-297	71	687
Demais municípios	-1 209	-168	-17	-185	0	-1 394

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015			Maio de 2016		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AC	3 225	-260	12	3 470	107	373
AM	5 462	211	621	4 747	171	564
AP	1067	490	594	796	120	232
PA	1323	-8	242	800	-137	105
RO	2 977	-113	159	3 277	27	309
RR	53	-35	8	76	209	253
TO	1814	-31	109	1526	-86	63
Total (A)	15 920	254	1 745	14 692	412	1 900
Brasil^{4/} (B)	793 064	-11 900	85 611	742 497	1 552	99 286
(A/B) (%)	2,0	-2,1	2,0	2,0	26,5	1,9

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 1.6 – Produção agrícola – Norte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2015	2016	
Grãos ^{3/}	38,2	7 720	6 344	-17,8
Soja	25,4	4 256	3 868	-9,1
Milho	6,2	2 368	1 755	-25,9
Arroz (em casca)	4,7	979	616	-37,1
Outras lavouras				
Mandioca	26,2	7 600	8 427	10,9
Banana	7,0	1 044	979	-6,3
Cana-de-açúcar	3,6	2 742	4 406	60,7
Abacaxi	3,6	536	575	7,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

Considerado dados consolidados, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte registraram *deficit* de R\$412 milhões no intervalo de doze meses terminado em maio (*deficit* de R\$254 milhões em igual período em 2015). Os juros nominais somaram R\$1,5 bilhão e o *deficit* nominal, R\$1,9 bilhão. O endividamento líquido das três esferas somou R\$14,7 bilhões em maio, com participação de 2,0% na dívida dos estados, capitais e principais municípios do país.

A receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na região atingiu R\$10,3 bilhões nos cinco primeiros meses de 2016, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe), recuando 9,4%, em termos reais, comparativamente a igual período de 2015 (deflacionado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI). As transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$12,2 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com redução real de 11,6% no período.

As projeções para o setor agrícola indicam que a safra de grãos da região deverá totalizar 6,3 milhões de toneladas em 2016, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho do IBGE. A redução anual de 17,8% reflete estimativas de recuos para as colheitas de arroz (37,1%), principalmente no Tocantins, e de milho (25,9%), em Rondônia e Tocantins. Dentre as demais culturas, estão projetados aumentos para as produções de cana-de-açúcar (60,7%), mandioca (10,9%) e abacaxi (7,3%), e recuo de 6,3% para a de banana.

O valor bruto da produção (VBP) dos principais produtos agrícolas da região, utilizando o IGP-DI como deflator, deverá apresentar recuo real de 2,3% em 2016, de acordo com estimativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Estão previstas reduções no VBP real do arroz (39,6%), milho (11,0%) e soja (9,7%), e aumentos nos relativos a banana (9,9%) e mandioca (7,5%).

Os abatimentos de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) aumentaram 5,8% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2015, de acordo com o Mapa, destacando-se as variações em Rondônia (12,2%) e no Tocantins (-10,2%). As exportações de carnes desossadas de bovinos congeladas cresceram 5,4% e as de bovinos vivos

Gráfico 1.6 – Produção industrial – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

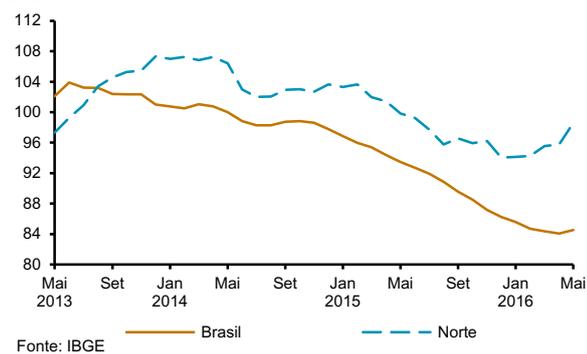


Tabela 1.7 – Produção industrial – Amazonas
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos1/	Variação % no período		
		2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-12,5	11,2	-17,5
Indústrias extrativas	7,7	-0,8	-0,9	-1,0
Indústrias de transformação	92,3	-7,0	4,7	-18,4
Informát., eletrôn. e ópticos	30,5	-20,5	5,6	-30,9
Bebidas	23,8	-11,7	27,7	-2,4
Outros equip. transporte	19,8	-4,4	-11,2	-23,5
Produtos de metal	4,6	0,0	3,1	-7,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.8 – Produção industrial – Pará
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos1/	Variação % no período		
		2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	4,0	0,5	4,7
Indústrias extrativas	80,6	3,5	3,8	7,7
Indústrias de transformação	19,4	-1,3	-0,9	-7,0
Metalurgia	6,8	0,3	0,2	2,3
Produtos alimentícios	5,3	0,6	0,7	-5,5
Prod. miner. não-metálicos	3,0	0,4	-1,8	-12,9
Produtos de madeira	2,7	-4,0	-16,1	-34,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

recuaram 53,2% no primeiro semestre de 2016, em relação a igual período do ano anterior, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as últimas impactadas, em parte, pela interdição do Porto de Vila do Conde no Pará, desde outubro de 2015.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 3,6% em 2016, de acordo com o Mapa. Estão projetadas diminuições para o VBP de leite (9,0%) e bovinos (3,4%).

A produção industrial do Norte cresceu 4,6% no trimestre finalizado em maio, ante retração de 2,1% no terminado em fevereiro, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A indústria de transformação expandiu 3,7%, com ênfase no aumento de 27,7% na produção de bebidas, no Polo Industrial de Manaus, e a indústria extrativa, 3,4%, condicionada pelo desempenho positivo da extração de minério de ferro, no Pará.

Considerados intervalos de doze meses, a indústria da região variou -5,5% em maio (-6,5% em fevereiro). A indústria de transformação retraiu 16,4%, evolução consistente com o menor dinamismo das indústrias de televisores, DVD, *home theater* integrado e receptor-decodificador de sinais de vídeo, e de motocicletas e suas peças, no Amazonas; e a produção da indústria extrativa aumentou 7,1%, favorecida pela extração de minérios de ferro.

O faturamento nominal das vendas industriais amazonenses diminuiu 19,0% no período de doze meses finalizado em maio (-19,1% no terminado em fevereiro), de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) no estado atingiu 71,0% em maio (71,5% em fevereiro e 80,1% em maio de 2015).

A evolução recente da confiança do empresário industrial sugere continuidade da retomada do setor. Nesse sentido, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), embora permanecesse na área que denota de falta de confiança, aumentou 10,7 pontos, para 47,6 pontos, no trimestre encerrado em junho (40,8 pontos em junho de 2015).

O indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para a região totalizou 51,1

Tabela 1.9 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte			Brasil
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	6 758	6 063	-10,3	-4,3
Básicos	4 611	4 310	-6,5	-6,3
Industrializados	2 147	1 753	-18,3	-2,5
Semimanufaturados	817	625	-23,4	0,1
Manufaturados1/	1 330	1 128	-15,2	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.10 – Importação por grandes categorias

econômicas - FOB

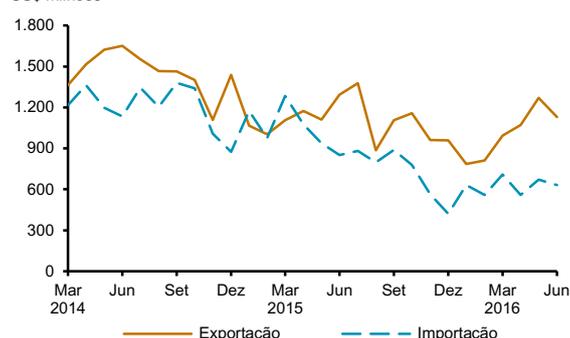
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte			Brasil
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	6 301	3 760	-40,3	-27,7
Bens de capital	616	543	-11,9	-18,6
Bens Intermediários	5 338	2 988	-44,0	-25,6
Bens de consumo	240	189	-21,5	-26,4
Duráveis	52	25	-52,9	-47,6
Automóveis de passageiros	5	0	-	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	188	164	-12,8	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	107	41	-61,4	-48,0
Petróleo	47	0	-	-47,0
Demais	101	41	-59,3	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 1.7 – Balança comercial – Norte

US\$ milhões



Fonte: MDIC/Aliceweb

pontos em junho (46,4 pontos em março e 51,2 pontos em junho de 2015), situando-se na área de otimismo após nove meses consecutivos de expectativas de queda da demanda. O indicador de estoques atingiu 49,0 pontos em maio (50,2 pontos em fevereiro e 49,3 em maio de 2015), sugerindo nível de estoques abaixo do planejado.

O *superavit* da balança comercial do Norte atingiu US\$2,3 bilhões no primeiro semestre de 2016, ante US\$457 milhões em igual período de 2015, segundo o MDIC. As exportações somaram US\$6,1 bilhões e as importações, US\$3,8 bilhões, com retrações respectivas de 10,3% e 40,3%, no período.

A trajetória das vendas externas repercutiu variações de -12,7% nos preços e de 2,8% no *quantum*. Houve recuos nas exportações em todas as categorias de fator agregado: semimanufaturados, 23,4% (alumínio não ligado em forma bruta, -24,5%); manufaturados, 15,2% (alumina calcinada, -9,2%); e básicos, 6,5% (soja, -16,4%). Os embarques para a China, Japão, Holanda, Canadá e Alemanha representaram, em conjunto, 46,8% do total exportado pela região no primeiro semestre de 2016, assinalando-se a redução de 29,8% nas exportações de minérios de cobre, para a Alemanha, e o aumento de 20% nas relativas a minérios de ferro, para a China.

O desempenho das importações, refletindo recuos de 10,4% nos preços e de 33,4% no *quantum*, repercutiu contrações nas compras em todas as grandes categorias econômicas: combustíveis e lubrificantes, 61,4% (hulha betuminosa, -38,6%); bens de consumo duráveis, 52,9% (artefatos de joalheria de prata, -20,2%); bens intermediários, 44,0% (outras partes para aparelhos de radiodifusão, -58,3%); bens de consumo não-duráveis, 12,8% (outras obras de plásticos, -32,3%); e bens de capital, 11,9% (retificadores de cristal, -44,7%). As importações originárias da China, EUA, Coreia do Sul, Taiwan e Japão representaram, em conjunto, 64,1% das aquisições do Norte no primeiro semestre de 2016, ressaltando-se os recuos nas compras de outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão provenientes da China (60,7%) e da Coreia do Sul (77,6%).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB) variou 2,03% no segundo trimestre de 2016, ante 2,72% no primeiro trimestre, evolução decorrente de desaceleração dos preços livres, de 3,66% para 2,19%, e aceleração dos monitorados, de -0,60% para 1,46% (produtos farmacêuticos, 10,40%; ônibus intermunicipal, 8,45%; plano de saúde, 3,21%).

Tabela 1.11 – IPCA – Belém

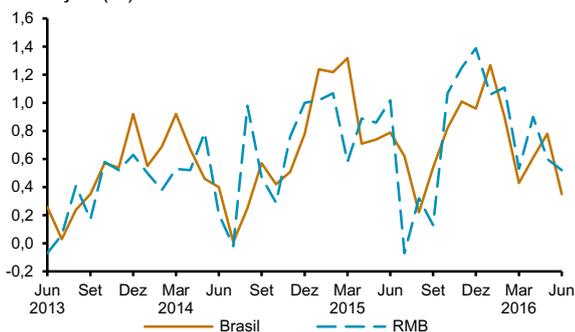
Discriminação	Variação %					
	Pesos ^{1/}	2015		2016		
		Ano	I Tri	II Tri	Ano	
IPCA	100,0	9,95	2,72	2,03	4,81	
Livres	78,8	8,29	3,66	2,19	5,93	
Comercializáveis	44,1	7,63	3,15	2,04	5,25	
Não comercializáveis	34,7	9,12	4,32	2,41	6,83	
Monitorados	21,2	16,22	-0,60	1,46	0,85	
Principais itens						
Alimentação	35,8	11,10	6,11	2,64	8,91	
Habitação	12,4	14,34	-1,44	0,22	-1,22	
Artigos de residência	5,1	5,29	2,35	0,29	2,65	
Vestuário	8,2	6,11	0,71	1,21	1,93	
Transportes	12,2	9,31	-0,02	1,37	1,35	
Saúde	10,4	9,38	2,14	4,86	7,11	
Despesas pessoais	8,2	11,61	1,94	2,29	4,28	
Educação	4,6	6,88	7,21	0,18	7,41	
Comunicação	3,1	3,08	-2,09	3,24	1,08	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2016.

Gráfico 1.8 – IPCA – Norte

Variação (%)



Fonte: IBGE

A trajetória dos preços livres repercutiu desacelerações dos preços dos bens não comercializáveis, de 4,32% para 2,41% (feijão carioca, 55,14%; feijão preto, 10,74%; pescados, -10,50%) e dos comercializáveis, de 3,15% para 2,04% (leites e derivados, 7,94%; sal e condimentos, 6,62%; artigos de papelaria, -5,68%). O índice de difusão atingiu 54,1% no segundo trimestre de 2016 (63,1% no anterior).

Considerados intervalos de doze meses, a variação do IPCA da RMB atingiu 9,16% em junho, ante 9,98% em março, redução decorrente de desacelerações dos preços monitorados, de 9,40% para 6,21% (gás de botijão, 20,87%; taxa de água e esgoto, 20,17%; energia elétrica residencial, -6,55%), e dos preços livres, de 10,13% para 9,98%. Nesse segmento, houve recuos nas variações dos preços dos itens não comercializáveis, de 10,40% para 10,24% (feijão carioca, 113,09%; farinha de mandioca, 45,93%; passagem aérea, -25,76%), e comercializáveis, de 9,90% para 9,79% (açúcares e derivados, 45,67%; sal e condimentos, 29,66%; CD e DVD, -8,54%).

A atividade econômica do Norte, após registrar resultados negativos em sequência durante quatro trimestres, registrou crescimento no trimestre encerrado em maio, conforme sinaliza o IBCR-N. Essa reversão, em cenário de aumento da confiança dos agentes econômicos, repercutiu desempenhos favoráveis das indústrias extrativa e de transformação, em especial no segmento de bebidas, no Polo Industrial de Manaus. Os setores comércio e de serviços mantiveram-se em trajetória de retração, impactados, em boa parte, pela distensão do mercado de trabalho e pelas condições mais restritivas no mercado de crédito. A consolidação da retomada da atividade na região nos próximos trimestres permanece condicionada pelo processo de ajuste macroeconômico no país, pela continuidade da melhora no cenário internacional e pela menor influência de eventos não econômicos.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100

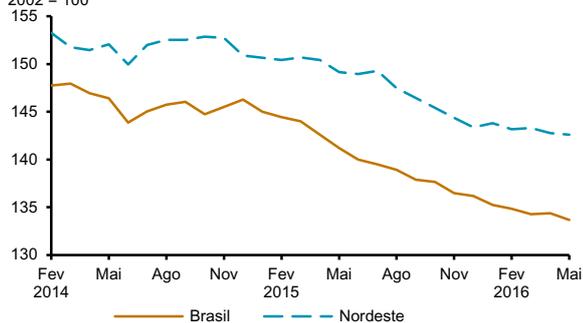


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados
2011 = 100

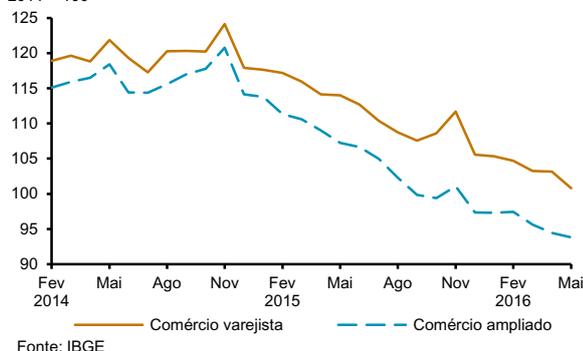


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-3,7	-2,7	-9,3
Combustíveis e lubrificantes	-4,4	-1,3	-11,3
Híper e supermercados	-2,7	-3,1	-7,3
Móveis e eletrodomésticos	-7,9	-5,2	-18,3
Equip. e mat. para esc., inf. e comunicação	-12,4	4,4	-24,2
Comércio ampliado	-2,7	-2,8	-12,6
Automóveis e motocicletas	-3,6	-3,5	-19,6
Material de construção	-1,7	-5,8	-13,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Nordeste, que havia sido impactada, em 2015, pela trajetória desfavorável dos indicadores de confiança e pelos efeitos do ajuste macroeconômico em curso no país, voltou a registrar desempenho negativo no primeiro trimestre do ano, conforme indicam as retrações, na margem, do PIB da Bahia (1,2%), do Ceará (5,5%) e de Pernambuco (2,4%), estimadas pelos institutos de pesquisa de cada estado.

Indicadores divulgados mais recentemente mostram que a atividade econômica na região seguiu em retração no trimestre encerrado em maio, ainda que em ritmo mais moderado, sensibilizada pelo desempenho negativo do comércio e do setor de serviços. Nesse cenário, o IBCR-NE recuou 0,4% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando havia diminuído 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. O indicador diminuiu 3,9% no período de doze meses encerrado em maio (-3,0% no terminado em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado no Nordeste contraíram 2,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 2,7%, nesse tipo de comparação, segundo estatísticas dessazonalizadas da PMC, do IBGE. Houve diminuições nas vendas em nove dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, -21,1%; material de construção, -5,8%). Excluídas as variações nas vendas de veículos (-3,5%) e de material de construção, o comércio varejista contraiu 2,7% no período (-3,7% no trimestre encerrado em fevereiro).

Em doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 12,6% em maio, ante recuo de 10,9% em fevereiro (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -24,2%, e veículos, motocicletas, partes e peças, -19,6%). As vendas do comércio varejista retraíram, na ordem, 9,3% e 7,8% nas mesmas bases de comparação.

Tabela 2.2 – Volume de serviços – Nordeste

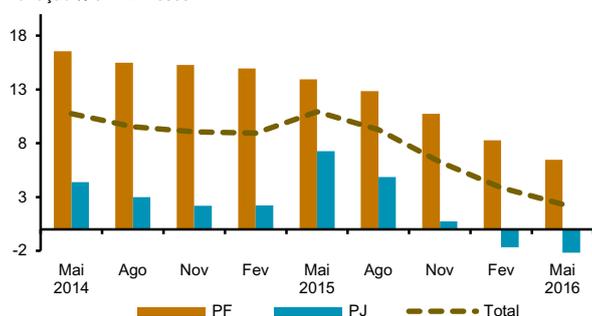
Segmentos	Variação %		
	2016		12 meses
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	
Total	-8,0	-7,6	-7,5
Serviços prestados às famílias	-4,9	-3,9	-4,2
Serviços de informação e comunicação	-4,9	-6,4	-6,4
Serviços profissionais e administrativos	-16,8	-8,7	-13,2
Transportes e correio	-5,4	-8,9	-5,7
Outros serviços	-7,0	-10,4	-8,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na região, indicador de vendas do setor, recuaram 25,4% no trimestre finalizado em junho, em relação a igual período do ano anterior, de acordo a Fenabreve. O indicador retraiu 29,8% no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2015.

O volume do setor de serviços não financeiros no Nordeste diminuiu 1,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 2,9%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O indicador recuou 7,5% em relação a igual período de 2015 (serviços profissionais, administrativos e complementares, -13,2%; outros serviços, -8,8%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil na região totalizou R\$400,9 bilhões em maio, variando -0,3% no trimestre e 2,3% em doze meses. As operações realizadas com recursos livres atingiram R\$215 bilhões, com retrações respectivas de 0,5% e de 0,6%, nas mesmas bases de comparação, e as realizadas com recursos direcionados, R\$185,9 bilhões, registrando estabilidade no trimestre e expansão de 5,9% em doze meses.

A carteira de pessoas jurídicas, concentrada em créditos para a indústria de transformação e para o comércio, atingiu R\$165,4 bilhões em maio, recuando 2,0% no trimestre e 3,0% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$235,5 bilhões, com aumentos respectivos de 0,9% e de 6,5%, nas mesmas bases de comparação, destacando-se as modalidades crédito consignado e financiamento de veículos.

A inadimplência dessas operações de crédito situou-se em 4,6% no trimestre encerrado em maio, aumentando 0,23 p.p. no trimestre e 0,82 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu elevações respectivas de 0,04 p.p. e 0,48 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 4,9% e 4,1%.

Os desembolsos do BNDES para o Nordeste totalizaram R\$5,7 bilhões no primeiro semestre do ano (14,2% do total nacional), reduzindo-se 39,7% em relação ao período equivalente de 2015. Os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas somaram R\$1,5 bilhão, recuando 36,1% no período. Considerados intervalos de doze meses, os desembolsos do BNDES para a região diminuíram 22,1% em junho, em relação a igual período de 2015.

Tabela 2.3 – Evolução do emprego formal – Nordeste

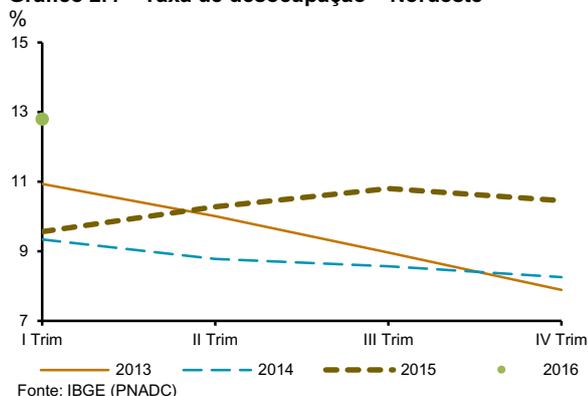
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-98,4	-42,9	-7,5	-159,8	-92,4
Indústria de transformação	-53,8	-0,7	23,7	-57,5	-29,0
Serviços industriais de util. pública	1,4	-0,1	-1,3	-2,5	-2,3
Construção civil	-26,1	-19,8	-22,7	-30,0	-22,2
Comércio	-5,6	-13,8	8,6	-26,4	-23,3
Serviços	-7,9	-21,1	-16,5	-22,7	-13,4
Agropecuária	-6,6	13,1	3,4	-21,0	-2,4
Outros ^{2/}	0,2	-0,4	-2,8	0,3	0,3

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.4 – Taxa de desocupação – Nordeste

Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 2.4 – Necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-7 621	-3 489	1 121	1 344
Governos estaduais	-4 788	-1 895	1 127	1 385
Capitais	- 472	- 824	19	19
Demais municípios	-2 362	- 770	- 25	- 60

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Os indicadores de confiança na região, contrastando com a tendência observada em âmbito nacional, não apresentaram recuperação. Nesse sentido, a ICF – pesquisa realizada pela CNC – atingiu 80,6 pontos no segundo trimestre de 2016, ante 89,2 pontos no primeiro, situando-se na área de insatisfação (abaixo de 100 pontos). Ressalte-se que, dos sete componentes do indicador, apenas os relativos ao emprego (108,6 pontos) e à perspectiva profissional (103,9 pontos) mantiveram-se acima da zona de indiferença.

O Icec, calculado pela CNC, atingiu 84,0 pontos no segundo trimestre de 2016 (85,6 pontos no primeiro). O indicador encontra-se em área que aponta falta de confiança (abaixo de 100 pontos) pelo quinto trimestre consecutivo, especialmente devido à avaliação das condições atuais da economia brasileira, em particular do comércio.

O mercado de trabalho do Nordeste, refletindo a moderação da atividade econômica na região, registrou a eliminação de 92,4mil postos de trabalho no trimestre finalizado em maio de 2016 (-98,4 mil em igual período do ano anterior), de acordo com o Caged/MTPS. Houve cortes em todas as atividades pesquisadas, à exceção da administração pública, ressaltando-se os registrados na indústria de transformação (29 mil) e no comércio (23,3 mil). O nível de emprego formal diminuiu 1,0% no período (-1,1% no trimestre encerrado em fevereiro), considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região situou-se em 12,8% no trimestre encerrado em março, ante 9,6% em igual período de 2015, de acordo com a PNAD Contínua, do IBGE. Houve retrações de 3,7% na população ocupada e de 0,1% na População Economicamente Ativa (PEA). O rendimento real médio habitual recuou 4,2% e a massa salarial, 6,8%, no trimestre.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$3,5 bilhões no primeiro trimestre de 2016. O recuo de 54,2% em relação a igual período de 2015 repercutiu reduções nos *superavits* dos governos estaduais (60,4%) e dos demais municípios (67,4%), e aumento de 74,8% no das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,3 bilhão no trimestre e o resultado nominal, *superavit* de R\$2,1 bilhões (R\$1,1 bilhão e R\$6,5 bilhões, respectivamente, em igual período de 2015). Houve reduções nos *superavits* nominais dos governos estaduais (86,1%) e

Tabela 2.5 – Dívida líquida – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2014	2015	2016
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	20 726	23 375	22 852
Renegociação ^{2/}	20 053	21 237	20 805
Dívida externa	20 917	31 112	28 376
Outras dívidas junto à União	240	32	50
Dívida reestruturada	924	1 329	1 211
Disponibilidades líquidas	-15 841	-14 699	-16 389
Total (A)	47 019	62 386	56 905
Brasil^{3/} (B)	655 704	793 064	731 056
(A/B) (%)	7,2	7,9	7,8

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2015	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	62 386	-3 489	1 344	-2 146	-3 335	56 905
Governos estaduais	64 223	-1 895	1 385	-510	-2 469	61 244
Capitais	1 078	-824	19	-806	-895	-622
Demais municípios	-2 915	-770	-60	-830	29	-3 716

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015			Maio de 2016		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	9 453	-419	886	7 301	-354	963
BA	15 945	-1 771	-425	16 296	1 104	2 401
CE	8 000	498	1 075	7 618	1 496	2 074
MA	5 287	587	1 001	4 868	756	1 177
PB	3 492	148	386	2 829	215	463
PE	12 504	-659	475	11 386	-25	1 055
PI	2 487	89	245	2 455	701	862
RN	1 226	538	615	653	453	534
SE	3 992	419	678	3 751	819	1 085
Total (A)	62 386	-568	4 937	57 157	5 164	10 614
Brasil^{4/} (B)	793 064	-11 900	85 611	741 833	891	98 622
(A/B) (%)	7,9	4,8	5,8	7,7	579,7	10,8

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

dos principais municípios (65,2%), e elevação de 78,1% no das capitais.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste somou R\$56,9 bilhões em março de 2016 (7,8% da dívida dessas entidades no país), recuando 8,8% em relação a dezembro de 2015. As dívidas junto à União responderam por 38,8% do total, seguindo-se as participações da dívida bancária, 40,2%; da dívida externa, 49,9%; e da posição credora em disponibilidades líquidas, 28,8%.

Considerados dados consolidados, o *deficit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$5,2 bilhões no intervalo de doze meses encerrado em maio de 2016 (*superavit* de R\$568 milhões em 2015). Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$5,5 bilhões e o *deficit* nominal, R\$10,6 bilhões, no período (R\$5,5 bilhões e R\$4,9 bilhões, na ordem, em 2015). O endividamento líquido dos três segmentos somou R\$57,2 bilhões em maio (reco de 8,4% em relação a dezembro de 2015), representando 7,7% da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país (7,9% em dezembro de 2015).

A receita de ICMS no Nordeste totalizou R\$69,6 bilhões no período de doze meses finalizado em maio de 2016, segundo a Cotepe, do MF, com recuo real de 5,7% em relação a igual intervalo de 2015, considerado o IGP-DI como deflator. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R\$73,5 bilhões no período, conforme a STN, recuando 6,7%, em termos reais, na mesma base de comparação.

No setor agrícola, a adversidade climática impactou significativamente a safra de grãos da região, que deverá totalizar 11,7 milhões de toneladas em 2016 (6,1% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A estimativa de redução anual de 29,2%, significativamente superior à registrada no país (8,4%), foi condicionada por projeções de recuos nas produções de soja (39,1%), impactada pela forte estiagem que ocorreu nos três estados produtores da região, milho (8,8%) e feijão (2,1%), lavouras que representaram, em conjunto, 90,6% da produção anual de grãos do Nordeste em 2015. Em relação às demais culturas, estão projetados acréscimos anuais para as safras de mandioca (2,9%) e de banana (1,4%), e diminuição de 4,0% para a de cana-de-açúcar.

Tabela 2.8 – Produção agrícola – Nordeste

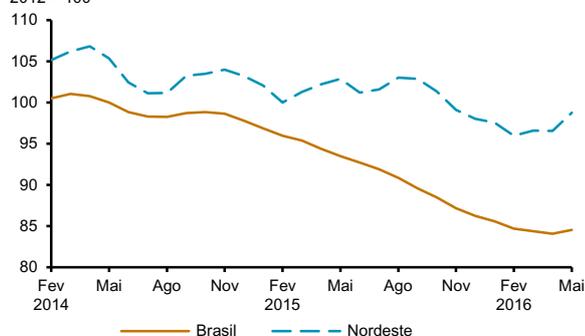
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas			Var. % 2016/2015
		Produção ^{2/}			
		2015	2016		
Produção de grãos		16 600	11 747	-29,2	
Soja	18,9	8 380	5 101	-39,1	
Caroço de algodão (herbáceo)	10,0	816	638	-21,8	
Milho	8,6	5 992	5 462	-8,8	
Feijão	3,1	661	647	-2,1	
Outras lavouras selecionadas					
Cana-de-açúcar	16,7	67 226	64 564	-4,0	
Mandioca	6,0	5 302	5 454	2,9	
Banana	5,5	2 209	2 239	1,4	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Gráfico 2.5 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

Fonte: IBGE

Tabela 2.9 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		12 meses
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	
Indústria geral	100,0	-3,2	2,9	-2,3
Indústrias extrativas	9,0	-1,1	-4,0	-6,5
Indústrias de transformação	91,0	-2,5	2,4	-1,9
Produtos alimentícios	16,2	-17,0	7,3	-9,2
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-3,7	0,6	13,1
Outros produtos químicos	9,9	-0,4	1,6	-3,1
Artefatos couro e calçados	6,9	2,4	1,5	-9,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção industrial do Nordeste aumentou 2,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando decresceu 3,2%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Sobressaíram as expansões nas atividades produtos alimentícios, 7,3%, e bebidas, 4,4%.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial da região contraiu 2,3% em maio (-2,1% em fevereiro), com retrações de 6,5% na indústria extrativa e de 1,9% na de transformação (artigos do vestuário e acessórios, -18,4%; produtos têxteis, -15,0%).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Nordeste, divulgado pela CNI, atingiu 47,1 pontos em junho (39,4 pontos em março e 42,7 pontos em junho de 2015), evidenciando, apesar de permanecer na zona indicativa de pessimismo (abaixo de 50 pontos), recuperação da confiança do empresariado. A evolução do indicador, que refletiu elevações nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas, sugere perspectivas favoráveis para a indústria da região nos próximos trimestres.

No mesmo sentido, o indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste atingiu 52,9 pontos em junho, situando-se pelo segundo mês seguido na zona de otimismo. O indicador de estoques, evidenciando patamar inferior ao considerado adequado, totalizou 48,2 pontos em maio.

A balança comercial do Nordeste foi deficitária em US\$3,1 bilhões no primeiro semestre de 2016 (*deficit* de US\$5,9 bilhões em igual período de 2015), de acordo com estatísticas do MDIC. As importações atingiram US\$9,2 bilhões e as exportações, US\$6,1 bilhões, recuando 26,4% e 7,7%, respectivamente, no período.

A evolução das exportações resultou de variações de -19,1% nos preços e de 14,1% no *quantum*. Houve recuos nas vendas em todas as categorias de fator agregado: produtos semimanufaturados, 8,6% (açúcar de cana em bruto, -32,5%; celulose, -13,9%); básicos, 15,7% (soja mesmo triturada, -31,8%); manufaturados, -2,1% (óxidos e hidróxidos de alumínio, -22,9%). Os embarques da região para a China, principal destino das vendas nordestinas, diminuíram 15,3 p.p. no período e representaram, em conjunto com os destinados aos EUA, Argentina, Holanda e Canadá, 57,5% do total exportado pelo Nordeste no primeiro semestre de 2016. Destacaram-se as reduções nas vendas de soja mesmo triturada, para a China e Espanha; de óleos combustíveis

Tabela 2.10 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	6 626	6 118	-7,7	-4,3
Básicos	1 667	1 406	-15,7	-6,3
Industrializados	4 959	4 712	-5,0	-2,5
Semimanufaturados	2 197	2 008	-8,6	0,1
Manufaturados ^{1/}	2 763	2 703	-2,1	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.11 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	12 548	9 232	-26,4	-27,7
Bens de capital	1 223	2 165	76,9	-18,6
Bens Intermediários	5 580	4 228	-24,2	-25,6
Bens de consumo	1 104	679	-38,5	-26,4
Duráveis	555	279	-49,8	-47,6
Automóveis de passageiros	443	237	-46,5	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	548	400	-27,1	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	4 640	2 161	-53,4	-48,0
Petróleo	122	126	2,9	-47,0
Demais	4 518	2 036	-54,9	-48,4
Bens não especificados	0	0	...	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.12 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2015	2016		12 meses
		Ano	I Tri	II Tri	
IPCA	100,0	10,29	2,86	1,95	9,00
Livres	78,2	9,23	3,29	1,46	9,05
Comercializáveis	39,2	8,12	3,33	1,40	9,69
Não comercializáveis	39,0	10,37	3,25	1,53	8,42
Monitorados	21,8	14,24	1,31	3,75	8,79
Principais itens					
Alimentação	30,1	13,42	5,77	1,85	13,50
Habitação	14,0	12,42	0,10	3,75	6,69
Artigos de residência	4,5	5,19	1,70	1,68	7,05
Vestuário	6,8	3,22	0,48	1,84	5,08
Transportes	16,7	10,72	1,68	-0,29	5,96
Saúde	11,0	9,07	2,99	4,81	12,32
Despesas pessoais	8,9	10,30	2,34	1,48	7,77
Educação	4,5	8,82	5,89	0,60	7,78
Comunicação	3,5	3,12	-0,80	1,30	2,55

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

(óleo diesel, “fuel oil”, etc.) para as Antilhas Holandesas; de celulose para a China; e de óxidos e hidróxidos de alumínio para a Islândia e Emirados Árabes Unidos.

O comportamento das importações, refletindo retrações de 19,2% nos preços e de 9,0% no *quantum*, repercutiu recuos nas compras de combustíveis e lubrificantes, 53,4% (óleos combustíveis, óleo diesel, “fuel-oil”, etc, -69,2%); bens intermediários, 24,2% (produtos laminados planos de ferro ou aços, -88,8% e naftas, -31,3%); bens de consumo duráveis, 49,8% (automóveis de passageiros, -46,5%); e de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, 27,1% (calçados, -72,1%). As aquisições de bens de capitais, refletindo as importações de equipamentos pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará, cresceram 76,9% no período. As importações provenientes dos EUA, Coreia do Sul (em especial de equipamentos para a CSP), Argentina, China e Argélia, representaram, em conjunto, 51,0% das aquisições externas da região no semestre. Destacaram-se as diminuições nas compras de óleos combustíveis (óleo diesel, “fuel-oil”, etc) provenientes da Índia e dos EUA; de gás natural liquefeito (GNL), de Trinidad e Tobago e Espanha; e de naftas, da Argélia.

O IPCA do Nordeste, considerados os indicadores das Regiões Metropolitanas de Salvador, Fortaleza e Recife, variou 1,95% no segundo trimestre do ano (2,86% no primeiro de 2016), repercutindo desaceleração nos preços livres, de 3,29% para 1,46%, e aceleração nos monitorados, de 1,31% para 3,75%, sobressaindo nesse grupo, as elevações nos itens produtos farmacêuticos (10,25%), energia elétrica residencial (9,70%) e taxa de água esgoto (8,36%). A trajetória dos preços livres refletiu desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 3,33% para 1,40% (etanol, -7,27%; frango inteiro, -4,96%; carnes, -2,85%), e dos não comercializáveis, de 3,25% para 1,53% (tubérculos, raízes e legumes, -19,94%; passagens aéreas, -6,71%; feijões, 44,87%). O índice de difusão do IPCA situou-se em 58,56% no segundo trimestre do ano (68,24% no primeiro).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 9,00% em junho, ante 9,86% em março, evolução decorrente de desacelerações nos preços livres, de 9,88% para 9,05%, e nos monitorados, de 9,79% para 8,79% (plano de saúde, 14,06%; produtos farmacêuticos, 13,59%; ônibus urbano, 12,46%). A evolução dos preços livres refletiu reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 10,56% para 9,69% (açúcares e derivados, 49,70%; sal e condimentos, 28,97%; etanol, 15,22%; frango inteiro, 11,56%), e dos não comercializáveis, de 9,19% para 8,42%

(feijões, 62,16%; farinha de mandioca, 53,68%; frutas, 30,37%).

A atividade econômica no Nordeste manteve-se em retração nos cinco primeiros meses de 2016, impactada pela crise de confiança dos agentes econômicos e pelos resultados desfavoráveis na agropecuária, notadamente soja, impactada pela seca observada na região pelo quinto ano consecutivo. Nesse contexto, em que persistem desempenhos negativos na indústria, nas vendas do comércio e no setor de serviços, a recuperação da atividade nos próximos trimestres está condicionada, dentre outros fatores, pela reversão da crise de confiança mencionada e pelos benefícios esperados do ajuste macroeconômico em curso.

Bahia

Gráfico 2.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados
2002 = 100

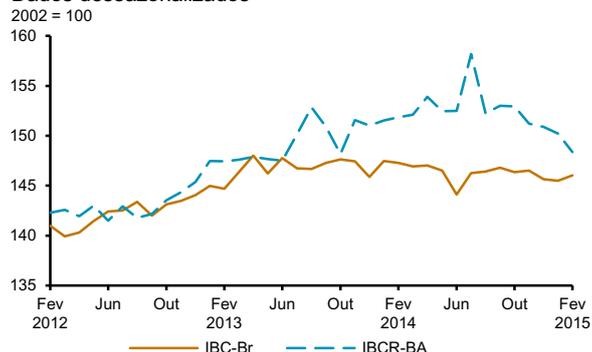
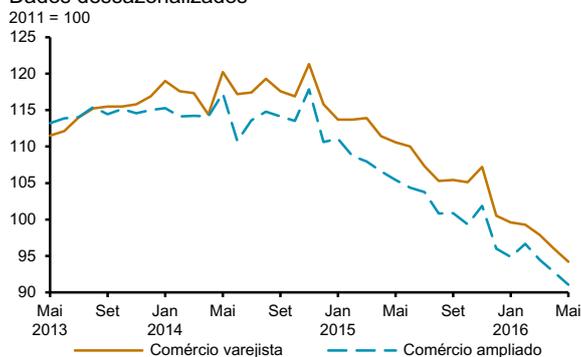


Gráfico 2.7 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.13 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015		2016	
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-1,5	-5,8	-3,8	-11,3
Combustíveis e lubrificantes	-3,0	-7,1	-2,9	-15,2
Híper, supermercados	-0,8	-4,0	-3,2	-8,0
Tecidos, vestuário e calçados	-2,9	-6,0	-4,5	-16,4
Móveis e eletrodomésticos	-0,6	-6,3	-5,8	-15,6
Comércio ampliado	-2,2	-4,8	-3,2	-11,6
Automóveis e motocicletas	-4,3	-1,3	-2,7	-12,8
Material de construção	-4,5	0,1	-5,9	-9,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB da Bahia contraiu 3,7% no primeiro trimestre de 2016, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Esse desempenho refletiu recuos na agropecuária (6,5%), impactada pela redução da safra de grãos, especialmente soja e algodão; na indústria (5,2%), decorrente de retrações na indústria extrativa (7,1%), na indústria de transformação (2,8%) e na construção civil (6,7%); e no setor de serviços (2,8%), condicionado pelo desempenho negativo das atividades comércio (8,9%) e transportes (10,7%). Considerados dados dessazonalizados, o PIB do estado diminuiu 1,2% em relação ao quarto trimestre de 2015.

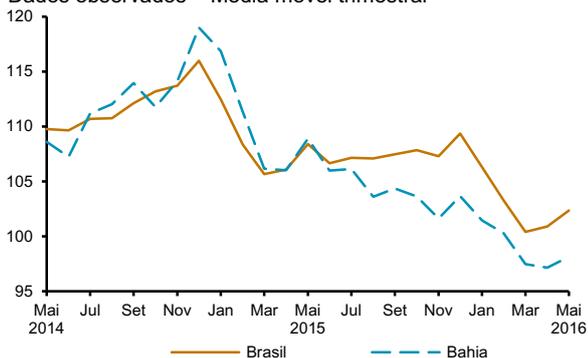
Indicadores mais recentes sugerem moderação na retração da atividade econômica do estado. Nesse sentido, o IBCR- BA recuou 0,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao período terminado em fevereiro, quando diminuiu 1,3%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 3,5% em maio (-2,4% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado no estado diminuíram 3,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam decrescido 4,8%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve retrações em nove dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, -27,4%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -8,1%; hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, -3,2%). Excluídas os recuos nas vendas de veículos, motos, partes e peças (2,7%) e de material de construção (5,9%), o comércio varejista retraiu 3,8% no trimestre (-5,8% no trimestre encerrado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 11,6% em maio (-10,0% em fevereiro), destacando-se as retrações nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (23,5%), tecidos vestuário e calçados (16,4%), móveis e eletrodomésticos (15,6%), combustíveis e lubrificantes (15,2%) de veículos, motocicletas, partes e peças (12,8%). As vendas do comércio varejista diminuíram 11,3% e 9,0%, respectivamente, nos períodos considerados.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na Bahia totalizaram 19,8 mil unidades no segundo trimestre

Gráfico 2.8 – Volume de serviços
Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 2.14 – Volume de serviços – Bahia

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

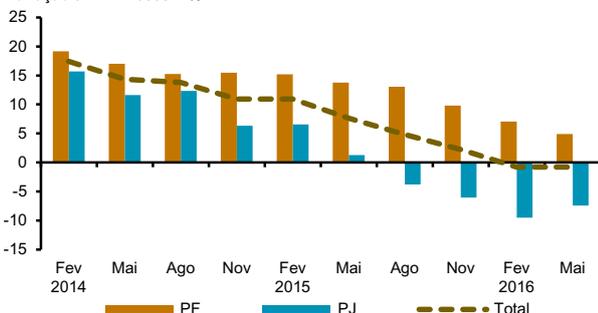
Segmentos	Variação % no período			
	2015 Ano	2016		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-6,0	-9,9	-9,9	-9,6
Serviços prestados às famílias	-3,9	-1,5	-6,3	-4,4
Serviços de informação e comunicação	-6,0	-6,3	-7,2	-7,1
Serviços profissionais e administrativos	-13,5	-20,4	-9,1	-17,3
Transportes e correio	-0,3	-8,3	-12,1	-6,4
Outros serviços	-17,7	-15,1	-17,5	-21,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.15 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-9,5	-24,2	-20,8	-26,0	-13,9
Indústria de transformação	0,3	-1,2	-4,5	-4,3	-0,3
Comércio	-2,4	-4,0	1,0	-5,0	-7,0
Serviços	-3,9	-8,2	-4,4	-7,1	-5,8
Construção civil	-9,5	-9,3	-3,9	-6,9	-6,9
Agropecuária	5,6	-0,8	-6,6	-3,4	5,6
SIUP	-0,1	-0,3	-0,4	-0,0	-0,2
Outros ^{2/}	0,5	-0,3	-2,0	0,6	0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

de 2016, contraindo 10,5% em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve. Considerados intervalos de doze meses, os emplacamentos recuaram 30,4% em junho, em relação a igual intervalo de 2015 (-29,0% em março).

O volume dos serviços não financeiros no estado recuou 2,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia diminuído 2,0%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS divulgada pelo IBGE. O indicador recuou 9,6% em relação a igual período de 2015 (serviços profissionais, administrativos e complementares, -17,3%; outros serviços, -21,3%).

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia somou R\$110,9 bilhões em maio, recuando 0,4% no trimestre e 0,8% em doze meses. As operações com recursos livres atingiram R\$60,4 bilhões, variando 0,4% no trimestre e -1,2% em doze meses, e as efetuadas com recursos direcionados totalizaram R\$50,6 bilhões, diminuindo 1,4% e 0,3%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

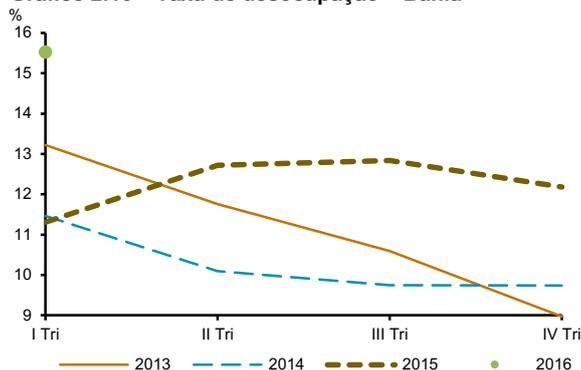
A carteira de pessoas físicas totalizou R\$63,2 bilhões, aumentando 0,1% no trimestre e 4,9% em doze meses, destacando-se, no trimestre, as elevações respectivas de 0,5% e 2,7% nas modalidades financiamento imobiliário e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$47,8 bilhões, recuando 1,0% no trimestre e 7,4% em doze meses, destacando-se, nas duas bases de comparação, os recuos nos financiamentos com recursos do BNDES e nos empréstimos para capital de giro, e o aumento nos financiamentos para exportação.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,74% em maio, com aumentos de 0,23 p.p. no trimestre e de 0,83 p.p. em doze meses. A trajetória no trimestre repercutiu elevações de 0,13 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,35 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quase o indicador atingiu 5,19% e 4,14%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a Bahia totalizaram R\$2,2 bilhões no primeiro semestre do ano (38,9% da região) e R\$5,3 bilhões no intervalo de doze meses encerrado em junho, recuando 24,2% e 13,8% em relação a iguais período de 2015.

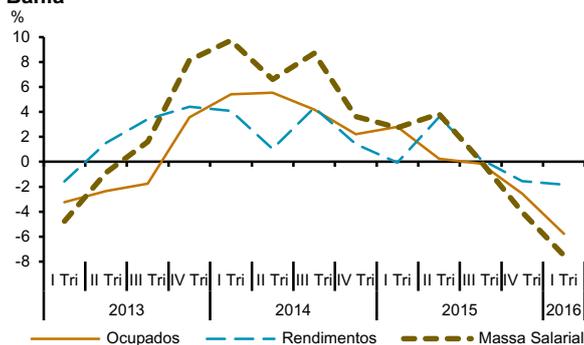
Em contexto de retração da atividade econômica, o mercado de trabalho baiano registrou corte de 13,9 mil

Gráfico 2.10 – Taxa de desocupação – Bahia



Fonte: IBGE

Gráfico 2.11 – Ocupação, rendimento e massa salarial – Bahia



Fonte: IBGE

Tabela 2.16 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2015 Dez	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2016 Mar	
		Nominal	Juros	Outros ^{3/} Total ^{4/}		
Estado da Bahia	15 945	- 259	323	64	-1 368	14 641
Governo estadual	15 275	- 70	303	233	- 635	14 874
Capital	472	-242	12	-230	-756	-514
Demais municípios	197	54	7	61	23	281

^{1/} Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

^{2/} A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

^{3/} Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

^{4/} O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 2.17 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar
Estado da Bahia	-3 004	- 259	267	323
Governo estadual	-1 939	- 70	246	303
Capital	- 397	- 242	15	12
Demais municípios	- 668	54	6	7

^{1/} Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

postos formais de trabalho no trimestre encerrado em maio (-9,5 mil em igual período de 2015), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os desligamentos líquidos no comércio (7 mil), na construção civil (6,9 mil) e nos serviços (5,8 mil). O estado registrou perda de 84,8 mil empregos formais no intervalo de doze meses encerrado em maio. Na margem, o nível de emprego formal, considerados dados dessazonalizados, recuou 1,1% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 1,0% na mesma base de comparação.

A taxa de desemprego no estado atingiu 15,5% no primeiro trimestre do ano, ante 11,3% em igual período de 2015, segundo a PNAD Contínua, do IBGE, evolução decorrente de recuos de 5,8% da população ocupada e de 1,1% da força de trabalho. Destacaram-se, no período, as demissões registradas na indústria de transformação (103 mil) e na agricultura (100 mil). O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real recuaram, na ordem, 1,8% e 7,5%, no período.

As estatísticas fiscais também repercutem o desempenho desfavorável da economia local. Nesse sentido, o *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia recuou de R\$3,0 bilhões, no primeiro trimestre de 2015, para R\$258,9 milhões, no período correspondente de 2016. Houve reduções nos *superavits* dos governos do estado (96,4%) e da capital (39,0%), e reversão, de *superavit* de R\$668,4 milhões para *deficit* de R\$53,5 milhões, no resultado primário dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$323,1 milhões e o resultado nominal, *deficit* de R\$64,1 milhões, no trimestre (R\$267,0 milhões e *superavit* de R\$2,7 bilhões, no primeiro trimestre de 2015).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios baianos atingiu R\$14,6 bilhões no primeiro trimestre de 2016 (25,7% do endividamento do Nordeste). A retração de 8,2% em relação a dezembro de 2015 refletiu diminuição do endividamento dos governos do estado e da capital e aumento na dívida dos demais municípios.

A arrecadação do ICMS atingiu R\$20,5 bilhões no período de doze meses terminado em maio, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, contraindo 4,5% em termos reais, em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$12,6 bilhões no

Tabela 2.18 – Produção agrícola – Bahia
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2015/2016
		Produção		
		2015	2016 ^{2/}	
Grãos	48,4	8 738	6 444	-26,3
Soja	19,2	4 507	3 142	-30,3
Algodão herbáceo	19,0	730	574	-21,4
Milho	7,0	2 806	2 195	-21,8
Feijão	2,6	436	326	-25,1
Outros grãos ^{3/}	0,6	259	206	-20,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	6,5	5 839	6 075	4,0
Café	5,7	218	224	2,9
Cacau	5,4	136	136	0,4
Banana	4,9	995	983	-1,2
Mandioca	4,5	1 854	2 096	13,0

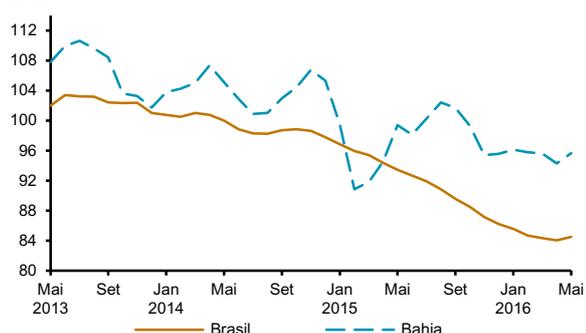
Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Segundo o LSPA de junho de 2016.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

Gráfico 2.12 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.19 – Produção industrial – Bahia
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		Acumulado em 12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	0,4	-0,1	-2,1
Indústrias extrativas	5,9	-5,7	-11,3	-13,7
Indústrias de transformação	94,1	2,1	-0,6	-1,3
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	-3,9	-7,1	1,4
Outros produtos químicos	16,1	0,3	4,0	-1,3
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	12,6	-5,2	-14,7
Metalurgia	8,2	8,4	3,4	11,4
Produtos alimentícios	8,1	-2,9	-0,9	0,1
Celulose e prod. papel	7,4	7,2	3,0	2,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

período, conforme a STN, com recuo real de 6,3%, na mesma base comparação.

A safra de grãos baiana deverá totalizar 6,4 milhões de toneladas em 2016, recuando 26,3% em relação a 2015, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. Essa projeção reflete estimativas de reduções para as produções de soja (30,3%), feijão (25,1%), milho (21,8%) e algodão (21,4%). Em relação às demais lavouras, estão projetadas variações para as safras de mandioca (13,0%), cana-de-açúcar (4,0), café (2,9%), coco-da-baía (-11,6%) e banana (-1,2%).

A produção da indústria na Bahia recuou 0,1% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 0,4%, na mesma base de comparação, segundo estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF do IBGE. Esse desempenho repercutiu diminuições de 11,3% na indústria extrativa, impactada pelo desempenho negativo do setor petrolífero, e de 0,6% na indústria de transformação (coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, -7,1%; veículos automotores, -5,2%; metalurgia, 3,4%; produtos químicos, 4,0%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 2,1% em maio, comparativamente a igual período de 2015 (-2,8% em fevereiro). Houve retração de 13,7% na indústria extrativa e de 1,3% na de transformação (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -40,7%; veículos automotores, -14,7%).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), divulgado pela SEI, atingiu -346 pontos em junho, ante -509 pontos em março e -454 pontos em junho de 2015, mantendo-se, contudo, na área de pessimismo. A evolução trimestral do Iceb repercutiu aumentos na confiança dos empresários dos serviços (190 pontos), do comércio (132 pontos) e da indústria (154 pontos). O indicador relacionado ao empresário da agropecuária recuou 37 pontos no período.

A balança comercial da Bahia apresentou *superavit* de US\$323 milhões no primeiro semestre do ano (*deficit* de US\$1,1 bilhão no mesmo período de 2015). As exportações somaram US\$3,4 bilhões e as importações, US\$3,1 bilhões, recuando 3,1% e 32,9%, respectivamente, em relação ao primeiro semestre de 2015.

O desempenho das exportações repercutiu diminuição de 19,2% nos preços e aumento de 19,9% no *quantum*. As vendas de produtos manufaturados (38,9%

Tabela 2.20 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	3 527	3 417	-3,1	-4,3
Básicos	869	813	-6,4	-6,3
Industrializados	2 658	2 604	-2,0	-2,5
Semimanufaturados	1 210	1 276	5,4	0,1
Manufaturados ^{1/}	1 448	1 328	-8,3	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.21 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	4 612	3 094	-32,9	-27,7
Bens de capital	461	322	-30,2	-18,6
Bens Intermediários	2 751	2 094	-23,9	-25,6
Bens de consumo	479	215	-55,1	-26,4
Duráveis	425	180	-57,7	-47,6
Automóveis de passageiros	362	152	-58,0	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	54	35	-34,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	922	462	-49,9	-48,0
Petróleo	110	21	-80,5	-47,0
Demais	812	441	-45,7	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.22 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2015	2016		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,00	9,86	2,98	1,79	8,78
Livres	77,83	9,07	3,49	1,40	9,18
Comercializáveis	37,81	8,03	3,64	1,00	9,57
Não comercializáveis	40,02	10,07	3,35	1,77	8,81
Monitorados	22,17	12,73	1,18	3,19	7,40
Principais itens					
Alimentação	29,65	13,68	6,80	1,94	14,83
Habitação	14,03	11,58	0,08	3,79	7,15
Artigos de residência	4,41	2,80	1,07	1,43	4,15
Vestuário	6,62	3,79	0,90	1,24	5,40
Transportes	18,41	8,80	1,15	-1,24	3,24
Saúde	10,38	8,56	2,91	5,06	12,06
Despesas pessoais	8,26	11,02	1,95	1,61	7,89
Educação	4,49	9,33	7,31	0,55	8,79
Comunicação	3,75	3,54	-2,06	2,64	3,06

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

do total) recuaram 8,3% (óleos combustíveis, -44,8%; hidrocarbonetos, -36,7%) e as de produtos básicos, 6,4% (soja mesmo triturada, -13,5%; café, -46,0%), enquanto as de produtos semimanufaturados aumentaram 5,4% (catodos de cobre, 58,7%). As vendas direcionadas à China, EUA e Argentina representaram, em conjunto, 50,6% do total exportado pelo estado no semestre, impulsionadas pela aquisição de catodos de cobre pela China (US\$329 milhões).

O recuo das importações refletiu diminuições de 20,4% nos preços e de 15,8% no *quantum*. Houve retração em todas as grandes categorias econômicas: bens intermediários (67,7% do total), 23,9% (naftas, -28,1%); combustíveis e lubrificantes (14,9% da pauta), 49,9% (petróleo em bruto, -80,5%); bens de capital, 30,2% (motores e geradores elétricos, -52,2%; veículos de carga, -41,0%); bens de consumo duráveis, 57,7% (automóveis de passageiros, -58,0%); e bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 34,3% (bacalhaus e outros peixes secos, -97,2%). As importações provenientes da Argélia, Argentina, EUA e Chile representaram, em conjunto, 43,1% das aquisições baianas no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas compras de naftas da Argélia (US\$138 milhões), de petróleo em bruto da Guiné Equatorial (US\$110 milhões), de veículos de carga da Argentina (US\$98 milhões) e de automóveis da Argentina e México (US\$96 milhões de cada país).

O IPCA na Região Metropolitana de Salvador (RMS) variou 1,79% no segundo trimestre de 2016, ante 2,98% no primeiro, de acordo com o IBGE. Os preços livres desaceleraram, de 3,49% para 1,40%, e os monitorados aceleraram, de 1,18% para 3,19%, repercutindo a elevação nos itens energia elétrica residencial, 10,81%; taxa de água e esgoto, 7,98%; e plano de saúde, 3,21%. A trajetória dos preços livres refletiu desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 3,64% para 1,00% (etanol, -11,25%; frango inteiro, -5,38%; carnes, -3,8%; leite longa vida, 15,25%), e dos não comercializáveis, de 3,35% para 1,77% (tubérculos, raízes e legumes, -19,97%; passagem aérea, -4,98%; feijão carioca, 78,08%; farinha de mandioca, 12,72%). O índice de difusão situou-se em 59,4% no segundo trimestre (78,0% no primeiro trimestre e 68,5% no segundo trimestre de 2015).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMS variou 8,78% em junho (9,37% em março). Os preços livres variaram 9,18%, refletindo aumentos nos preços dos bens comercializáveis, 9,57% (açúcares e derivados, 58,03%; leite longa vida, 34,30%; cigarro, 20,59%) e dos

não comercializáveis, 8,81% (feijão carioca, 127,89%; farinha de mandioca, 62,42%; alimentação fora do domicílio, 10,24%). Os preços monitorados cresceram 9,38% no período, evidenciando, em especial, as variações nos itens plano de saúde (13,98%), gás de botijão (17,25%), taxa de água e esgoto (10,73%) e ônibus urbano (10,07%).

A evolução dos principais indicadores da economia baiana indica a continuidade do processo de retração – mais moderado na margem – da atividade no estado. Essa trajetória é consistente com o cenário de distensão no mercado de trabalho, de arrefecimento das operações de crédito e de perspectivas desfavoráveis para a produção agrícola. Nesse contexto, atenuado pela melhora dos resultados da balança comercial – favorecida pela trajetória da taxa de câmbio e pela retomada, ainda que modesta, da atividade em importantes mercados de destino das exportações do estado –, as perspectivas para a economia baiana nos próximos trimestres seguem condicionadas pelos impactos do ajuste macroeconômico em curso sobre a recuperação da confiança dos agentes.

Gráfico 2.13 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados
2002 = 100

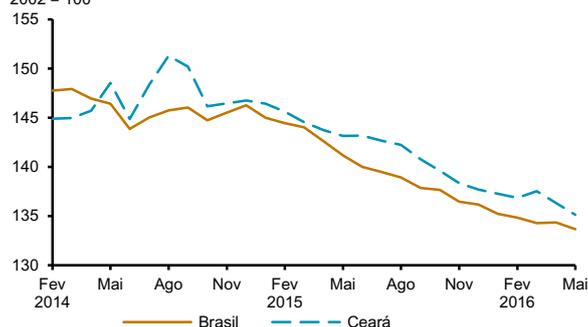
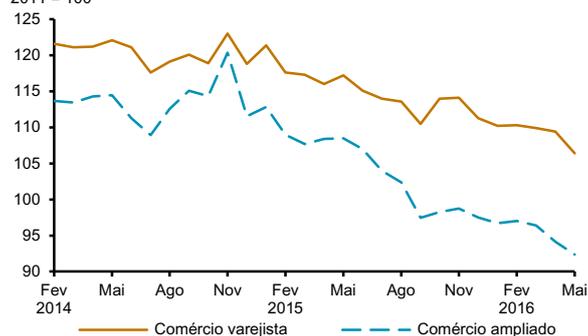


Gráfico 2.14 – Comércio varejista – Ceará

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.23 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-2,0	-1,8	-6,0
Combustíveis e lubrificantes	-4,0	2,6	-5,1
Hiper e supermercados	-0,6	-1,3	-4,5
Móveis e eletrodomésticos	-4,7	-2,0	-15,0
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	-24,0	27,8	-22,0
Comércio ampliado	-1,1	-2,9	-11,5
Automóveis e motocicletas	-1,3	-2,7	-22,4
Material de construção	-1,5	-8,3	-19,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.24 – Volume de serviços – Ceará

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação %		
	2016		
	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-3,2	0,4	-2,9
Serviços prestados às famílias	-9,4	-5,5	-5,0
Serviços de informação e comunicação	0,6	-2,1	-2,7
Serviços profissionais e administrativos	-6,2	9,5	-0,9
Transportes e correio	-4,9	-7,9	-9,5
Outros serviços	10,6	2,6	10,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Ceará

O PIB do Ceará recuou 5,5% no primeiro trimestre de 2016, em comparação ao quarto trimestre de 2015, segundo estatísticas dessazonalizadas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Indicadores divulgados mais recentemente indicam continuidade, mas em ritmo mais moderado, do processo de contração da atividade econômica no estado. Nesse sentido, o IBCR-CE, repercutindo, em especial, resultados mais favoráveis da indústria, recuou 0,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia retraído 1,7%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,9% em maio (-4,1% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado no estado diminuíram 2,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 1,1%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve recuos em oito dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, -33,6%; material de construção, -8,3%). Excluídas as contrações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (2,7%) e de material de construção, o comércio varejista retraiu 1,8% no período (-2,0% no trimestre terminado em fevereiro).

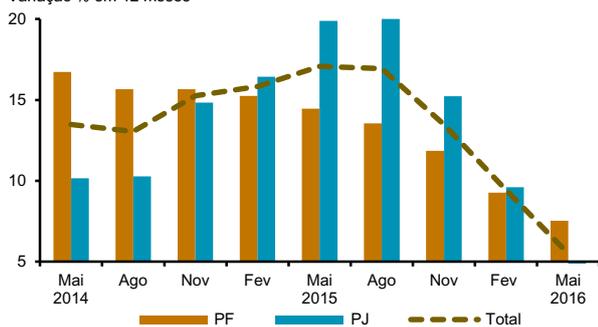
Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 11,5% em maio, ante retração de 9,5% em fevereiro (veículos, motocicletas, partes e peças, -22,4%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -22,0%).

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no estado, indicativo de vendas de veículos novos, recuaram 28,8% no trimestre finalizado em junho, em relação a igual período de 2015, de acordo a Fenabreve. O indicador retraiu 31,2% no primeiro semestre do ano, em relação a igual intervalo de 2015.

O volume de serviços não financeiros no Ceará diminuiu 0,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentara 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Em doze meses, o indicador retraiu 2,9% em maio (transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, -9,5%; serviços prestados às famílias, -5,0%).

Gráfico 2.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$64,6 bilhões em maio, aumentando 0,1% no trimestre e 5,5% em doze meses. As operações realizadas com recursos livres totalizaram R\$33,2 bilhões, variando -0,6% e 0,6%, respectivamente, e as contratadas com recursos direcionados atingiram R\$31,4 bilhões, elevando-se 0,9% no trimestre e 11,2% em doze meses.

A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$31,1 bilhões em maio, variando -1,1% no trimestre e 3,4% em doze meses, ressaltando-se as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública. A carteira de pessoas físicas somou R\$33,5 bilhões, crescendo, na ordem, 1,3% e 7,5% nos períodos mencionados, com destaque para as modalidades de financiamentos de veículos e de crédito consignado.

A inadimplência dessas operações de crédito situou-se em 4,3% em maio, aumentando 0,11 p.p. no trimestre e 1,24 p.p. em doze meses. O desempenho no trimestre repercutiu aumentos de 0,09 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,15 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 4,7% e 3,7%.

Tabela 2.25 – Evolução do emprego formal – Ceará

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-5,6	-1,3	-10,2	-22,4	-9,9
Indústria de transformação	-4,3	-3,2	-4,9	-7,6	-2,3
Serviços industriais de util. pública	0,1	-0,2	-0,1	-0,4	-0,7
Construção civil	-0,4	0,9	-6,9	-4,9	-2,7
Comércio	-0,2	-1,4	1,4	-4,3	-3,1
Serviços	-0,1	-0,4	-1,0	-2,1	-0,4
Agropecuária	-0,7	2,8	1,4	-3,0	-0,6
Outros ^{2/}	0,0	0,2	-0,1	-0,1	-0,1

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

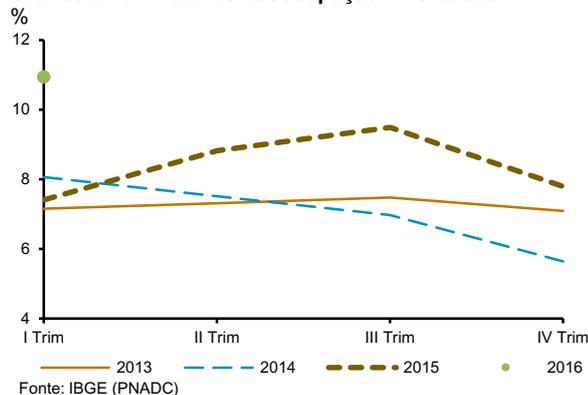
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Os desembolsos do BNDES para o Ceará totalizaram R\$974,9 milhões no primeiro semestre do ano, diminuindo 45,5% em relação a igual período de 2015. Considerados intervalos de doze meses, os desembolsos recuaram 9,9% em junho.

A moderação na atividade econômica tem impactado o mercado de trabalho cearense, que registrou a eliminação de 9,9 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (-5,6 mil em igual período do ano anterior), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cotes no comércio (3,1 mil) e na indústria de transformação (2,3 mil). O nível de emprego formal no estado, considerados dados dessazonalizados, recuou 0,7% no trimestre até maio (-1,1% no encerrado em fevereiro).

A taxa de desemprego no Ceará atingiu, segundo a PNAD Contínua, do IBGE, 10,8% no primeiro trimestre de 2016, ante 8,0% em igual intervalo de 2015, repercutindo variações de -2,4% da população ocupada e de 0,6% da força de trabalho. O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados variou 1,1% e a massa salarial, -0,2%, no período.

Gráfico 2.16 – Taxa de desocupação – Fortaleza



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 2.26 – Necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar
CE	-906	-481	122	135
Governo estadual	-387	-123	129	152
Capital	-23	-219	4	-1
Demais municípios	-497	-138	-11	-16

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2015	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		Mar
CE	8 000	- 481	135	- 346	- 621	7 033
Governo estadual	8 618	- 123	152	28	- 538	8 108
Capital	507	- 219	- 1	- 220	- 84	204
Demais municípios	- 1 125	- 138	- 16	- 154	0	- 1 279

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.28 – Produção agrícola – Ceará

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2016/2015
		2015	2016	
Produção de grãos		225,0	326,4	45,1
Milho	10,0	130,9	210,5	60,8
Feijão	9,9	67,4	88,2	31,0
Arroz (em casca)	1,4	24,6	24,8	0,8
Outras lavouras selecionadas				
Banana	16,1	385,0	468,2	21,6
Mandioca	8,7	358,9	539,2	50,3
Castanha-de-caju	5,0	52,1	148,6	185,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará atingiu R\$481 milhões no primeiro trimestre de 2016, ante R\$906 milhões em igual período de 2015. Houve reduções nos *superavits* dos governos do estado (68,1%) e dos demais municípios (72,2%), e aumento, de R\$23 milhões para R\$219 milhões, no da capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$135 milhões no trimestre e o *superavit* nominal, R\$346 milhões (R\$122 milhões e *superavit* de R\$785 milhões, respectivamente, em 2015).

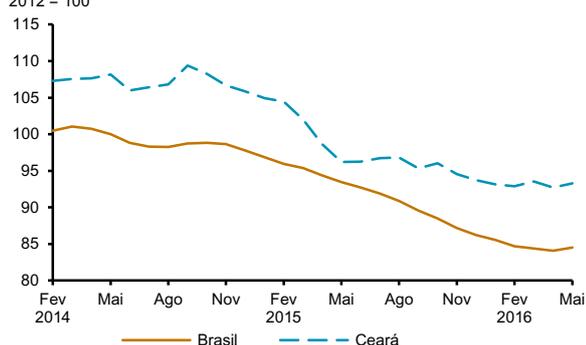
A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios do estado atingiu R\$7 bilhões em março de 2016, reduzindo-se 12,1% em comparação a dezembro de 2015. A participação do Ceará no endividamento regional recuou 0,4 p.p., para 12,4%, no período.

A arrecadação do ICMS atingiu R\$10,6 bilhões no período de doze meses terminado em maio, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, contraindo 5,1% em termos reais, em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$10,3 bilhões no período, conforme a STN, com recuo real de 6,7%, na mesma base comparação.

A safra de grãos do Ceará deverá totalizar 326,4 mil toneladas em 2016, elevando-se 45,1% no ano, de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A estimativa repercute projeções de aumentos para as safras de milho (60,8%) e de feijão (31,0%), que deverão representar 91,5% da produção total de grãos do estado no ano. A colheita de arroz deverá crescer 0,8%. Dentre as demais culturas, destaquem-se os aumentos estimados para as produções de castanha-de-caju (185,1%), mandioca (50,3%) e banana (21,6%). Ressalte-se que a projeção favorável para o crescimento da produção agrícola do estado em 2016, reflete, em especial, a distribuição temporal e espacial adequada das chuvas no ano, e a base de comparação deprimida.

A produção industrial do Ceará cresceu 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 1,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF do IBGE (produtos têxteis, 14,9%; coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, 12,8%; produtos de metal, -17,5%).

Gráfico 2.17 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.29 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,7	0,4	-8,5
Artefatos de couro e calçados	26,7	1,0	0,5	-10,9
Produtos alimentícios	16,9	-4,1	3,5	-7,5
Art. vestuário e acessórios	11,8	-12,4	1,8	-7,9
Bebidas	11,0	-7,3	-1,1	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 8,5% em maio, ante decréscimo de 10,1% em fevereiro (produtos têxteis, -21,1%; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, -16,9%).

O faturamento real da indústria de transformação cearense diminuiu 1,7% no período de doze meses encerrado em maio, em relação a igual período de 2015, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução no pessoal empregado (9,6%), na remuneração real (11,4%) e nas horas trabalhadas (13,8%). O Nuci médio atingiu 79,4% no trimestre encerrado em maio, ante 79,7% no terminado em fevereiro e 81,4% em igual período de 2015.

A balança comercial do Ceará registrou *deficit* de US\$1,7 bilhão no primeiro semestre do ano, ante US\$1,2 bilhão em igual intervalo em 2015, segundo estatísticas do MDIC. As exportações totalizaram US\$472,7 milhões e as importações, US\$2.175,3 milhões, variando -1,6% e 33,1%, respectivamente, no período.

O desempenho das exportações resultou de variações de -9,3% nos preços e de 8,5% no *quantum*. Houve retrações nas vendas de produtos manufaturados, 1,5% (óleos lubrificantes, -72,6%); e de semimanufaturados, 14,3% (couros e peles, depilados, exceto em bruto, -13,4%; ceras vegetais, -20,6%), e aumento de 16,0% nas de produtos básicos (peixes congelados, frescos ou refrigerados, 367,4%; castanha-de-caju, 19,0%). EUA, Argentina, Alemanha, Hungria e Holanda adquiriram, em conjunto, 55,3% das vendas externas do Ceará no semestre. Destacaram-se os recuos nos embarques de óleos combustíveis, para as Antilhas Holandesas; de couros e peles, para Itália e China; e de ceras vegetais, para os EUA.

A evolução das importações repercutiu variações de -23,1% nos preços e de 73,1% no *quantum*. Destaque para o crescimento de 940,1% nas aquisições de bens de capital, concentradas em fornos industriais ou de laboratório, não elétricos; aquecedores, secadores e aparelhos semelhantes, partes e peças; centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar, provenientes da Coreia do Sul, destinadas à conclusão da montagem das principais plantas que compõem a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

As aquisições relacionadas às demais grandes categorias econômicas recuaram no semestre: combustíveis e lubrificantes, 64,6% (gás natural liquefeito, -74%); bens

Tabela 2.30 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	480	473	-1,6	-4,3
Básicos	95	110	16,0	-6,3
Industrializados	385	363	-5,9	-2,5
Semimanufaturados	132	113	-14,3	0,1
Manufaturados ^{1/}	253	249	-1,5	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.31 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	1 634	2 175	33,1	-27,7
Bens de capital	133	1 385	940,1	-18,6
Bens Intermediários	694	495	-28,7	-25,6
Bens de consumo	63	32	-49,0	-26,4
Duráveis	9	4	-52,7	-47,6
Automóveis de passageiros	0	0	...	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	54	28	-48,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	744	264	-64,6	-48,0
Petróleo	0	0	...	-47,0
Demais	744	264	-64,6	-48,4
Bens não especificados	0	0	...	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.32 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2015	2016		12 meses
		Ano	I Tri	II Tri	
IPCA	100,0	11,43	3,00	2,35	10,37
Livres	78,9	9,64	3,60	1,78	9,88
Comercializáveis	41,9	8,42	3,04	1,62	9,96
Não comercializáveis	37,0	11,10	4,29	1,96	9,85
Monitorados	21,1	18,58	0,71	4,52	12,13
Principais itens					
Alimentação	33,3	12,92	5,35	1,72	12,79
Habitação	14,1	14,78	0,22	4,45	8,07
Artigos de residência	4,3	7,15	1,04	2,87	8,64
Vestuário	6,5	2,14	-0,19	2,60	4,53
Transportes	15,6	13,81	1,81	0,96	10,86
Saúde	9,7	9,87	2,90	4,82	13,41
Despesas pessoais	9,3	13,17	3,82	2,32	10,18
Educação	4,3	8,48	6,02	1,02	9,17
Comunicação	3,0	2,08	0,54	-0,16	2,02

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

de consumo duráveis, 52,7% (aparelhos eletromecânicos ou térmicos, de uso doméstico, -88,3%); bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, 48,3% (lustres e aparelhos de iluminação elétrica de metal comum, para teto/parede, -98,8%); e bens intermediários, 28,7% (produtos laminados planos de ferro ou de aços, -98,7%). As importações provenientes da Coreia do Sul, em especial de equipamentos para CSP, representaram 47,0% das compras externas do Ceará no semestre, seguindo-se as participações das aquisições originárias da China (12,8%) e da Alemanha (7,9%).

O IPCA da região metropolitana de Fortaleza variou 2,35% no trimestre finalizado em junho, ante 3,00% no terminado em março, evolução decorrente de desaceleração dos preços livres, de 3,60% para 1,78%, e aceleração dos monitorados, de 0,71% para 4,52%. A trajetória dos preços livres refletiu recuos nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 4,29% para 1,96% (feijões, 19,80%; farinha de mandioca, 12,13%; frutas, 8,77%; tubérculos, raízes e legumes, -14,04%; passagem aérea; -14,72%), e dos bens comercializáveis, de 3,04% para 1,62% (sal e condimentos, 7,59%; leite e derivados, 5,90%; etanol, -0,40%; frango inteiro, -6,18%).

A aceleração dos preços monitorados foi condicionada, em parte, pelo impacto dos aumentos nos itens taxa de água e esgoto (12,02%), produtos farmacêuticos (11,44%) e tarifas de táxi (7,50%), mitigado pela redução de 5,10% nas tarifas de ônibus interestadual. O índice de difusão do IPCA situou-se em 62,22% no trimestre encerrado em junho (61,94% no primeiro trimestre de 2016).

Considerados intervalos de doze meses, a variação do IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 10,36% em junho, ante 10,88% em março, redução decorrente de desaceleração dos preços livres, de 10,59% para 9,88%, e aceleração dos monitorados, de 11,91% para 12,13% (taxa de água e esgoto, 21,52%; gás de botijão, 20,20%; gasolina, 17,85%; ônibus urbano, 14,59%). A redução na variação dos preços livres refletiu desacelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 10,31% para 9,96% (açúcares e derivados, 42,24%; sal e condimentos, 38,67%; etanol, 24,06%; farinha de arroz, -3,32%), e dos não comercializáveis, de 10,25% para 9,85% (feijões, 55,57%; frutas, 32,69%; alimentação fora do domicílio, 10,62%; tubérculos, raízes e legumes, -11,49%; passagem aérea, -29,59%).

A evolução recente dos indicadores econômicos do Ceará sugere persistência, em ritmo mais moderado, da retração da atividade econômica no estado, ressaltando-se que os resultados desfavoráveis registrados no comércio e no setor de serviços foram parcialmente neutralizados pelo desempenho da indústria e da atividade agropecuária. Contudo, a maturação de empreendimentos privados realizados no estado nos últimos anos e as perspectivas de reversão da crise de confiança dos agentes econômicos deverão favorecer a evolução da economia cearense nos próximos trimestres.

Pernambuco

Gráfico 2.18 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
2002 = 100

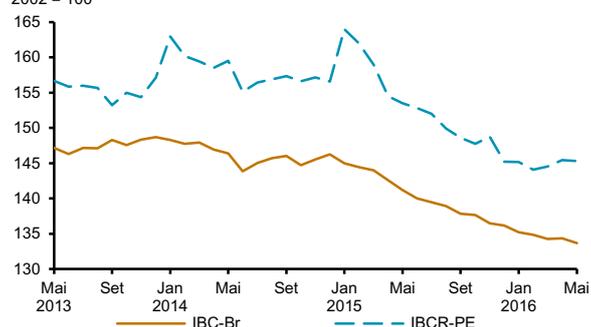


Tabela 2.33 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

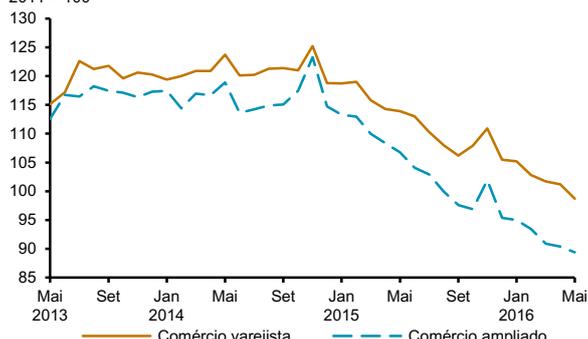
Setores	Variação % no período			
	2015 Ano	2016		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-7,7	-3,5	-3,8	-10,7
Combustíveis e lubrificantes	0,0	0,6	-5,0	-12,0
Hiper e supermercados	-7,7	-1,2	-5,2	-10,7
Tecidos, vestuário e calçados	-13,8	-3,1	-2,1	-17,3
Móveis e eletrodomésticos	-19,3	-15,3	-4,8	-25,6
Comércio ampliado	-10,8	-4,2	-4,6	-14,7
Automóveis e motocicletas	-18,9	-6,2	-3,8	-24,8
Material de construção	-9,2	-2,5	-5,7	-14,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.19 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

O PIB de Pernambuco retraiu 2,4% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao quarto trimestre de 2015, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). Houve recuos no setor primário (7,3%), impactado por condições climáticas adversas; no setor secundário (3,6%), em especial nas indústrias de alimentos e naval; e no setor terciário (1,4%). Indicadores divulgados mais recentemente sugerem continuidade do processo de retração da atividade no estado, ressaltando-se que o desempenho favorável registrado pela indústria no trimestre encerrado em maio, com desdobramentos sobre a evolução do IBCR-PE, repercutiu, em especial, a base de comparação deprimida, em razão de alteração no padrão sazonal do refino de açúcar¹. Nesse cenário, o IBCR-PE variou 0,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia diminuído 2,4%, nessa base de comparação, considerados dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado no estado diminuíram 4,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando declinaram 4,2%, na mesma base de comparação, conforme dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Destacaram-se as retrações nos segmentos material de construção (5,7%), hiper e supermercados (5,2%) e combustíveis e lubrificantes (5,0%). Excluídas as variações nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças (-3,8%), o comércio varejista do estado retraiu 3,8% no período (-3,5% no trimestre encerrado em fevereiro).

Em doze meses, as vendas do comércio ampliado retraíram 14,7% em maio (12,5% em fevereiro). Excluídas as retrações nos segmentos veículos, motos partes e peças (24,8%) e material de construção (14,3%), o comércio varejista contraiu 10,7% no período (-9,2% em fevereiro).

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves aumentaram 18,9% no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, quando retraíram 13,2%, interrompendo série de cinco recuos trimestrais consecutivos, na mesma base de comparação, segundo estatísticas dessazonalizadas da Fenabrave. Em doze meses, os emplacamentos somaram 62,5 mil unidades, menor patamar, nesse tipo de comparação, desde setembro de 2007.

1/ O excesso de chuvas nas regiões produtoras de cana-de-açúcar na segunda metade de 2015, sob influência do fenômeno El Niño, prejudicou a safra daquele ano e estimulou a antecipação da moagem da cana e do refino do açúcar para os meses finais de 2015, contribuindo para a retração de 24,8% na produção de alimentos – atividade com maior representatividade na indústria local –, assinalada no trimestre encerrado em fevereiro de 2016.

Tabela 2.34 – Volume de serviços – Pernambuco

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2015	2016		12 meses
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	
Total	-5,5	-8,6	-10,3	-7,9
Serviços prestados às famílias	-4,8	-5,5	1,5	-2,8
Serviços de informação e comunicação	-6,9	-7,3	-9,0	-8,3
Serviços profissionais e administrativos	-8,0	-19,0	-21,8	-15,4
Transportes e correio	-1,9	-0,4	-3,7	-1,8
Outros serviços	-4,5	-13,4	-14,0	-10,0

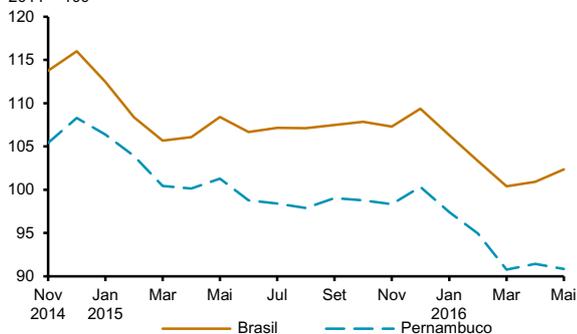
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.20 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

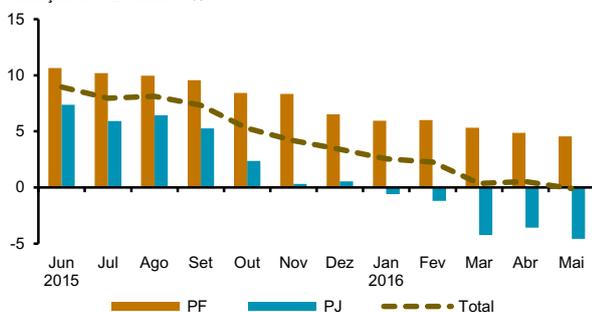
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.21 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



O volume do setor de serviços diminuiu 10,3% no trimestre finalizado em maio, comparativamente ao terminado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O indicador retraiu 7,9% em relação a igual trimestre de 2015 (serviços profissionais e administrativos, -15,4%; outros serviços, -10,0%; serviços de informação e comunicação, -8,3%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Pernambuco somou R\$72,6 bilhões em maio, recuando 1,9% no trimestre e 0,1% em doze meses. O estoque de crédito com recursos livres atingiu R\$37,9 bilhões, recuando 2,4% e 3,6%, respectivamente, nos períodos mencionados. As operações com recursos direcionados totalizaram R\$34,7 bilhões, com variações de -1,2% no trimestre e de 4,0% em doze meses.

A carteira das pessoas jurídicas somou R\$35,4 bilhões em maio, variando 4,4% no trimestre (reduções respectivas de 5,5% e 8,7% nos saldos dos empréstimos para a indústria de transformação e para o comércio) e -4,6% em doze meses. A carteira das pessoas físicas atingiu R\$37,1 bilhões, expandindo 0,7% no trimestre e 4,6% em doze meses, com destaque para a modalidade financiamentos imobiliários.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,85% em maio, aumentando 0,53 p.p. no trimestre e 0,86 p.p. em doze meses. A evolução no trimestre refletiu variações de 0,98 p.p. no segmento de pessoas jurídicas e de 0,04 p.p. no de pessoas físicas, que registraram taxas de inadimplência de 4,19% e 5,49%, respectivamente.

A economia pernambucana eliminou 20,1 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (39,3 mil em igual período de 2015), segundo o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes na indústria de transformação, 8,0 mil (dos quais 2,5 mil na atividade refino de açúcar e 1,6 mil na indústria química), na construção civil, 2,6 mil, e no setor de serviços, 3,6 mil. O nível de emprego formal decresceu 1,0% no trimestre encerrado em maio, considerados dados dessazonalizados (-1,8% no trimestre até fevereiro).

A taxa de desemprego atingiu 13,3% no trimestre encerrado em março, ante 8,2% em igual período de 2015, segundo a PNAD Contínua, do IBGE. O aumento repercutiu variações de 3,5% na população ocupada, sobressaindo a redução de 14,3% dos postos na agricultura, e de 2,2% na população economicamente ativa. No trimestre, o

Tabela 2.35 – Evolução do emprego formal – Pernambuco
Novos postos de trabalho

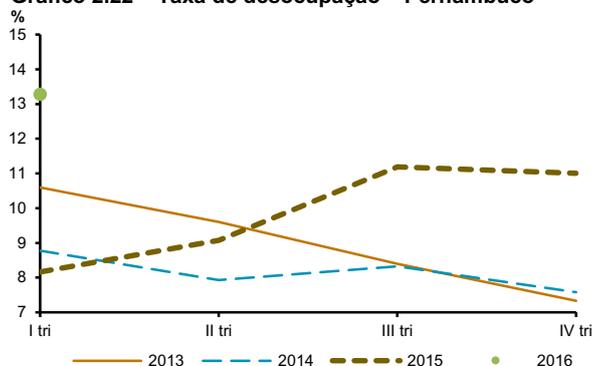
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-39,3	-17,7	4,7	-45,3	-20,1
Ind. de transformação	-18,9	-1,0	13,5	-21,1	-8,0
Comércio	-2,3	-3,6	2,2	-6,9	-4,9
Serviços	-6,6	-9,9	-11,0	-8,1	-3,6
Construção civil	-8,0	-7,0	-3,3	-2,7	-2,6
Agropecuária	-3,4	4,1	3,6	-6,4	-1,2
Serv. ind. de util. pública	-0,1	-0,3	-0,4	-0,1	0,2
Outros ^{1/}	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.22 – Taxa de desocupação – Pernambuco



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 2.36 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
PE	-1 011	- 672	248	256
Governo estadual	- 340	- 390	252	262
Capital	- 69	- 126	6	9
Demais municípios	- 601	- 155	- 10	- 15

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

rendimento real médio habitual de todos os trabalhos e a massa salarial decresceram 2,1% e 8,3%, respectivamente.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do estado atingiu R\$672 milhões no primeiro trimestre de 2016, ante R\$1,0 bilhão em igual período de 2015. Ocorreram aumentos nos *superavits* primários do governo estadual (14,6%) e da capital (82,4%), e recuo de 74,1% no dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$256 milhões e o resultado nominal, *superavit* de R\$416 milhões (R\$248 milhões e *superavit* de R\$763 milhões no primeiro trimestre de 2015). A dívida líquida dessas esferas governamentais atingiu R\$11,4 bilhões em março de 2016, diminuindo 9,0% em relação a dezembro de 2015.

A arrecadação do ICMS totalizou R\$12,9 bilhões no período de doze meses encerrado em maio, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, recuando 9,3%, em termos reais, em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, atingiram R\$8,5 bilhões no período, conforme a STN, com recuo real de 1,8%, na mesma base comparação.

No setor agrícola, as produções de cana-de açúcar – principal cultura do estado – e de mandioca, prejudicadas por condições climáticas adversas, deverão recuar 6,2% e 42,0%, respectivamente, em 2016, segundo o LSPA do IBGE de junho. Em oposição, está projetada expansão anual de 143,4% para a safra de grãos do estado, destacando-se as estimativas de aumentos para as colheitas de milho (187,1%) e de feijão (117,7%).

A produção industrial de Pernambuco cresceu 7,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando retraiu 15,0%, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE². A produção de alimentos, que detém maior representatividade na produção industrial do estado, aumentou 10,0%, evidenciando, em especial, a base de comparação deprimida³, e a da indústria metalúrgica cresceu 25,8%, se recuperando da retração observada no trimestre encerrado em fevereiro.

2/ A pesquisa ainda não incorporou os produtos oriundos da recente planta na indústria automotiva do estado, bem como na refinaria de petróleo.

3/ Conforme mencionado anteriormente, o excesso de chuvas nas regiões produtoras de cana-de-açúcar na segunda metade de 2015, sob influência do fenômeno El Niño, prejudicou a safra daquele ano e estimulou a antecipação da moagem da cana e do refino do açúcar para os meses finais de 2015, contribuindo para a retração de 24,8% na produção de alimentos – atividade com maior representatividade na indústria local -, assinalada no trimestre encerrado em fevereiro de 2016.

Tabela 2.37 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2016 Mar
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
	2015 Dez	Nominal Primário	Juros	Total ^{3/}		
PE	12 504	- 672	256	- 416	- 705	11 383
Governo estadual	13 107	- 390	262	- 129	- 662	12 315
Capital	411	- 126	9	- 117	- 24	270
Demais municípios	- 1 014	- 155	- 15	- 171	- 18	- 1 203

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.38 – Produção agrícola – Pernambuco

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas			Variação %
		Produção		2016/2015	
		2015	2016 ^{2/}		
Grãos	5,4	63	154	143,4	
Feijão	4,0	34	75	117,7	
Milho	1,3	27	77	187,1	
Outras lavouras					
Caná-de-açúcar	38,0	15 965	14 975	-6,2	
Uva	16,6	237	237	0,0	
Banana	10,7	324	288	-11,0	
Mandioca	5,4	388	225	-42,0	
Tomate	4,9	94	62	-33,4	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Tabela 2.39 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-15,0	7,8	-10,4
Produtos alimentícios	31,2	-24,8	10,0	-10,0
Bebidas	10,9	-8,2	-2,0	-8,4
Produtos minerais não-metálicos	9,4	-7,2	-4,4	-10,3
Outros produtos químicos	9,2	7,5	-6,4	-9,8
Metalurgia	7,2	-21,2	25,8	-6,4
Outros equip. de transporte	6,5	-34,4	1,8	-40,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerados períodos de doze meses, a indústria contraiu 10,4% em maio, em relação a igual intervalo de 2015 (-9,2 % em fevereiro), evidenciando recuos nas doze atividades pesquisadas (outros equipamentos de transporte, -40,3%, em função do cancelamento de encomendas de navios de petróleo pela Petrobras; minerais não metálicos, -10,3%; alimentos, -10,0%).

O Ipei do estado, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), atingiu 45,6 pontos em junho, maior patamar desde dezembro de 2014 (37,9 pontos em março e 41,1 pontos em junho de 2015). A evolução do indicador, que persiste na área de pessimismo, sugere perspectivas favoráveis para a indústria nos próximos trimestres.

A balança comercial do estado registrou *deficit* de US\$1,7 bilhão no primeiro semestre do ano (US\$2,4 bilhões no mesmo período de 2015), de acordo com estatísticas do MDIC. As exportações atingiram US\$562,1 milhões e as importações, US\$2,2 bilhões, variando 51,1% e -21,2%, respectivamente, no período.

O crescimento das exportações refletiu variações de 88,6% no *quantum* e de -19,9% nos preços dos produtos exportados. Destacaram-se os aumentos nas vendas externas de produtos manufaturados, 66,1% (insumos petroquímicos para a produção de resina PET, 115,3%; óleo diesel, 56,0%). Registre-se que as exportações de automóveis fabricados por montadora que iniciou suas atividades em 2015 representaram cerca de 20,0% dos embarques da categoria, no semestre. As vendas de semimanufaturados diminuíram 39,9% (açúcar em bruto, -85,8%). Argentina, EUA, Cingapura e Antilhas Holandesas, adquiriram, em conjunto, 64,5% das vendas externas do estado no semestre, ressaltando-se o crescimento das vendas de insumos de resina PET para os EUA.

A redução das importações repercutiu decréscimos de 10,1% nos preços e de 12,4% no *quantum*. Houve recuos nas compras em todas as grandes categorias econômicas: combustíveis e lubrificantes, 30,9% (óleo diesel, -66,5%; gasolina, -41,3%); bens de capital, 24,5% (maquinaria industrial, -54,9%); bens de consumo duráveis, 19,9% (motocicletas, -95,9%); bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 14,6% (bebidas, -36,5%); e bens intermediários, 14,4% (alumínio, -99,2%; produtos laminados, -71,9%). EUA, Argentina, Itália e China constituíram, em conjunto, o mercado de origem de 57,6% das importações de

Tabela 2.40 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	372	562	51,1	-4,3
Básicos	29	30	5,3	-6,3
Industrializados	343	532	54,9	-0,2
Semimanufaturados	36	22	-39,9	0,1
Manufaturados ^{1/}	307	510	66,1	-0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.41 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	2 818	2 220	-21,2	-27,7
Bens de capital	416	314	-24,5	-18,6
Bens Intermediários	1 156	989	-14,4	-25,6
Bens de consumo	378	317	-16,2	-26,4
Duráveis	114	91	-19,9	-47,6
Automóveis de passageiros	82	85	4,3	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	264	225	-14,6	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	868	599	-30,9	-48,0
Petróleo	0	0	...	-47,0
Demais	868	599	-30,9	-48,4
Bens não especificados	0	0	...	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.42 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,03	2,66	2,59	1,92
Livres	78,3	1,05	3,00	2,77	1,34
Comercializáveis	39,4	1,27	3,18	3,12	1,78
Não comercializáveis	38,9	0,83	2,83	2,40	0,89
Monitorados	21,7	0,98	1,45	1,91	4,07
Principais itens					
Alimentação	28,4	0,67	4,57	4,54	1,79
Habitação	14,0	0,73	1,02	0,01	3,21
Artigos de residência	4,9	3,94	1,59	2,93	1,28
Vestuário	7,3	-0,77	3,23	0,35	2,17
Transportes	14,9	1,45	2,82	2,55	0,51
Saúde	12,8	1,71	2,20	3,13	4,52
Despesas pessoais	9,7	1,22	2,04	1,86	0,77
Educação	4,5	0,83	0,36	3,80	0,37
Comunicação	3,5	0,68	0,91	0,38	0,09

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

Pernambuco no semestre, destacando-se o recuo nas compras de óleo diesel provenientes dos EUA.

O IPCA na região metropolitana de Recife variou 1,92% no segundo trimestre de 2016, ante 2,59% no primeiro. A redução refletiu desaceleração dos preços livres, de 2,77% para 1,34%, e aceleração dos monitorados, de 1,91% para 4,07%. A evolução dos preços livres repercutiu decréscimos nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 2,40% para 0,89% (feijão carioca, 59,64%; tubérculos, raízes e legumes, -22,51%), e dos comercializáveis, de 3,12% para 1,78% (leites e derivados, 6,35%; vestuário, 2,17%). A evolução dos preços monitorados foi condicionada, principalmente, pelos aumentos nos itens produtos farmacêuticos (10,32%), energia elétrica residencial (8,24%) e planos de saúde (3,21%). O índice de difusão atingiu 61,4% no segundo trimestre do ano (77,2% no primeiro).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da Região Metropolitana do Recife (RMR) variou 8,45% em junho (9,92% em março), repercutindo elevações de 8,39% nos preços livres (alimentação fora do domicílio, 7,56%; vestuário, 5,03%; saúde e cuidados pessoais, 12,04%) e de 8,65% nos monitorados (planos de saúde, 14,11%; produtos farmacêuticos, 12,49%; ônibus urbano, 14,54%).

A atividade econômica de Pernambuco registrou trajetória de contração no decorrer de 2015 e início de 2016, sensibilizada por recuos em investimentos privados e públicos, em especial relacionados à refinaria do Nordeste e ao polo naval, e pela quebra da safra de cana-de-açúcar. Esse processo registrou, aparentemente, relativa acomodação no trimestre encerrado em maio, quando o IBCR-PE variou 0,2% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro. Ressalte-se que as atividades da refinaria e da montadora, em operação a partir de 2015, ainda não estão contemplados pelo IBCR-PE, mas têm exercido impactos favoráveis sobre as exportações do estado – a representatividade das vendas externas de automóveis e óleo diesel superou a do açúcar, no período recente. A melhora das expectativas dos empresários industriais e o aumento dos emplacamentos dos automóveis constituem indicativos de melhora da atividade econômica no estado para os próximos trimestres.

Região Centro-Oeste

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

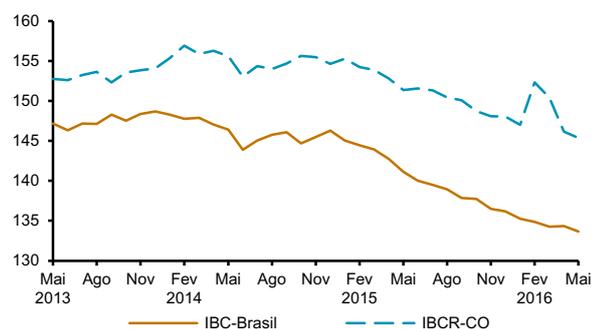
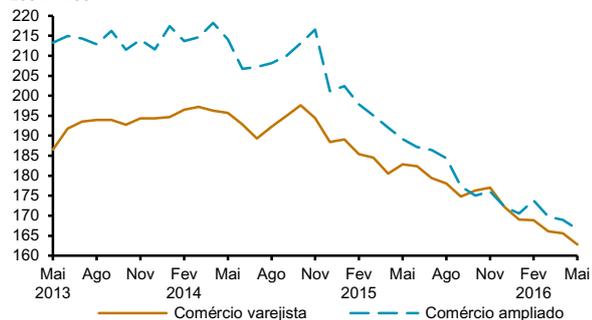


Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2004 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF^{1/}

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Comércio varejista	-8,6	-4,4	-2,9	-9,8
Combustíveis e lubrificantes	-1,3	0,1	-6,0	-4,1
Hiper e supermercados	-10,5	-4,7	-3,8	-10,1
Tecidos, vestuário e calçados	-8,3	-2,4	-6,0	-10,1
Móveis e eletrodomésticos	-19,0	-9,0	-2,3	-19,2
Outros art. de uso pessoal/dom.	4,8	-4,4	-0,6	-2,4
Comércio ampliado	-14,0	-2,9	-2,8	-15,4
Veículos e motos, partes e peças	-24,1	1,1	-1,7	-25,0
Material de construção	-7,1	-5,0	-2,2	-12,7

Fonte: IBGE

1/ GO e DF são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Centro-Oeste recuou no trimestre encerrado em maio, repercutindo efeitos da estiagem sobre o setor primário e o impacto de retrações nas vendas do comércio e na produção da indústria extrativa. Nesse contexto, o IBCR-CO variou -1,2% no período, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando cresceu 0,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,2% em maio (-2,7% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado na região diminuíram 2,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando também recuaram 2,2%, neste tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas no Distrito Federal (4,6%), Mato Grosso (2,3%), Goiás (1,7%) e Mato Grosso do Sul (0,7%). As vendas do comércio varejista, excluídos os segmentos automóveis, motos, partes e peças, e material de construção, decresceram 3,0% no período, com destaque para as retrações de 3,6% no Distrito Federal e de 3,1% no Mato Grosso.

Em períodos de doze meses, as vendas no comércio ampliado diminuíram 13,3% em maio (-12,8% em fevereiro), com retrações de 16,3% em Goiás, 14,0% no Distrito Federal, 11,8% no Mato Grosso, e 7,7% no Mato Grosso do Sul. As vendas do comércio varejista retraíram 8,5% nesse tipo de comparação, com destaque para a redução de 10,6% em Goiás.

Considerando a agregação do comércio no Distrito Federal e em Goiás, únicas unidades da federação na região com divulgação de informações por atividade, destacaram-se os recuos trimestrais nas vendas de combustíveis e lubrificantes (6,0%), móveis e eletrodomésticos (6,0%) e hipermercados, e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,8%), segundo dados dessazonalizados. Em períodos de doze meses, destacaram-se as retrações

nas vendas de veículos, motos, partes e peças (25,0%) e de móveis e eletrodomésticos (19,2%).

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no Centro-Oeste diminuíram 9,6% no segundo trimestre de 2016, em relação ao anterior, segundo série dessazonalizada da Fenabreve. Em doze meses, os emplacamentos na região contraíram 32,1% em junho (-29,6% em março).

O volume de serviços na região recuou 4,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia crescido 0,9%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Houve recuos em todas as unidades da federação da região, principalmente no Mato Grosso (9,3%) e no Distrito Federal (6,1%), repercutindo, sobretudo, a diminuição no fluxo de transporte da safra de soja para os portos. Considerados períodos de doze meses, o volume de serviços na região variou -0,9% em maio (-1,1% em fevereiro), com crescimentos no Mato Grosso (3,2%) e no Distrito Federal (0,2%), e retrações em Goiás (5,8%) e no Mato Grosso do Sul (0,9%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região atingiu R\$326,5 bilhões em maio, contraindo 2,0% no trimestre e 0,7% em doze meses. O estoque de empréstimos contratados com recursos direcionados totalizou R\$195,3 bilhões, variando -0,8% e 3,5%, respectivamente. As contratações com recursos livres somaram R\$130,9 bilhões, retraindo 2,2% no trimestre e 0,6% em 12 meses.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$189,8 bilhões em maio, variando 0,1% no trimestre – reflexo de elevações nas modalidades financiamentos imobiliários e crédito rural, e recuo nos financiamentos de veículos – e 6,7% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$136,7 bilhões, com retrações de 2,0% no trimestre – destacando-se as reduções no crédito para os setores de comércio e transportes – e de 0,7% em doze meses.

A inadimplência destas operações de crédito atingiu 3,6% em maio, aumentando 0,3 p.p. no trimestre e 1,0 p.p. em doze meses. No trimestre, houve variações de -0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,8 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 3,6% e 3,7%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a região somaram R\$3,6 bilhões no primeiro semestre do ano e R\$10,9 bilhões

Tabela 3.2 – Índice de volume de serviços – Agregação para GO e DF^{1/}

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2015 Ano	2016 Fev ^{2/}	2016 Mai ^{2/}	12 meses
Total	-3,2	0,3	-2,8	-2,2
Serviços prestados às famílias	-2,5	0,0	-6,2	-3,2
Serviços de informação e comunicação	-3,3	-0,3	-0,7	-1,9
Serviços profissionais e administrativos	-10,1	-3,2	-3,8	-7,8
Transportes e correio	0,2	5,6	-7,0	1,2
Outros serviços	-2,6	-5,5	2,1	-3,5

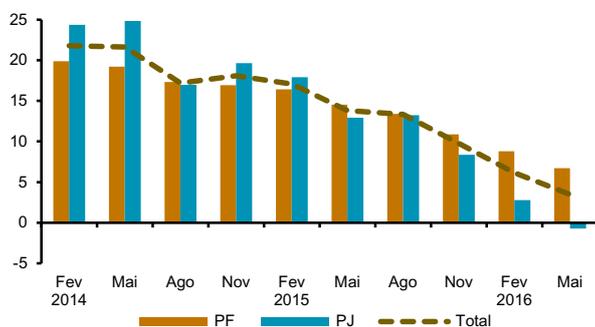
Fonte: IBGE

1/ Goiás e DF são as unidades da região com dados estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 3.3 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste
Novos postos de trabalho

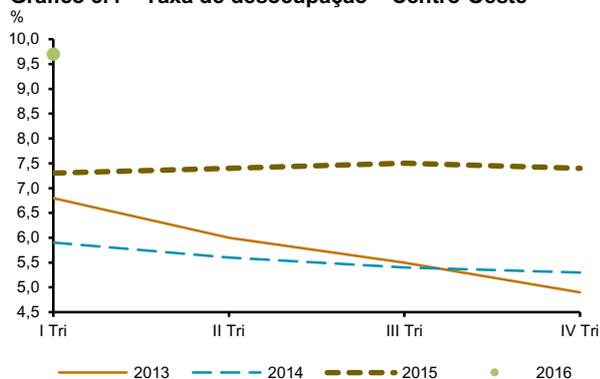
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	3,9	-5,3	-48,5	-48,3	-2,1
Indústria de transformação	1,8	-7,7	-18,2	-11,5	6,4
Comércio	-3,1	-5,9	-1,7	-11,7	-10,5
Serviços	9,6	2,1	-6,9	-15,6	0,1
Construção civil	-4,2	-2,6	-13,3	-12,0	2,0
Agropecuária	-0,7	8,3	-7,6	3,5	-0,4
Outros ^{2/}	0,5	0,4	-0,8	-1,0	0,3

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

Gráfico 3.4 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste



Fonte: IBGE

Tabela 3.4 – Necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-1042	-1 751	748	980
Governos estaduais	-875	-1 440	754	987
Capitais	85	-42	7	9
Demais municípios	-252	-269	-14	-16

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

no período de doze meses encerrado em junho, recuando 35,7% e 37,5%, respectivamente, em relação a iguais intervalos de 2015.

A evolução do mercado de trabalho do Centro-Oeste mostra-se consistente com a trajetória da economia da região. Nesse sentido, de acordo com o Caged/MTPS, houve eliminação de 2,1 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, destacando-se a redução de 10,5 mil de postos no comércio e as criações de 6,4 mil posições na indústria de transformação e de 2,0 mil na construção civil. O nível do emprego na região diminuiu 0,9% no trimestre finalizado em maio, relativamente ao encerrado em fevereiro, quando retraiu 0,6%, nessa base de comparação, segundo dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego na região atingiu 9,7% no primeiro trimestre de 2016, de acordo com a PNAD Contínua, do IBGE. O aumento de 2,4 p.p. em relação a igual trimestre de 2015 refletiu elevações de 34,3% no número de pessoas desocupadas e de 1,3% na força de trabalho. A massa de rendimento real habitualmente recebida recuou 5,1% no período, resultado de reduções de 4,4% do rendimento médio real habitual e de 0,7% na população ocupada remunerada.

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste registraram *superavit* primário de R\$1,8 bilhão no primeiro trimestre de 2016, ante R\$1 bilhão no mesmo período em 2015. O resultado repercutiu elevações nos *superavits* dos governos estaduais (de R\$0,9 bilhão para R\$1,4 bilhão) e dos principais municípios da região (de R\$252 milhões para R\$269 milhões) e reversão, de *deficit* de R\$85 milhões para *superavit* de R\$42 milhões, no resultado dos governos das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$980 milhões, resultando em *superavit* nominal de R\$771 milhões (R\$748 milhões e R\$294 milhões no primeiro trimestre de 2015, respectivamente).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste totalizou R\$29,6 bilhões (4,0% da dívida total das regiões), retraindo 6,2% em relação a dezembro de 2015. As dívidas renegociadas ou reestruturadas pela União, as dívidas bancária e externa, e a posição credora em disponibilidades líquidas representaram, na ordem, 63,9%, 59,3% e -23,1% do endividamento líquido, no período.

Tabela 3.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2015	Nominal		Outros ^{3/}	2016
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}	Mar	
Total	31 522	-1 751	980	-771	-1 188	29 562
Governos estaduais	32 517	-1 440	987	-453	- 787	31 277
Capitais	265	-42	9	-33	-371	-139
Demais municípios	-1 260	-269	-16	-285	-30	-1 575

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 3.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015			Maio de 2016		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
DF	4 424	603	914	3 720	-41	280
GO	16 270	-1 314	521	15 449	-1 243	625
MS	7 045	-1 334	-287	6 765	-1 515	-494
MT	3 783	-1 128	-533	3 352	-841	-240
Total (A)	31 522	-3 173	616	29 287	-3 640	171
Brasil^{4/} (B)	793 064	-11 900	85 611	742 497	1 552	99 286
(A/B) (%)	4,0	26,7	0,7	3,9	-234,5	0,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 3.7 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2015	2016	
Grãos	83,9	89 909	79 881	-11,2
Algodão (caroço)	7,2	1 648	1 566	-5,0
Feijão	1,5	690	627	-9,1
Milho	13,8	41 375	31 169	-24,7
Soja	59,7	43 860	44 956	2,5
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,0	136 711	141 164	3,3
Tomate	0,9	956	696	-27,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

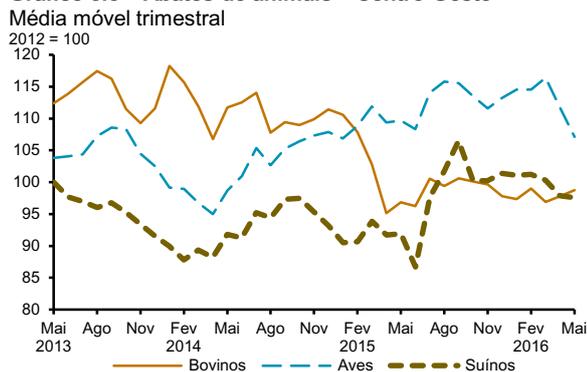
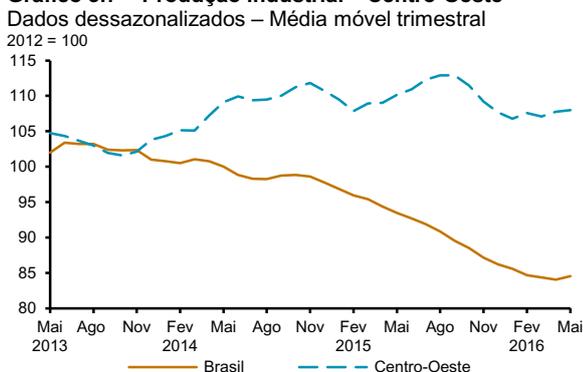
Considerados dados consolidados, o *superavit* primário dos estados, capitais e principais municípios do Centro-Oeste totalizou R\$3,6 bilhões no período de doze meses finalizado em maio (Mato Grosso do Sul, R\$1,5 bilhão; Goiás R\$1,2 bilhão). Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,8 bilhões e o resultado nominal, *deficit* de R\$171 milhões.

A arrecadação do ICMS somou R\$38,4 bilhões no período de doze meses encerrado em maio, de acordo com a Cotepe, do Ministério da Fazenda, recuando 3,8%, em termos reais, ante igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). As transferências da União para a região totalizaram R\$12,2 bilhões no período, com redução real de 11,6% na mesma base de comparação.

A atividade agrícola do Centro-Oeste repercutiu a adversidade climáticas nos últimos meses, que condicionou a quebra de safra das culturas de inverno, que concentram mais de 70% da produção de milho da região. Nesse cenário, a safra de grãos da região deverá somar 79,9 milhões de toneladas em 2016, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE, ressaltando-se que a estimativa de recuo anual de 11,2% repercute, em especial, as projeções de reduções para as safras de milho (24,7%), feijão (9,1%) e de algodão (5,0%). Em relação às demais culturas, estima-se retrações para as lavouras de tomate (27,2%), banana (5,1%) e mandioca (21,3%), e aumento de 3,3% para a de cana-de-açúcar.

Os abatimentos de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (95,0% do total na região) variaram -0,3% nos cinco primeiros meses de 2016, comparativamente a igual período de 2015, repercutindo decréscimos em Goiás (2,8%) e no Mato Grosso (1,0%), e expansão no Mato Grosso do Sul (2,4%). Os abatimentos de suínos aumentaram 8,1% e os de aves permaneceram estáveis, no período. As exportações de carnes bovinas recuaram 6,3% (Venezuela, -77,0%; Rússia, -49,6%), contrastando com os aumentos respectivos de 6,8% e de 40,8% nos embarques de carnes de aves (Emirados Árabes Unidos, 81,6%; Hong Kong, 119,6%) e de suínos (Rússia, 45,1%; Hong Kong, 146,7%).

A produção industrial do Centro-Oeste, considerando o agregado de Goiás e Mato Grosso, únicos estados da região com estatísticas divulgadas pela PIM-PF do IBGE, expandiu 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia recuado 1,4%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados. A produção da indústria de transformação aumentou 1,2%

Gráfico 3.5 – Abates de animais – Centro-Oeste**Gráfico 3.6 – Indicador boi gordo****Gráfico 3.7 – Produção industrial – Centro-Oeste****Tabela 3.8 – Produção industrial – Agregação para****GO e MT^{1/}**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{2/} 2016	Variação % trimestral		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,4	0,4	0,0
Indústrias de transformação	94,6	-1,8	1,2	0,4
Produtos alimentícios	56,4	-0,7	0,6	3,3
Prod. miner. não-metálicos	4,1	3,2	-4,2	-15,1
Metalurgia	2,7	9,8	-13,6	-1,7

Fonte: IBGE

1/ GO e MT são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

3/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

(produtos alimentícios, 0,6%; minerais não metálicos, -4,2%; metalurgia, -13,6%).

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria da região permaneceu estável em maio, em comparação a igual intervalo de 2015 (aumento de 1,1% em fevereiro). A produção da indústria extrativa variou -9,0% e a de transformação 0,4% (biocombustíveis, 16,5%; produtos químicos, 8,4%, alimentos, 3,3%).

O Icei de Goiás, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 47,5 pontos em junho (40,7 pontos em março e 42,4 pontos em junho de 2015), maior valor desde janeiro de 2015, sinalizando perspectivas mais favoráveis para o setor. No mesmo sentido, o Icei de Mato Grosso, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt), totalizou 44,9 pontos em junho de 2016 (40,1 pontos em março de 2016 e 37,6 pontos em junho de 2015), também apresentando o melhor desempenho desde janeiro de 2015.

O indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para o Centro-Oeste atingiu 55,5 pontos em junho (50,0 pontos em março e 49,6 pontos em junho de 2015), seguindo trajetória de recuperação e deslocando-se para a área de otimismo. O Indicador de Estoques situou-se em 49,8 pontos em maio (43,6 pontos em fevereiro e 50,2 pontos em maio de 2015), sugerindo estoques em patamar próximo ao planejado pelos empresários.

O *superavit* da balança comercial da região totalizou US\$10,2 bilhões no primeiro semestre do ano, elevando-se 45,7% em relação a igual período de 2015, segundo estatísticas do MDIC. As exportações atingiram US\$14 bilhões e as importações, US\$3,9 bilhões, variando 17,5% e -22,2%, respectivamente.

O desempenho das vendas externas refletiu redução de 10,6% nos preços e expansão de 29,9% no *quantum*. Houve aumentos nos embarques de produtos básicos, 20,6% (soja mesmo triturada, 19,8%; milho em grãos, 122,3%; e algodão em bruto, 40,6%) e de semimanufaturados, 1,3% (ouro em formas semimanufaturadas, 37,8%; óleo de soja em bruto, 40,9%; celulose, 3,9%), e recuo de 1,0% nos de manufaturados (preparações e conservas de carne de peru, -62,1%; papel e cartão para fins gráficos, -41,2%; e óleo de soja refinado, -38,1%). As exportações do Centro-Oeste destinadas à China, Holanda, Tailândia e Irã responderam, em conjunto, por 50,0% das vendas externas da região no semestre. Destacaram-se os aumentos nas vendas de soja,

Tabela 3.9 – Exportação por fator agregado
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	11 933	14 022	17,5	-4,3
Básicos	10 058	12 130	20,6	-6,3
Industrializados	1 875	1 892	0,9	-2,5
Semimanufaturados	1 573	1 594	1,3	0,2
Manufaturados ^{1/}	301	298	-1,0	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.10 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	4 955	3 856	-22,2	-27,7
Bens de capital	276	152	-44,8	-18,6
Bens Intermediários	1 993	1 717	-13,8	-25,6
Bens de consumo	1 269	1 250	-1,5	-26,4
Duráveis	176	121	-31,1	-47,6
Automóveis de passageiros	149	108	-27,9	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	1 093	1 129	3,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	1 417	735	-48,1	-48,0
Petróleo	0	0	-	-47,0
Demais	1 417	735	-48,1	-48,4
Bens não especificados	0	2 10 937,1		29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 3.11 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,00	1,42	3,34	2,25	1,26
Livres	75,61	0,75	3,05	2,56	1,48
Comercializáveis	33,96	1,53	3,23	2,83	1,33
Não comercializáveis	41,65	0,13	2,90	2,34	1,61
Monitorados	24,39	3,53	4,23	1,28	0,56
Principais itens					
Alimentos e bebidas	24,23	-0,06	5,03	4,19	2,87
Habitação	15,79	3,97	2,69	-0,81	0,36
Artigos de residência	4,32	1,90	1,02	2,32	0,71
Vestuário	5,84	0,60	2,79	0,93	1,62
Transportes	19,41	1,38	5,27	2,41	-2,16
Saúde	10,55	1,78	1,82	2,27	5,01
Despesas pessoais	11,13	1,62	1,44	2,86	1,61
Educação	4,62	0,62	0,85	5,92	0,48
Comunicação	4,11	0,28	2,28	-1,31	2,61

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

para a China e a Tailândia, e de milho em grão, para o Japão e o Irã.

A evolução das importações decorreu de decréscimos de 11,1% nos preços e de 12,2% no *quantum*. Houve recuos nas aquisições em todas as grandes categorias econômicas: bens de capital, 44,8% (equipamentos móveis de transporte, -96,0%; outros bens de capital, -48,6%); matérias-primas e produtos intermediários, 13,8% (acessórios de equipamentos de transporte, -56,7%; produtos químicos e farmacêuticos, -23%); combustíveis e lubrificantes, 48,1% (gás natural, -49,5%); e bens de consumo, 1,5% (produtos alimentícios, -38%; veículos de passageiros, -27,9%). As importações provenientes da Bolívia, EUA, Canadá, Alemanha e China representaram 51,5% das compras externas da região no semestre. Sobressaíram as reduções nas aquisições de acessórios de equipamentos de transporte, originárias do Canadá, da Alemanha e da China; de produtos químicos e farmacêuticos, dos EUA e da Alemanha; e de gás natural, da Bolívia.

A variação do IPCA do Centro-Oeste, resultado da agregação dos índices de Brasília, Goiânia e Campo Grande, atingiu 1,26% no segundo trimestre de 2016, ante 2,25% no trimestre anterior. Houve desacelerações nos preços livres, de 2,56% para 1,48%, e nos monitorados, de 1,28% para 0,56% (gasolina, -4,89%; gás de botijão, -4,13%; energia elétrica residencial, -1,99%).

A trajetória dos preços livres repercutiu reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,83% para 1,33% (carnes, -2,87% e etanol, -12,46%); e dos não comercializáveis, de 2,34% para 1,61% (passagem aérea, -4,25%; tubérculos, raízes e legumes, -9,31%; feijão carioca, 73,25%). O índice de difusão situou-se em 59,3% no segundo trimestre de 2016 (67,5% no primeiro trimestre e 65,0% em igual período de 2015).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA do Centro-Oeste variou 8,51% em junho, ante 9,01% em março de 2016. A desaceleração refletiu reduções nas variações dos preços monitorados, de 10,48% para 9,91%, e dos preços livres, de 8,54% para 8,06%, registrando-se, nesse segmento, desacelerações dos preços dos produtos comercializáveis (de 9,61% para 9,21%) e dos não comercializáveis (de 7,67% para 7,14%).

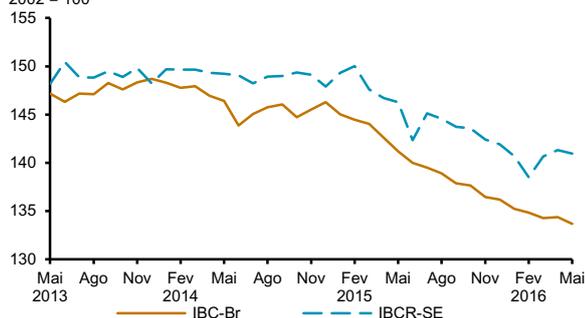
A atividade econômica no Centro-Oeste recuou no trimestre encerrado em maio, influenciada pela retração nas vendas do comércio e pela incorporação dos efeitos da

estiagem sobre as projeções de safra de inverno, em especial de milho. As perspectivas de recuo na renda agrícola da região podem representar perda de sustentação importante da atividade econômica, com possíveis efeitos sobre o setor de serviços, em especial transporte e armazenagem, e sobre o comércio. Esse impacto poderá ser mitigado pelos impactos favoráveis do aumento do valor das exportações – refletindo o novo patamar da taxa de câmbio e os preços externos de *commodities* agrícolas importantes na pauta da região – e da efetiva reversão na trajetória da confiança dos agentes econômicos.

Região Sudeste

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste

Geral e setores selecionados

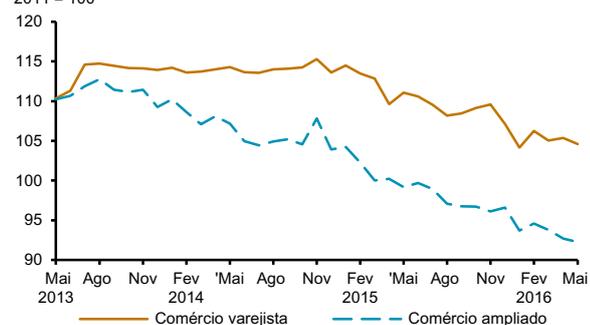
Setores	Variação % no período			
	2015 Ano	2016 Fev ^{1/}	2016 Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-3,3	-2,9	-0,8	-5,0
Combustíveis e lubrificantes	-7,2	-2,8	0,0	-8,6
Hiper e supermercados	-1,5	-1,5	-0,2	-1,4
Tecidos, vestuário e calçados	-9,3	-2,5	-7,5	-13,1
Móveis e eletrodomésticos	-14,0	-7,1	-0,6	-14,9
Comércio ampliado	-7,0	-1,6	-2,2	-7,2
Automóveis e motocicletas	-14,5	0,6	-6,8	-10,5
Material de construção	-10,2	-3,2	-1,9	-12,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

A trajetória de retração da atividade econômica do Sudeste, a despeito do cenário de distensão do mercado de trabalho, contração da renda e acomodação das operações de crédito, apresentou sinais de acomodação no trimestre encerrado em maio. Nesse contexto, em que a persistência de resultados negativos no comércio e no setor de serviços se contrapôs a sinais de recuperação da indústria, o IBCR-SE cresceu 0,4% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando recuara 2,0%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador declinou 3,9% em maio (-3,2% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 2,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam diminuído 1,6%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções em sete dos dez segmentos pesquisados (tecidos, vestuário e calçados, -7,5%; livros, jornais, revistas e papelaria, -7,0%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, -3,6%). As vendas do comércio varejista, excluídas as reduções nas relativas a veículos, motos, partes e peças (6,8%) e a material de construção (1,9%), decresceram 0,8% no período (-2,9% no trimestre finalizado em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 7,2% em maio, ante 6,9% em fevereiro (livros, jornais, revistas e papelaria, -16,3%; móveis e eletrodomésticos, -14,9%; tecidos, vestuário e calçados, -13,1%; material de construção, -12,5%; veículos, motos, partes e peças, -10,5%). O comércio varejista recuou 5,0% e 4,3% nos períodos considerados.

Os emplacements de automóveis e comerciais leves no Sudeste, indicador de vendas do setor, diminuíram 3,1% no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, quando retraíram 5,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da

Tabela 4.2 – Volume de serviços – Sudeste

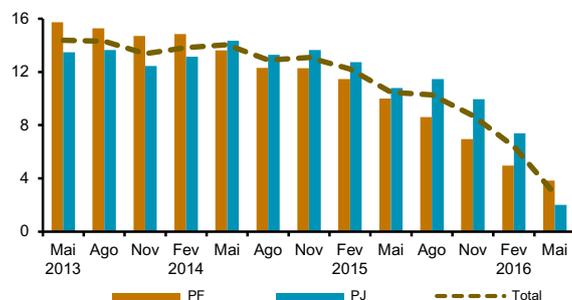
Segmentos	Variação % no período			
	2015		2016	
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-3,2	-5,0	-5,4	-4,8
Serviços prestados às famílias	-5,7	-5,1	-4,1	-4,9
Serviços de informação e comunicação	1,0	-2,3	-4,4	-2,2
Serviços profissionais e administrativos	-3,0	-6,2	-6,2	-5,0
Transportes e correio	-6,9	-7,0	-7,2	-7,5
Outros serviços	-10,1	-9,0	-1,6	-8,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.3 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2016 ^{1/}	
	2013	2014	2015	2016 ^{1/}	R\$ milhões	Part.(%)
Sudeste	20,2	2,8	-33,2	-42,3	46 111	43
Brasil	22,1	-1,4	-27,6	-37,8	107 291	100

Fonte: BNDES

1/ Valores acumulados em doze meses até junho.

Tabela 4.4 – Evolução do emprego formal – Sudeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-66,1	-191,4	-244,9	-453,3	-99,3
Indústria de transformação	-60,8	-102,7	-88,4	-118,2	-26,2
Comércio	-24,7	-29,6	16,2	-93,5	-50,4
Serviços	2,5	-59,7	-62,3	-138,6	-43,5
Construção civil	-30,2	-34,2	-63,4	-50,8	-39,8
Agropecuária	50,0	40,5	-42,0	-40,2	55,7
Serv. industr. de utilidade pública	-1,0	-3,2	-2,2	-1,0	0,7
Outros ^{2/}	-2,0	-2,4	-2,8	-11,0	4,2

Fonte: MTSP

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Fenabreve. Os emplacements acumulados em doze meses contraíram 25,0% em junho, em relação a igual período de 2015.

O volume do setor de serviços no Sudeste decresceu 1,2% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia decrescido 1,1%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS, do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,8% em maio, ante retração de 3,5% em fevereiro (outros serviços, -8,1%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, -7,5%; serviços profissionais, administrativos e complementares, -5,0%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região totalizaram R\$1.691,5 bilhões em maio, variando -1,2% no trimestre e 2,8% em doze meses. As contratações com recursos direcionados somaram R\$810,5 bilhões (variações respectivas de -1,1% e 4,3%) e as realizadas com recursos livres, R\$881,0 bilhões, com recuo de 1,2% no trimestre e aumento de 1,4% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$697,8 bilhões, aumentando 0,7% no trimestre, com destaque para a modalidade financiamentos imobiliários, e 3,8% em doze meses. No segmento de pessoas jurídicas, o estoque de crédito, que totalizou R\$993,7 bilhões, variou -2,5% no trimestre, sobressaindo os financiamentos com recursos do BNDES e as linhas de crédito para capital de giro, e 2,0% em doze meses.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,2% em maio, aumentando 0,2 p.p. no trimestre e 0,5 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu elevações de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,3 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de inadimplência de 4,3% e 2,5%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a região somaram R\$10,3 bilhões no semestre e R\$46,1 bilhões no período de doze meses encerrado em junho, recuando 33,5% e 42,3%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

Refletindo a evolução da atividade econômica, o mercado de trabalho no Sudeste registrou a eliminação de 99,3 mil postos formais no trimestre encerrado em maio (-66,1 mil em igual período de 2015), de acordo com o Caged/MTSP, destacando-se os cortes no comércio, 50,4 mil; no setor de serviços, 43,5 mil; e na construção civil, 39,8 mil. Considerados dados dessazonalizados, o nível

Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste

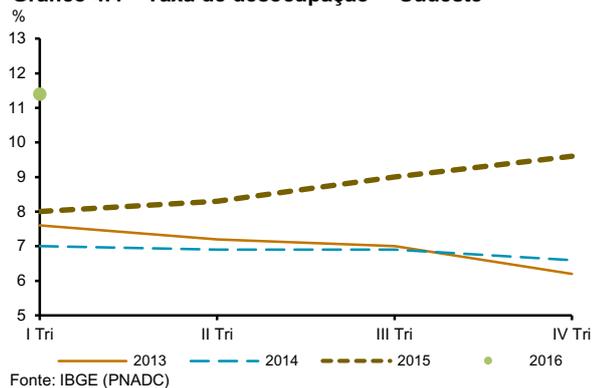


Tabela 4.5 – Necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-12 764	-12 301	13 914	19 567
Governos estaduais	-5 772	-8 476	11 166	16 267
Capitais	-4 703	-2 399	2 723	3 239
Demais municípios	-2 289	-1 426	25	61

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2015	Nominal			2016
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}	Outros ^{3/}	Mar
Total	583 023	-12 301	19 567	7 266 -61 005	529 284	
Gov. estaduais	479 494	-8 476	16 267	7 792 -11 104	476 181	
Capitais	101 178	-2 399	3 239	840 -49 207	52 811	
Demais municípios	2 351	-1 426	61	-1 365 -694	292	

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 4.7 – Dívida líquida – Sudeste^{1/}

Composição

Região Sudeste	R\$ milhões		
	2014	2015	2016
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	50 130	69 046	68 743
Renegociação ^{2/}	394 794	439 535	402 787
Dívida externa	43 032	67 775	62 376
Outras dívidas junto à União	15 029	14 373	13 875
Dívida reestruturada	985	1024	935
Disponibilidades líquidas	-18 605	-8 730	-19 431
Total (A)	485 365	583 023	529 284
Brasil^{3/} (B)	655 704	793 064	731 056
(A/B) (%)	74,0	73,5	72,4

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

de emprego formal do Sudeste recuou 1,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 1,1%, na mesma base de comparação.

A taxa de desemprego da região, mensurada pela PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 11,4% no trimestre encerrado em março, ante 8,0% em igual período de 2015, reflexo de variações de -1,1% da população ocupada e de 2,7% da força de trabalho. O rendimento real médio habitual diminuiu 1,2% e a massa salarial, 2,1%, no período.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste totalizou R\$12,3 bilhões no primeiro trimestre de 2016 (R\$12,8 bilhões em igual período de 2015). Os *superavits* das capitais e dos demais municípios recuaram 49,0% e 37,7%, respectivamente, e o dos estados aumentou 46,8%.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$19,6 bilhões no período (R\$13,9 bilhões no primeiro trimestre de 2015), resultado de elevações respectivas de 45,7%, 19,0% e 145,0% nas esferas dos governos estaduais, das capitais e dos demais municípios. O *deficit* nominal atingiu R\$7,3 bilhões (R\$1,2 bilhão em igual período de 2015).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste totalizou R\$529,3 bilhões em março de 2016 (72,4% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país). O recuo de 9,2% em relação a dezembro de 2015 repercutiu, fundamentalmente, a renegociação das dívidas de estados e municípios com a União.

Considerados períodos de doze meses, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste registraram *superavit* primário de R\$1,7 bilhão em maio de 2016. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$75,1 bilhões e o *deficit* nominal, R\$73,4 bilhões.

O endividamento líquido dos três segmentos subnacionais da região totalizou R\$539,9 bilhões em maio (72,8% do total dos estados, capitais e principais municípios do país), com redução de 7,4% em relação a dezembro de 2015.

A arrecadação de ICMS na região atingiu R\$86,2 bilhões nos cinco primeiros meses de 2016, de acordo com

Tabela 4.8 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015		Maio de 2016			
	Dívida	Fluxos 12 meses Primário Nominal ^{3/}	Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses Primário Nominal ^{3/}		
ES	1 524	-268	56	1 830	505	834
MG	109 568	-999	13 320	108 242	- 939	13 560
RJ	128 690	4 175	18 293	130 414	6 448	21 168
SP	343 241	-10 368	35 619	299 443	-7 759	37 843
Total (A)	583 023	-7 459	67 288	539 929	-1 745	73 405
Brasil^{4/} (B)	793 064	-11 900	85 611	741 833	891	99 115
(A/B) (%)	73,5	62,7	78,6	72,8	-195,9	74,1

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 4.9 – Produção agrícola – Sudeste

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas			Var. %
		Produção ^{2/}		2016/2015	
		2015	2016		
Grãos		19 307	19 665	1,9	
Arroz (em casca)	0,1	82	65	-21,0	
Feijão	1,7	716	757	5,8	
Milho	6,6	11 288	10 153	-10,1	
Soja	7,5	5 754	7 241	25,9	
Outras lavouras					
Café	20,4	2 234	2 512	12,4	
Banana	2,8	2 370	2 241	-5,4	
Cana-de-açúcar	37,2	492 150	494 956	-5,5	
Laranja	6,0	12 827	12 456	-2,9	

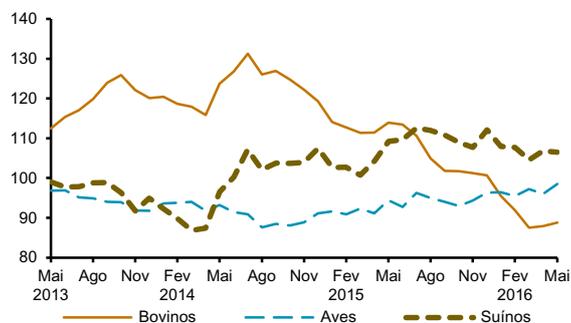
Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Gráfico 4.5 – Abates de animais – Sudeste

Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: Mapa

as Secretarias da Fazenda dos Estados, com retração real de 7,0% em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, as transferências da União para a região totalizaram R\$15,6 bilhões no período, recuando 10,6% na mesma base de comparação.

A produção agrícola da região deverá aumentar no ano, a despeito da adversidade climática nos últimos meses. A safra de grãos do Sudeste está estimada em 19,7 milhões de toneladas em 2016 (10,3% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. A projeção de crescimento anual de 1,9% foi condicionada, em especial, pelos prognósticos de expansão de 25,9% para a produção da soja e de recuo de 10,1% para a de milho. Em relação às demais culturas, destaque para as projeções de variações para as safras do café arábica (23,5%), cana-de-açúcar (-5,5%) e laranja (-2,9%).

Os abates de suínos, aves e bovinos, realizados em estabelecimentos inspecionados pelo SIF, variaram 0,3%, 5,1% e -21,5%, respectivamente, nos cinco primeiros meses de 2016, em relação a igual período de 2015, de acordo com o Mapa. No segmento de bovinos, as condições mais favoráveis das pastagens favoreceram a decisão dos produtores de restringir os abates, na expectativa de melhores cotações.

A produção industrial do Sudeste aumentou 2,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuou 3,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional, do IBGE. A produção da indústria extrativa cresceu 0,4% e a da indústria de transformação, 2,7% (máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 15,0%; máquinas e equipamentos, 12,3%; produtos alimentícios, 11,4%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial da região diminuiu 10,4% em maio, em relação a igual período de 2015, após retração de 10,2% em fevereiro (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -34,0%; veículos automotores, reboques e carrocerias, -27,6%; produtos têxteis, -19,2%).

O Iicei do Sudeste, calculado pela CNI, atingiu 43,5 pontos em junho, situando-se pelo décimo trimestre abaixo da linha de indiferença (34,4 pontos em março e 35,4 pontos em junho de 2015), mas evidenciando sinais de recuperação consistente. A elevação trimestral refletiu aumentos

Tabela 4.10 – Produção industrial – Sudeste
 Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-3,7	2,1	-10,4
Indústrias extrativas	13,6	-9,5	0,4	-6,8
Indústrias de transformação	86,4	-3,1	2,7	-11,0
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-1,1	2,2	-27,6
Produtos alimentícios	12,7	3,0	11,4	2,2
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	2,0	-2,1	-10,2
Metalurgia	7,1	-2,6	-5,1	-11,2
Outros produtos químicos	5,8	-4,0	1,8	-6,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.11 – Exportação por fator agregado – FOB
 Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	47 346	42 387	-10,5	-4,3
Básicos	17 339	13 104	-24,4	-6,3
Industrializados	30 006	29 284	-2,4	-2,5
Semimanufaturados	6 786	6 904	1,7	0,1
Manufaturados ^{1/}	23 220	22 380	-3,6	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.12 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB
 Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	49 522	36 278	-26,7	-27,7
Bens de capital	7 482	5 293	-29,3	-18,6
Bens Intermediários	29 103	22 354	-23,2	-25,6
Bens de consumo	8 306	6 141	-26,1	-26,4
Duráveis	2 195	1 112	-49,3	-47,6
Automóveis de passageiros	1 484	628	-57,7	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	6 111	5 029	-17,7	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	4 592	2 442	-46,8	-48,0
Petróleo	1 818	905	-50,2	-47,0
Demais	2 774	1 536	-44,6	-48,4
Bens não especificados	39	48	24,8	29,1

Fonte: MDIC/Secex

respectivos de 7,0 pontos e 10,4 pontos nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas.

O indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Sudeste atingiu 44,6 pontos em maio, permanecendo pelo décimo trimestre na zona de pessimismo (41,1 pontos em fevereiro e 39,1 pontos em maio de 2015). O indicador de estoques, em patamar considerado adequado, totalizou 50,2 pontos (49,4 pontos em fevereiro e 52,9 pontos em maio de 2015).

O comércio exterior do Sudeste registra forte ajuste interanual. O *superavit* da balança comercial do Sudeste atingiu US\$6,1 bilhões no primeiro semestre de 2016, ante *deficit* de US\$2,2 bilhões em igual período de 2015. As exportações totalizaram US\$42,4 bilhões e as importações, US\$36,3 bilhões, decrescendo 10,5% e 26,7%, respectivamente, no período.

O desempenho das exportações, decorrente de variações de -14,1% nos preços e de 4,2% no *quantum*, refletiu diminuição nas vendas de produtos básicos, 24,4% (óleos brutos de petróleo, -37%; minérios de ferro, -31,7%) e de manufaturados, 3,6% (tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios, -57%; óleos combustíveis, -74,7%), e aumento de 1,7% nas de semimanufaturados (açúcar de cana em bruto, 39,7%). As vendas externas da região para a China, EUA, Argentina, Holanda e Chile representaram, em conjunto, 49,8% do total no período, destacando-se o declínio de 18,4% nas direcionadas para os EUA.

A contração das importações no semestre resultou de decréscimos de 8,1% nos preços e de 20,3% no *quantum*. Houve reduções das compras em todas as grandes categorias econômicas: combustíveis e lubrificantes, 46,8% (petróleo em bruto, -50,2%; gás natural liquefeito, -85%); bens de capital, 29,3% (aviões, -76,8%; centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar, -55,5%); bens de consumo, 26,1% (automóveis de passageiros, -57,7%; medicamentos para medicina humana e veterinária, -11,9%); e bens intermediários, 23,2% (circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia, -37,6%; partes e peças para veículos automóveis e tratores, -23,6%). As importações provenientes dos EUA, China, Alemanha, Argentina e França representaram, em conjunto, 54,3% do total adquirido pela região no período, com ênfase para as diminuições nas originárias da China (28,8%) e da Argentina (26,9%).

A inflação no Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas regiões metropolitanas

Tabela 4.13 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2015	2016		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	10,56	2,58	1,77	8,74
Livres	74,7	8,09	2,81	1,48	8,13
Comercializáveis	32,5	7,72	2,66	1,81	9,03
Não comercializáveis	42,2	8,37	2,93	1,22	7,44
Monitorados	25,3	18,57	1,91	2,66	10,58
Principais itens					
Alimentação	24,0	11,06	4,16	2,77	12,06
Habitação	15,8	19,36	-0,08	2,54	8,02
Artigos de residência	4,0	4,76	2,29	1,31	5,62
Vestuário	5,4	4,13	0,68	1,39	5,23
Transportes	18,6	10,09	2,97	-1,44	6,27
Saúde	11,8	9,27	2,57	4,81	11,99
Despesas pessoais	11,4	9,28	2,70	2,08	8,42
Educação	5,0	9,66	7,17	0,47	9,48
Comunicação	3,9	1,79	-0,62	1,14	2,82

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ), Belo Horizonte (RMBH) e Vitória (RMV), atingiu 1,77% no segundo trimestre do ano (2,58% no primeiro). Os preços livres desaceleraram, de 2,81% para 1,48%, e os monitorados aceleraram, de 1,91% para 2,66%, destacando-se, nesse segmento, os aumentos nas variações dos preços dos itens taxa de água e esgoto (de 1,58% para 25,32%) e produtos farmacêuticos (de 0,54% para 10,00%).

No âmbito dos preços livres, foi registrado menor ritmo de elevação dos preços dos bens não comercializáveis, de 2,53% para 1,22% (alimentação fora do domicílio, de 2,32% para 1,98%; serviços pessoais, de 2,13% para 1,61%; tubérculos, de 18,53% para 1,16%; hortaliças e verduras, de 17,79% para 0,63%; e frutas, de 20,17% para -6,60%), e dos bens comercializáveis, de 2,66% para 1,81% (etanol, de 9,46% para -16,13%; carnes, de -0,01% para -1,25%; panificados, de 2,98% para 1,32%). O índice de difusão médio atingiu 62,4% no segundo trimestre do ano (70,1% no primeiro).

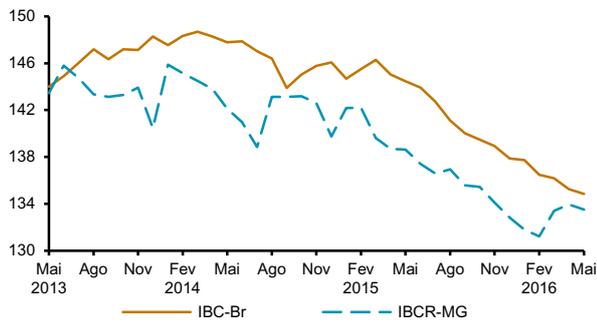
A inflação do Sudeste variou 8,74% no intervalo de doze meses finalizado em junho (8,99% no terminado em março), com desaceleração dos preços monitorados, de 10,74% para 10,58%, e dos preços livres, de 8,42% para 8,13%. Nesse segmento, houve redução da variação dos preços dos bens comercializáveis, de 9,13% para 9,03% (açúcares e derivados, 23,90%; leite e derivados, 18,96%; cigarro, 17,81%; etanol, 16,88%; bebidas e infusões, 12,96%), e dos bens não comercializáveis, de 7,88% para 7,44% (cereais e leguminosas, 36,34%; hortaliças e verduras, 23,02%; frutas, 20,46%; mensalidades escolares, 9,30%; alimentação fora do domicílio, 8,80%).

A economia do Sudeste apresentou, nos meses recentes, sinais de reversão da dinâmica de retração registrada nos últimos trimestres. A consolidação dessa perspectiva – favorecida pela elevação, na margem, da produção industrial, em cenário de crescimento das quantidades exportadas e de recuperação dos indicadores de confiança dos agentes econômicos – está condicionada, no entanto, pela evolução dos mercados de crédito e de trabalho, e pelos impactos do processo de ajuste macroeconômico em curso no país.

Minas Gerais

Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados
2002 = 100



O PIB de Minas Gerais diminuiu 0,6% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao trimestre anterior, representando o quinto recuo consecutivo, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP). Ocorreram desempenhos negativos na indústria extrativa mineral, ainda impactada pelos desdobramentos do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, na indústria de transformação, na construção civil e no setor de outros serviços. O PIB do estado recuou 5,2% no período de quatro trimestres, ante retração de 4,7% no indicador nacional. Dados mais recentes, entretanto, sugerem perspectivas de reação da economia mineira. Nesse sentido, o IBCR-MG expandiu 1,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia recuado 2,3%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador diminuiu 4,3% em maio (-4,1% em fevereiro).

Tabela 4.14 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
		Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}
Comércio varejista	-1,9	-2,4	0,1	-1,5
Combustíveis e lubrificantes	-4,8	1,4	-2,2	-4,8
Hiper, supermercados	0,8	-0,8	-0,4	0,7
Tecidos, vestuário e calçados	-7,3	-4,3	-5,0	-10,7
Móveis e eletrodomésticos	-13,2	-10,8	3,7	-13,2
Outros art. de uso pessoal e dom.	7,6	3,3	-3,2	12,3
Comércio ampliado	-7,0	0,4	-3,1	-6,7
Veículos e motos, partes e peças	-16,4	7,5	-8,7	-16,6
Material de construção	-8,9	-1,1	-6,6	-9,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado em Minas Gerais recuaram 3,1% no trimestre encerrado em maio, relativamente ao finalizado em fevereiro, quando haviam aumentado 0,4%, no mesmo tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve retrações em oito das dez atividades pesquisadas (veículos, motos, partes e peças, -8,7%; material de construção, -6,6%; tecidos, vestuário e calçados, -5,0%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, e perfumaria e cosméticos, 1,9%; móveis e eletrodomésticos, 3,7%). As vendas do comércio varejista, excluídas as de veículos e de material de construção, aumentaram 0,1% no período (-2,4% no trimestre finalizado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 6,7% em maio, ante retração de 6,3% em fevereiro (veículos, motos, partes e peças, -16,6%; móveis e eletrodomésticos, -13,2%; material de construção, -9,4%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 12,3%). As vendas do comércio varejista diminuíram 1,5% e 1,8%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no estado cresceram 4,6% no segundo trimestre de 2016, em relação ao primeiro, quando haviam recuado 11,2%, nesse tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da Fenabreve. Em períodos de doze meses, os emplacamentos diminuíram 18,6% em junho (-22,5% em março).

Tabela 4.15 – Índice de volume de serviços – Minas Gerais
 Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

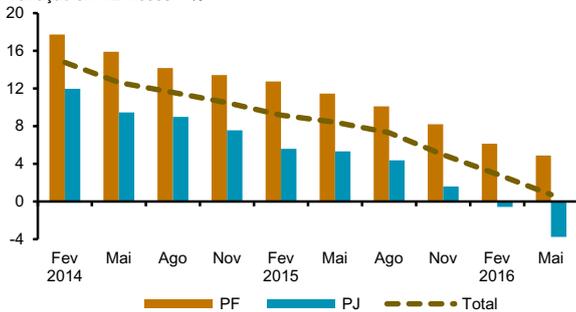
Segmentos	Var. %			
	2015 Ano	2016 Fev ^{1/}	2016 Mai ^{1/}	2016 12 meses
Total	-4,5	-6,6	-5,5	-5,6
Serviços prestados às famílias	-9,0	-8,0	-8,3	-8,6
Serviços de informação e comunicação	5,3	0,6	-0,8	2,5
Serviços profissionais e administrativos	-9,6	-12,0	-9,0	-11,0
Transportes e correio	-8,7	-10,0	-7,8	-9,1
Outros serviços	-11,3	-8,8	-3,3	-9,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 4.7 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O volume de serviços no estado retraiu 1,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia recuado 1,6%, nesse tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PMS, do IBGE. Em doze meses, o volume de serviços recuou 5,6% em maio, ante retração de 4,9% em fevereiro (serviços profissionais, administrativos e complementares, -11,0%; outros serviços, -9,3%; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, -9,1%).

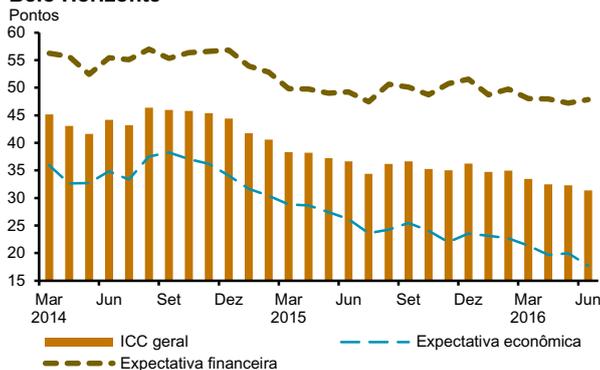
As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais atingiram R\$272,8 bilhões em maio, variando -0,8% no trimestre e 0,7% em doze meses. As contratações com recursos direcionados somaram R\$128,9 bilhões, variando, na ordem, -0,5% e 3,1%, e as realizadas com recursos livres totalizaram R\$143,9 bilhões, recuando 1,1% no trimestre e 1,3% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$147,3 bilhões, elevando-se 0,9% no trimestre, com destaque para as modalidades financiamento imobiliário, crédito consignado e crédito rural, e 4,9% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$125,5 bilhões, reduzindo-se 2,7% no trimestre – condicionada pela retração nos empréstimos ao comércio e à indústria de transformação, principalmente nos segmentos de siderurgia, máquinas e equipamentos, e celulose e papel – e 3,8% em doze meses.

A taxa de inadimplência atingiu 3,94% em maio, aumentando 0,06 p.p. no trimestre e 0,80 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de variações de 0,14 p.p. no segmento de pessoas jurídicas e de -0,02 p.p. no de pessoas físicas, que registraram inadimplência de 3,82% e 4,04%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o estado somaram R\$3,6 bilhões no primeiro semestre do ano e R\$9,1 bilhões no período de doze meses encerrados em junho, recuando 41,4% e 38,6%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

Gráfico 4.8 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte



O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), situou-se em 31,4 pontos em junho, menor patamar da série, iniciada em maio de 2004, recuando 1,1 p.p. no trimestre e 5,3 p.p. em doze meses. A evolução trimestral resultou de reduções de 1,3 p.p. no componente expectativa econômica, destacando-se a redução de 5,3 p.p. no item expectativa quanto ao emprego; e de 0,8 p.p. no

Tabela 4.16 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-20,5	-30,8	-75,7	-85,0	5,2
Indústria de transformação	-16,3	-17,2	-18,6	-21,4	-4,6
Comércio	-4,9	-7,1	5,2	-14,9	-10,0
Serviços	-0,7	-9,1	-10,5	-20,5	-4,9
Construção civil	-15,6	-14,9	-16,7	-18,1	-6,2
Agropecuária	18,6	19,2	-33,2	-6,8	31,7
Outros ^{2/}	-1,7	-1,7	-1,8	-3,4	-0,8

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

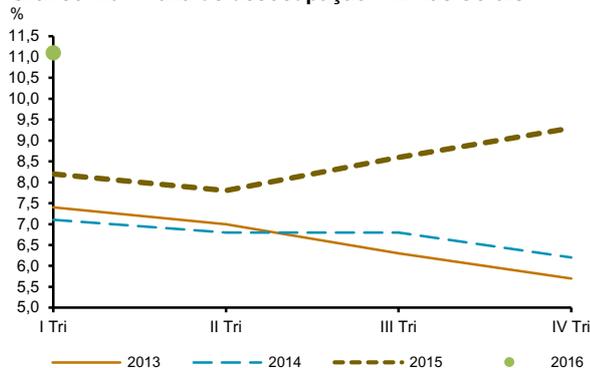
2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

componente expectativa financeira, destacando-se o recuo de 2,2 p.p. no item expectativa sobre a situação financeira da família.

A economia de Minas Gerais gerou 5,2 mil empregos formais no trimestre finalizado em maio (-20,5 mil em igual trimestre de 2015), de acordo com o Caged. Foram criadas 31,7 mil vagas na agropecuária, das quais 24,9 mil para a colheita de café, contrastando com os cortes no comércio (10 mil), na construção civil (6,2 mil), no setor de serviços (4,9 mil) e na indústria de transformação (4,6 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia diminuído 1,0%, no mesmo tipo de comparação.

As horas trabalhadas na indústria do estado decresceram 0,7% no trimestre finalizado em maio, em comparação ao finalizado em fevereiro, quando haviam retraído 1,6%, na mesma base de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). No mesmo período, a massa salarial real recuou 3,5%; o rendimento médio, 0,1%; e o emprego, 1,4%.

Gráfico 4.9 – Taxa de desocupação – Minas Gerais



Fonte: IBGE

A taxa média de desemprego em Minas Gerais situou-se em 11,1% no primeiro trimestre de 2016, conforme a PNAD Contínua do IBGE. O aumento de 2,9 p.p. em relação a igual trimestre de 2015 refletiu aumentos de 38,5% no total de pessoas desocupadas e de 2,3% na força de trabalho. A massa de rendimentos real habitual recuou 4,2% no primeiro trimestre, relativamente ao mesmo período de 2015, reflexo de reduções de 3,7% no rendimento médio real habitual e de 0,5% no total de pessoas ocupadas remuneradas.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do estado atingiu R\$3,2 bilhões no primeiro trimestre de 2016 (R\$2,8 bilhões em igual intervalo de 2015). Houve aumento no *superavit* do governo estadual (11,4%) e reduções nos da capital (48,9%) e dos principais municípios de Minas Gerais (17,8%).

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$3,4 bilhões e o *deficit* nominal, R\$266,6 milhões (R\$2,7 bilhões e *superavit* de R\$134,5 milhões, respectivamente, no mesmo intervalo de 2015).

A arrecadação de ICMS no estado somou R\$9,8 bilhões no primeiro trimestre de 2016, registrando recuo

Tabela 4.17 – Necessidades de financiamento – Minas Gerais^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-2 827	-3150	2 692	3 417
Governo estadual	-1 873	-2470	2 635	3 518
Capital	-335	-171	43	43
Demais municípios	-619	-509	14	-144

^{1/} Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.18 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Minas Gerais^{1/}

UF	R\$ milhões				
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}
	2015	Nominal	Outros ^{3/}		2016
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}	Mar
Total	109 568	-3 150	3 417	267 -3 177	106 657
Governo estadual	106 955	-2 470	3 518	1 047 -2 846	105 156
Capital	2 980	-171	43	-128 -165	2 687
Demais municípios	-367	-509	-144	-653 -166	-1 186

^{1/} Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

^{2/} A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

^{3/} Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

^{4/} O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 4.19 – Produção agrícola – Minas Gerais
Itens selecionados

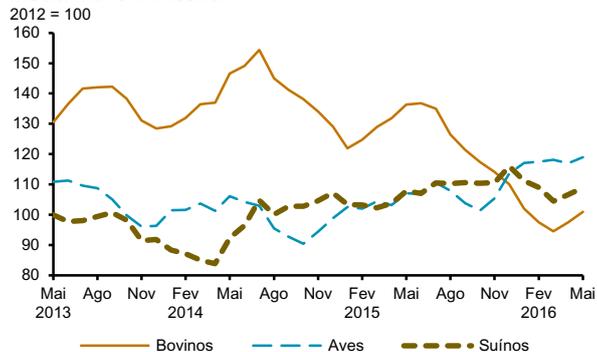
Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2015	2016	2016/2015
Grãos	29,7	11 745	11 925	1,5
Feijão	3,1	509	539	5,9
Milho	11,6	6 839	5 982	-12,5
Soja	13,3	3 524	4 717	33,8
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	15,4	69 018	69 400	0,6
Café	36,0	1 346	1 668	24,0

Fonte: IBGE

^{1/} Por valor da produção – PAM 2014.

^{2/} Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas Gerais
Média móvel trimestral



^{4/} Considerado o IGP-DI como deflator.

real⁴ de 3,1% em relação a igual intervalo do ano anterior, de acordo com a Cotepe, do Ministério da Fazenda. As transferências da União para o estado e seus municípios totalizaram R\$3,9 bilhões, com decréscimo real de 14,6%, na mesma base de comparação.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais somou R\$106,7 bilhões em março, recuando 2,7% em relação a dezembro. A dívida do governo estadual decresceu 1,7% e a da capital, 9,8%, enquanto o saldo credor líquido dos governos dos principais municípios passou de R\$366,9 milhões para R\$1,2 bilhão.

A safra de grãos do estado deverá totalizar 11,9 milhões de toneladas em 2016, aumentando 1,5% em relação ao ano anterior, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. A projeção reflete, em especial, as estimativas de expansões para as colheitas de soja (33,8%) – favorecida pelo aumento de 20,3% na produtividade, decorrente de condições climáticas mais favoráveis no período de cultivo –, e de feijão (5,9%), e de retração de 12,5% para a produção de milho. Em relação às demais culturas, estão projetados aumentos anuais para as produções de café (24,0%), após dois anos de safras frustradas por condições climáticas adversas, banana (5,4%), tomate (2,3%) e cana-de-açúcar (0,6%).

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (cerca de 80% do total) recuaram 26,3% nos cinco primeiros meses de 2016, em relação ao mesmo intervalo de 2015, período em que a cotação média da arroba do boi variou 5,8%. Os abates de aves e de suínos aumentaram 12,1% e 1,8%, respectivamente, no período.

Na mesma base de comparação, as exportações de carnes de bovinos aumentaram 26,1%, com destaque para os embarques para China, Holanda e Israel; as de carnes de aves, 2,2%, impulsionadas por aumentos nas exportações para China e Rússia; e as de carnes de suínos, 34,0%, influenciadas pelo crescimento nas vendas para Hong Kong.

A produção industrial de Minas Gerais cresceu 1,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia retraído 4,0%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A produção da indústria extrativa aumentou 2,3%, favorecida pela base de comparação deprimida, e a de transformação, 2,0% (minerais não-metálicos, 4,4%; outros produtos químicos, 3,7%; metalurgia, 1,7%; produtos de metal, -3,4%; veículos automotores, -6,8%).

Tabela 4.20 – Produção industrial – Minas Gerais

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % trimestral			
	Pesos ^{1/} 2016		Ac. 12 meses	
	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-4,0	1,6	-8,3
Indústrias extrativas	24,6	-11,5	2,3	-6,4
Indústrias de transformação	75,4	-0,7	2,0	-9,0
Metalurgia	16,5	-1,7	1,7	-8,6
Veículos, reb. e carrocerias	13,9	4,8	-6,8	-32,8
Deriv. petróleo e biocomb.	6,7	0,2	1,1	-4,3
Prod. miner. não-metálicos	4,5	-2,0	4,4	-14,7
Outros produtos químicos	3,3	8,2	3,7	-7,5

Fonte: IBGE

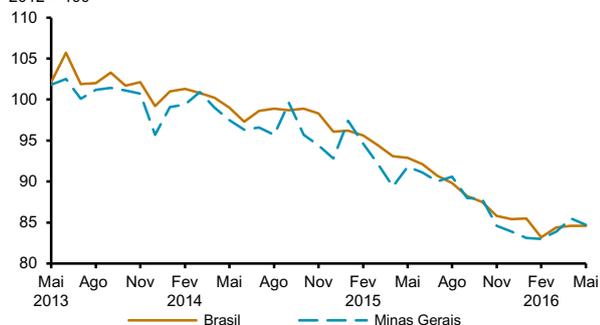
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.11 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.21 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	11 009	10 045	-8,8	-4,3
Básicos	6 090	5 576	-8,4	-6,3
Industrializados	4 919	4 469	-9,1	-2,5
Semimanufaturados	2 575	2 325	-9,7	0,2
Manufaturados ^{1/}	2 344	2 145	-8,5	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria mineira recuou 8,3% em maio, em relação ao mesmo período de 2015 (-8,5% em fevereiro). A produção da indústria extrativa recuou 6,4% e a da indústria de transformação, 9,0% (máquinas e equipamentos, -41,5%; indústria automobilística, -32,8%; produtos de metal, -11,9%; metalurgia, -8,6%; bebidas, 4,5%; alimentos, 6,4%; fumo, 18,4%).

De acordo com a Fiemg, considerando dados dessazonalizados, o faturamento real da indústria recuou 5,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. O Nuci registrou média de 79,9% (79,7% no trimestre encerrado em fevereiro).

O Icei/MG, divulgado pela Fiemg, atingiu 43,5 pontos em junho (37,5 pontos em março e 34,7 pontos em junho de 2015), patamar mais elevado desde maio de 2014, mas ainda na zona de pessimismo. A trajetória trimestral refletiu aumentos de 4,9 pontos no Índice de Condições Atuais e de 6,7 pontos no Índice de Expectativas.

O *superavit* da balança comercial de Minas Gerais totalizou US\$6,7 bilhões no primeiro semestre de 2016, de acordo com o MDIC. O crescimento de 3,8% em relação a igual intervalo de 2015 refletiu reduções de 8,8% nas exportações e de 26,4% nas importações, que somaram, na ordem, US\$10 bilhões e US\$3,4 bilhões.

O desempenho das exportações refletiu variações de -16,7% nos preços e de 8,6% no *quantum*. Houve recuos nos embarques em todas as categorias de fator agregado: produtos básicos, 8,4% (café cru em grãos, -19,0%; minério de ferro, -8,9%); semimanufaturados, 9,7% (ferro fundido bruto e ferro “*spiegel*”, -39,9%; ferro-ligas, -21,8%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, -18,6%); manufaturados, 8,5% (tubos de ferro fundido, -55,1%; motores para veículos, -41,5%; partes e peças para automóveis e tratores, -38,9%). As vendas para a China, EUA, Argentina, Holanda, Japão e Alemanha representaram, em conjunto, 58% das exportações do estado no semestre.

A evolução das importações repercutiu reduções de 19,2% no *quantum* e de 8,9% nos preços. Houve recuo nas compras em todas as categorias de uso: bens de capital, 3,0% (fornos industriais -91,8%; ônibus e veículos com capacidade para dez ou mais pessoas, -81,6%; veículos de carga, -57,1%); matérias-primas e produtos intermediários, 28,9% (peças para equipamentos de transporte, -42,3%; industriais elaborados, -26,2%); bens de consumo duráveis, 57,8%

Tabela 4.22 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	4 576	3 366	-26,4	-27,7
Bens de capital	922	894	-3,0	-18,6
Bens Intermediários	2 491	1 772	-28,9	-25,6
Bens de consumo	815	486	-40,5	-26,4
Duráveis	479	203	-57,8	-47,6
Automóveis de passageiros	392	165	-57,9	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	336	283	-15,8	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	347	214	-38,3	-48,0
Petróleo	0	0	-	-47,0
Demais	347	214	-38,3	-48,4
Bens não especificados	0	0	52,1	29,1

Fonte: MDIC/Secex

(automóveis de passageiros, -57,9%); bens de consumo não duráveis, 15,8% (produtos de toucador, -84,9%; chocolate e preparações com cacau, -37,5%); e combustíveis e lubrificantes, 38,3% (hulhas não aglomeradas, -34,6%). As importações provenientes da China, EUA, Argentina, Itália Alemanha, corresponderam, em conjunto, a 56% das aquisições do estado, no período.

O IPCA da RMBH variou 2,17% no segundo trimestre de 2016 (2,69% no trimestre anterior), com desaceleração dos preços livres (de 3,02% para 2,13%) e aceleração dos monitorados (de 1,64% para 2,28%). Destacaram-se as variações de preços nos grupos saúde e cuidados pessoais (4,40%), alimentação e bebidas (3,75%) e habitação (2,80%).

A evolução dos preços livres refletiu o arrefecimento nas variações dos preços dos itens não comercializáveis, de 3,28% para 1,85% (feijão carioca, 66,87%; alimentação fora do domicílio, 3,61%; empregado doméstico, 2,81%; tubérculos, raízes e legumes, -2,05%; frutas, -8,52%) e dos comercializáveis, de 2,72% para 2,44% (leite longa vida, 16,82%; cigarro 8,39%; itens de higiene pessoal, 4,20%). A aceleração dos preços monitorados repercutiu os aumentos nos itens taxa de água e esgoto (13,72%), produtos farmacêuticos (7,87%) e plano de saúde (3,21%). O índice de difusão atingiu 62,6% no trimestre encerrado em junho, ante 69,9% e 64,6%, respectivamente, nos encerrados em março e em junho do ano anterior.

Tabela 4.23 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,10	2,05	2,69	2,17
Livres	76,1	0,90	1,95	3,02	2,13
Comercializáveis	35,3	1,15	2,31	2,72	2,44
Não comercializáveis	40,8	0,69	1,65	3,28	1,85
Monitorados	23,9	1,76	2,36	1,64	2,28
Principais itens					
Alimentos e bebidas	23,2	0,34	3,40	5,07	3,75
Habitação	15,9	1,97	0,17	-0,16	2,80
Artigos de residência	5,0	0,74	0,88	2,47	2,46
Vestuário	6,3	0,92	1,68	0,38	0,84
Transportes	17,9	0,76	3,92	3,22	-0,82
Saúde	11,0	1,80	1,40	2,43	4,40
Despesas pessoais	12,1	1,89	1,33	1,84	2,68
Educação	4,8	0,41	0,50	7,76	0,41
Comunicação	3,9	0,70	2,08	0,17	0,39

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMBH variou 8,25% em junho (8,18% em março de 2015), destacando-se os aumentos nos grupos alimentação e bebidas (13,11%), saúde e cuidados pessoais (10,38%) e educação (9,19%). Houve desaceleração, de 10,10% para 8,28%, nos preços monitorados, e aceleração, de 7,58% para 8,23%, nos preços livres, que registraram elevação nas variações dos bens comercializáveis (de 8,12% para 8,90%) e dos não comercializáveis (de 7,12% para 7,66%).

Alguns indicadores da atividade econômica de Minas Gerais, interrompendo sequências pronunciadas de resultados negativos, apresentaram desempenhos favoráveis no trimestre encerrado em maio. Nesse sentido, destacaram-se a interrupção da sequência de reduções nas vendas no varejo e o aumento da produção industrial, com relativa estabilidade nos resultados de indústrias importantes para a cadeia produtiva do estado, a exemplo de máquinas e equipamentos, metalúrgica, e de minerais não metálicos. Adicionalmente, observou-se melhora nos indicadores de

confiança dos empresários, impulsionada pela elevação das expectativas. No setor primário, a estiagem não prejudicou o desenvolvimento da safra de café, cuja colheita, a maior desde 2001, deverá concentrar-se nos meses de junho e julho, contribuindo positivamente para a atividade econômica no estado nos próximos meses. Por outro lado, a trajetória desfavorável dos indicadores do mercado de trabalho segue exercendo desdobramentos negativos sobre a confiança dos consumidores, constituindo vetor de baixa para a retomada da atividade no curto prazo.

Rio de Janeiro

Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados
2002 = 100

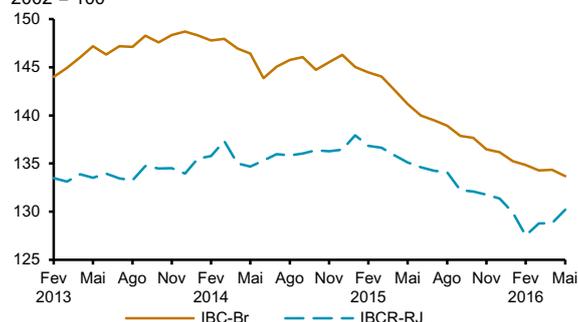


Tabela 4.24 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-3,2	-4,0	-1,8	-6,5
Combustíveis e lubrificantes	-4,8	-1,8	-1,7	-5,9
Hiper e supermercados	-2,5	-3,3	-1,6	-4,2
Tecidos, vestuário e calçados	-8,4	-4,7	-10,2	-12,2
Móveis e eletrodomésticos	-16,6	-7,8	-4,1	-19,5
Comércio ampliado	-8,0	-3,1	-1,7	-11,2
Veículos e motos, partes e peças	-18,2	1,8	-4,1	-20,2
Material de construção	-10,3	-8,1	1,9	-18,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.25 – Índice de volume de serviços – Rio de Janeiro

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação
Var. %

Segmentos	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
	Total	-3,1	-2,6	-4,4
Serviços prestados às famílias	-9,1	-5,1	-3,7	-6,0
Serviços de informação e comunicação	0,3	0,2	-1,6	-0,9
Serviços profissionais e administrativos	-9,4	-5,8	-8,7	-8,8
Transportes e correio	-1,7	-3,1	-5,7	-2,8
Outros serviços	-6,7	-6,7	-7,3	-6,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A atividade econômica no Rio de Janeiro, embora siga impactada pelos processos de distensão do mercado de trabalho e arrefecimento do crédito, registrou contração menos acentuada no trimestre encerrado em maio. Nesse cenário, em que a retração das vendas do comércio arrefeceu e a confiança dos agentes econômicos mostrou alguma recuperação, o IBCR-RJ contraiu 0,3% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando decrescera 1,8%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador reduziu 3,3% em maio (-1,9% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado retraíram 1,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando recuaram 3,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções em nove dos dez segmentos pesquisados (veículos, motos, partes e peças, -4,1%; móveis e eletrodomésticos, -4,1%; hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, -1,6%). Excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (1,9%), o comércio varejista contraiu 1,8% no período (-4,0% no trimestre encerrado em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 11,2% em maio, ante redução de 9,8% em fevereiro (veículos, motos, partes e peças, -20,2%; móveis e eletrodomésticos, -19,5%; material de construção, -18,0%). As vendas do comércio varejista diminuiriam 6,5% e 4,8%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves realizados no Rio de Janeiro somaram 36,6 mil unidades no segundo trimestre do ano, recuando 5,6% em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve. Considerados períodos de doze meses, os emplacamentos diminuiriam 28,5% em junho (-28,2% em março).

O volume dos serviços recuou 1,2% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia variado -1,6%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. As atividades associadas ao turismo retraíram 0,3% e 0,8% nas duas bases de comparação, respectivamente. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 3,5% em maio, ante retração de 2,9% em fevereiro (serviços profissionais,

administrativos e complementares, -8,8%; outros serviços, -6,5%; serviços prestados às famílias, -6,0%). As atividades turísticas diminuíram, na ordem, 1,7% e 1,6%, nos mesmos períodos.

O saldo de operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$440,0 bilhões em maio, variando -2,0% no trimestre e 7,0% em doze meses. As contratações com recursos livres totalizaram R\$193,7 bilhões, variando -2,0% e 3,9%, respectivamente, e as efetuadas com recursos direcionados, R\$246,3 bilhões, recuando 1,9% no trimestre e elevando-se 9,5% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$119,1 bilhões, oscilando -0,1% no trimestre e 1,3% em doze meses, ressaltando-se que a retração trimestral repercutiu, em especial, recuos nas modalidades financiamento de veículos e cartão de crédito à vista. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$320,9 bilhões, variando -2,6% no trimestre e 9,2% em doze meses. A evolução trimestral – influenciada, em parte, pelo impacto da apreciação do real sobre operações atreladas à variação cambial – refletiu, em especial, decréscimos nos saldos dos empréstimos concedidos aos setores de transportes, petróleo e mineração.

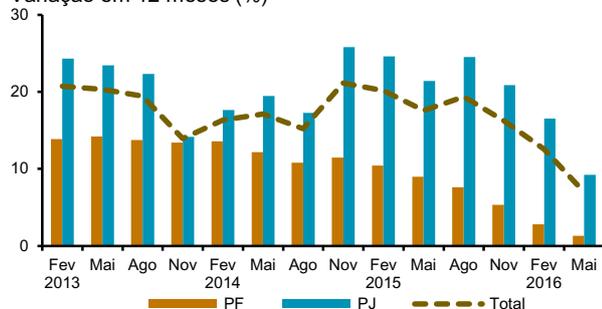
A inadimplência atingiu 2,71% em maio, aumentando 0,45 p.p. no trimestre e 0,26 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu elevações nos indicadores dos segmentos de pessoas físicas (0,19 p.p.) e de pessoas jurídicas (0,51 p.p.), que registraram taxas de inadimplência de 5,61% e 1,63%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o estado totalizaram R\$4,2 bilhões no primeiro semestre de 2016 e R\$12,1 bilhões no período de doze meses encerrado em junho, recuando 47,8% e 41,7%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

A economia do estado eliminou 41,2 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (-19,6 mil em igual período de 2015), de acordo com o Caged/MTPS, destacando-se os cortes na construção civil (12,8 mil) e no setor de serviços (14,6 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,4% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 1,3%, na mesma base de comparação.

Gráfico 4.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro^{1/}

Variação em 12 meses (%)



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.26 – Evolução do emprego formal –

Rio de Janeiro

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015		2016		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-19,6	-35,9	-31,5	-87,9	-41,2
Indústria de transformação	-9,8	-9,4	-10,2	-17,7	-8,1
Comércio	-2,2	-7,6	10,6	-21,5	-6,7
Serviços	-5,2	-18,4	-13,8	-33,3	-14,6
Construção civil	-1,7	-2,1	-16,7	-11,9	-12,8
Agropecuária	-0,1	2,1	-0,8	-1,9	1,5
Serviços ind. utilidade pública	-0,2	-0,3	-0,2	-0,7	-0,8
Outros ^{2/}	-0,4	-0,2	-0,5	-0,9	0,3

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Considerados períodos de doze meses, foram eliminados 196,5 mil empregos formais no estado em maio, correspondendo a 5,1% dessas ocupações no setor privado. Sobressairam os cortes no setor de serviços (80,1 mil), na indústria de transformação (45,4 mil) e na construção civil (43,5 mil), que corresponderam a diminuições respectivas de 3,9%, 9,9% e 14,0% das ocupações formais dessas atividades.

A taxa de desemprego no estado atingiu 10,0% no primeiro trimestre do ano, ante 6,5% no período equivalente de 2015, de acordo com a PNAD Contínua, do IBGE. O aumento repercutiu variações de 2,7% na força de trabalho e de -1,1% na população ocupada. O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real cresceram, na ordem, 4,5% e 3,4% em relação ao primeiro trimestre de 2015, quando haviam recuado respectivamente 3,6% e 3,9%, na mesma base de comparação.

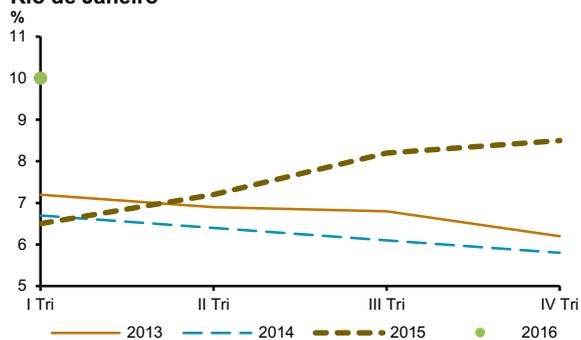
No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro atingiu R\$604 milhões no primeiro trimestre de 2016, ante *deficit* de R\$345 milhões em igual período de 2015. A evolução repercutiu o aumento, de R\$320 milhões para R\$853 milhões, do *superavit* da capital; e as reversões, de *deficit* de R\$746 milhões para *superavit* de R\$304 milhões, no resultado dos demais municípios, e de *superavit* de R\$80 milhões para *deficit* de R\$553 milhões, no do governo estadual.

Os juros nominais das esferas consideradas, apropriados por competência, totalizaram R\$3,8 bilhões e o *deficit* nominal, R\$3,2 bilhões, no trimestre (R\$2,7 bilhões e R\$3,1 bilhões, respectivamente, em igual período de 2015).

A dívida líquida dos entes governamentais considerados atingiu R\$126,8 bilhões em março, recuando 1,4% em relação a dezembro. Destacaram-se as reduções nas dívidas do governo estadual (0,6%) e da capital (6,4%).

A arrecadação de ICMS no estado somou R\$14,0 bilhões nos cinco primeiros meses de 2016, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ), com contração real de 5,3% em relação a igual período de 2015⁵. As transferências da União (exceto Fundeb) totalizaram R\$2,0 bilhões no período, de acordo com a STN, registrando redução real de 8,6%, na mesma base de comparação.

Gráfico 4.14 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 4.27 – Necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado do Rio de Janeiro	345	- 604	2 745	3 773
Governo estadual	- 80	553	2 500	3 377
Capital	- 320	- 853	269	410
Demais municípios	746	- 304	- 24	- 14

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.28 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2016
		2015	Nominal			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Estado do RJ	128 690	- 604	3 773	3 169	-5 015	126 844
Governo estadual	115 595	553	3 377	3 929	-4 666	114 859
Capital	13 736	- 853	410	- 442	- 437	12 857
Demais municípios	- 642	- 304	- 14	- 318	88	- 872

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

5/ Considerado o IGP-DI como deflator.

Tabela 4.29 – Produção agrícola – Rio de Janeiro
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação % 2016/2015
		2015	2016 ^{2/}	
Grãos				
Milho	0,5	6,2	5,3	-14,2
Feijão	0,4	1,7	1,7	-2,0
Outras lavouras				
Tomate	25,8	185,9	192,0	3,3
Cana-de-açúcar	13,5	3 919,5	2 501,2	-36,2
Abacaxi (mil frutos)	11,6	93,2	92,8	-0,5
Mandioca	10,1	154,0	150,4	-2,3
Banana	8,3	140,9	141,4	0,4
Café	5,1	17,1	19,2	12,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Tabela 4.30 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

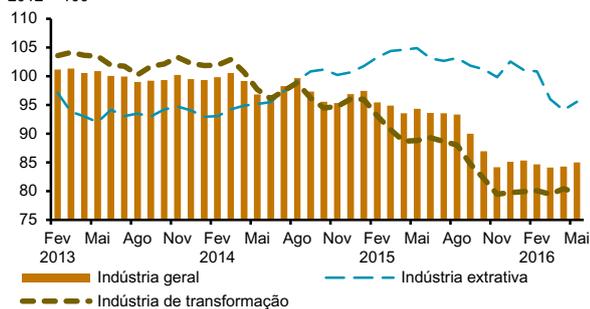
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		Ac. 12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	0,6	0,4	-9,2
Indústrias extrativas	28,1	1,0	-5,3	-2,0
Indústrias de transformação	71,9	0,8	-0,4	-12,2
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	9,8	6,3	-9,4
Metalurgia	10,4	-11,5	-13,0	-16,8
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	3,0	-8,3	-30,8
Bebidas	3,9	-2,5	2,3	0,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.15 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

A safra de cana-de-açúcar, cultura relevante do estado, deverá recuar 36,2% em 2016, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, reflexo de reduções respectivas de 30,2% e 8,6% na área colhida e na produtividade. Dentre as demais lavouras, estão projetados aumentos para as produções de café (12,1%), tomate (3,3%) e banana (0,4%), e retrações para as de coco-da-baía (21,2%), batata (5,4%), mandioca (2,3%) e laranja (39,0%). A safra de grãos, que detém participação de 1,0% no valor bruto da produção agrícola do estado, segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2014, deverá recuar 8,1% em 2016, resultado de aumento de 12,0% na área colhida e declínio de 17,9% na produtividade.

A produção industrial fluminense cresceu 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia aumentado 0,6%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A atividade extrativa recuou 5,3% e a indústria de transformação contraiu 0,4% (metalurgia, -13,0%; veículos, -8,3%; coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, 6,3%; alimentos, 3,6%).

Considerados períodos de doze meses, a atividade industrial do estado retraiu 9,2% em maio (-7,6% em fevereiro), reflexo de variações respectivas de -2,0% e -12,2% nas indústrias extrativa e de transformação. Houve recuos em doze das treze atividades de transformação pesquisadas (outros equipamentos de transporte, -38,2%; veículos automotores, -30,8%; metalurgia, -16,8%; coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, -9,4%).

De acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), ocorreram, no trimestre encerrado em maio, recuos no faturamento real (1,5%), no emprego (4,1%), nas horas trabalhadas (1,4%) e na massa salarial real da indústria (5,8%). O nível de utilização da capacidade registrou média de 76,8% no trimestre, aumentando 1,9 ponto em relação ao trimestre encerrado em fevereiro.

O Icei do Rio de Janeiro, divulgado pela Firjan, atingiu 42,6 pontos em junho (33,8 pontos em março e 37,0 pontos em igual mês de 2015). Embora o indicador persista na faixa de pessimismo (abaixo de 50), a trajetória trimestral – que repercutiu variações de 8,9 pontos nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas – sugere melhora da confiança dos industriais fluminenses.

Os desembolsos do BNDES para o estado totalizaram R\$1,8 bilhão no primeiro trimestre de 2016, ante R\$3,9

Gráfico 4.16 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro



Fonte: Firjan

Tabela 4.31 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	8 751	7 091	-19,0	-4,3
Básicos	4 887	3 208	-34,4	-6,3
Industrializados	3 864	3 883	0,5	-0,2
Semimanufaturados	689	534	-22,5	0,1
Manufaturados ^{1/}	3 175	3 349	5,5	-0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.32 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	8 308	6 276	-24,5	-27,7
Bens de capital	1 608	1 213	-24,6	-18,6
Bens intermediários	3 768	3 407	-9,6	-25,6
Bens de consumo	1 131	766	-32,3	-26,4
Duráveis	367	203	-44,7	-47,6
Automóveis de passageiros	302	158	-47,8	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	764	563	-26,4	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	1 778	859	-51,7	-48,0
Petróleo	716	467	-34,8	-47,0
Demais	1 061	392	-63,1	-48,4
Não especificados	24	31	31,9	29,1

Fonte: MDIC/Secex

bilhões no mesmo período de 2015, redução decorrente, em especial, da menor demanda de recursos para investimentos.

As vendas de ônibus e caminhões no estado totalizaram 2,2 mil unidades no primeiro semestre de 2016, recuando 45,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo a Fenabrave. A contração atingiu 48,3% no segmento de caminhões e 41,6% no de ônibus.

A balança comercial do estado acumulou *superavit* de US\$815 milhões no primeiro semestre de 2016 (US\$442 milhões em igual período de 2015), de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$7,1 bilhões e as importações, US\$6,3 bilhões, recuando 19,0% e 24,5%, respectivamente, no período. As vendas e as compras externas de óleos brutos de petróleo, que diminuíram 34,4% e 34,8%, respectivamente, no semestre, representaram, na ordem, 44,9% e 7,4% das exportações e das importações do estado, no período.

O comportamento das exportações resultou de decréscimo de 25,6% nos preços, influenciado pelo declínio das cotações internacionais do petróleo, e de aumento de 8,7% no *quantum*. Houve recuo nas vendas de produtos básicos, 34,4% (óleos brutos de petróleo) e de semimanufaturados, 22,5% (produtos semimanufaturados de ferro ou aço, -21,3%; borracha sintética e artificial, -55,1%), e aumento de 5,5% nas de manufaturados (automóveis de passageiros, 117,9%). As vendas para os EUA, China e Suíça, repercutindo, em parte, operação de *sale and lease back* de plataforma com a Suíça, representaram, em conjunto, 51,1% das exportações do estado no semestre, a despeito das retrações nos embarques de óleos brutos de petróleo para os EUA (46,5%) e para a China (40,9%).

O recuo das importações evidenciou reduções de 9,2% nos preços e de 16,7% no *quantum*, com ênfase nos decréscimos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, 51,7% (gás natural liquefeito, -85,0%) e de bens de capital, 24,6% (litorinas automotoras). As importações originárias da China, EUA e Alemanha representaram, em conjunto, 53,3% das compras externas do estado, no semestre.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), do IBGE, variou 1,61% no segundo trimestre de 2016, ante 2,81% no trimestre anterior, evolução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 2,80% para 1,54%, e dos preços dos itens monitorados, de 2,83% para 1,78%, destacando-se, nesse segmento, o aumento de 11,31% no item produtos farmacêuticos e o esgotamento do impacto

Tabela 4.33 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,93	3,10	2,81	1,61
Livres	71,6	0,69	2,98	2,80	1,54
Comercializáveis	27,3	1,13	2,77	2,14	2,82
Não comercializáveis	44,2	0,42	3,11	3,21	0,77
Monitorados	28,4	1,55	3,40	2,83	1,78
Principais itens					
Alimentação	24,6	0,79	4,20	4,15	2,25
Habitação	17,2	1,20	4,14	0,04	0,38
Artigos de residência	3,5	0,28	1,38	2,40	1,57
Vestuário	4,5	-0,08	2,28	-0,64	2,21
Transportes	17,3	-0,03	3,24	4,44	-0,30
Saúde	12,0	2,43	1,87	1,90	5,52
Despesas pessoais	11,4	1,78	2,97	3,68	1,17
Educação	5,1	0,77	0,61	8,47	0,66
Comunicação	4,3	0,09	1,08	-1,45	1,77

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2016.

dos reajustes nos transportes públicos, concentrados no primeiro trimestre.

No âmbito dos preços livres, houve aceleração dos preços dos itens comercializáveis, de 2,14% para 2,82% (leites e derivados, 15,44%; cigarro, 11,11%; costela, 12,66%), e desaceleração dos preços dos itens não comercializáveis, de 3,21% para 0,77%, em parte devido à sazonalidade favorável para produtos *in natura*, cuja variação passou de 23,27% para -1,95%, e ao esgotamento da influência dos reajustes de cursos regulares. O índice de difusão médio atingiu 57,6% no segundo trimestre de 2016 (65,1% no primeiro e 57,4% em igual período de 2015).

Considerados períodos de doze meses, a inflação na RMRJ atingiu 8,71% em junho, ante 8,93% em março, destacando-se as elevações das despesas com alimentação e bebidas (11,85%) e saúde e cuidados pessoais (12,19%). Houve desaceleração dos preços monitorados, de 10,74% para 9,90%, e relativa estabilidade na variação dos preços livres. Nesse segmento, houve aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 8,16% para 9,15%, e desaceleração dos não comercializáveis, de 8,28% para 7,68%.

Os principais indicadores da economia do Rio de Janeiro sugerem acomodação no processo de retração do nível de atividade, em ambiente de moderação do crédito e distensão do mercado de trabalho. Adicionalmente, registre-se que o evento olímpico deverá contribuir favoravelmente para a reação da economia local nos próximos meses.

São Paulo

Gráfico 4.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo



O PIB de São Paulo recuou 1,0% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao quarto trimestre de 2015, quando havia diminuído 1,5%, no mesmo tipo de análise, considerados dados dessazonalizados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Dados mais recentes, relativos ao desempenho da indústria e à evolução da confiança dos agentes econômicos, sugerem perspectivas de reversão da trajetória de retração da economia paulista. Nesse contexto, o IBCR-SP cresceu 0,8% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 1,4%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador decresceu 3,2% em maio (-3,0% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado diminuíram 1,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 1,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se as retrações nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria (7,3%); tecidos, vestuário e calçados (6,5%); e outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,1%). As vendas do comércio varejista, excluídas as reduções nas de veículos, motos, partes e peças (7,3%) e de material de construção (2,4%), variaram -0,1% no período (-2,9% no trimestre encerrado em fevereiro).

Tabela 4.34 – Comércio varejista – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015 Ano	2016		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-3,5	-2,9	-0,1	-5,3
Combustíveis e lubrificantes	-8,6	-2,9	0,4	-10,7
Hiper e supermercados	-1,6	-1,3	0,2	-1,1
Tecidos, vestuário e calçados	-10,3	-2,0	-6,5	-14,3
Móveis e eletrodomésticos	-13,8	-5,7	0,1	-13,9
Comércio ampliado	-5,9	-1,9	-1,8	-5,1
Automóveis e motocicletas	-11,0	0,4	-7,3	-2,5
Material de construção	-10,6	-1,2	-2,4	-11,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.18 – Comércio varejista – São Paulo



Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado de São Paulo recuaram 5,1% em maio, ante decréscimo de 5,2% em fevereiro (livros, jornais, revistas e papelaria, -19,2%; tecidos, vestuário e calçados, -14,3%; móveis e eletrodomésticos, -13,9%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, -12,4%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -12,3%; material de construção, -11,7%). As vendas do comércio varejista decresceram 5,3% e 4,6%, respectivamente, nos períodos mencionados.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves, indicador de vendas do setor, recuaram 6,3% no trimestre finalizado em junho, em relação ao encerrado em março, quando declinaram 5,8%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. Os emplacamentos acumulados em doze meses diminuíram 26,1% em junho e 26,0% em março, em relação a iguais intervalos do ano anterior.

O volume do setor de serviços contraiu 0,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em

Tabela 4.35 – Volume de serviços – São Paulo

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

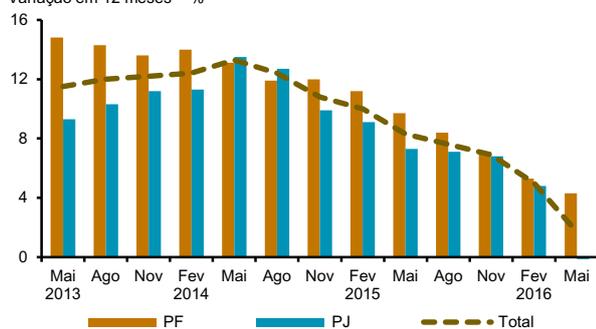
Segmentos	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-3,0	-5,4	-5,6	-5,0
Serviços prestados às famílias	-3,5	-4,2	-3,0	-3,5
Serv. de informação e comunicação	0,8	-3,7	-6,0	-3,4
Serv. profissionais e administrativos	0,0	-5,5	-4,7	-2,9
Transportes e correio	-8,0	-7,3	-7,5	-8,5
Outros serviços	-10,7	-8,9	0,9	-7,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 4.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

fevereiro, quando havia reduzido 1,8%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador diminuiu 5,0% em maio, ante retração de 3,4% em fevereiro (transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, -8,5%, outros serviços, -7,9%; serviços prestados às famílias, -3,5%).

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$929,5 bilhões em maio, variando -0,9% no trimestre e 1,7% em doze meses. As contratações com recursos direcionados somaram R\$412,0 bilhões, com variações respectivas de -0,8% e 2,3%, e as efetuadas com recursos livres, R\$517,5 bilhões, recuando 1,0% no trimestre e elevando-se 1,3% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas, impulsionada pela modalidade financiamentos imobiliários, totalizou R\$404,5 bilhões, com elevações de 1,0% no trimestre e de 4,3% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas, alavancada pelas modalidades financiamento com recursos do BNDES e capital de giro, atingiu R\$525,0 bilhões, com retrações respectivas de 2,3% e de 0,2%, nas mesmas bases de comparação.

A inadimplência atingiu 3,2% em maio, aumentando 0,1 p.p. no trimestre e 0,5 p.p. em doze meses. O comportamento no trimestre refletiu estabilidade no segmento de pessoas físicas e expansão de 0,1 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu 4,0% e 2,5%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o estado somaram R\$5,6 bilhões no semestre e R\$23,6 bilhões no período de doze meses encerrado em junho, recuando 31,8% e 43,0%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), atingiu 98,0 pontos em junho de 2016 (89,3 pontos em fevereiro e 90,6 pontos em igual período de 2015), aproximando-se da zona de otimismo. A evolução trimestral refletiu crescimento de 15,3 pontos no componente relativo às expectativas e recuo de 1,1 ponto no que avalia as condições econômicas atuais.

O Icec, divulgado pela Fecomércio SP, situou-se em 80,6 pontos em junho de 2016 (75,8 pontos em março e 80,6 pontos em igual período de 2015). A trajetória trimestral refletiu aumentos nos componentes que avaliam

Tabela 4.36 – Evolução do emprego formal – São Paulo
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-21,2	-107,4	-128,6	-262,5	-61,4
Indústria de transformação	-33,6	-73,7	-57,5	-75,3	-12,7
Comércio	-15,5	-11,1	-0,5	-53,4	-31,3
Serviços	13,4	-29,6	-33,6	-78,9	-20,4
Construção civil	-10,5	-14,7	-27,8	-17,6	-20,7
Agropecuária	25,6	24,7	-6,9	-30,9	17,6
Serv. industr. de utilidade pública	-0,5	-1,9	-1,5	0,8	2,2
Outros ^{2/}	-0,0	-1,2	-0,8	-7,2	3,9

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

as expectativas (10,4 pontos) e os investimentos (4,2 pontos) do empresário do comércio.

O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado pela Fecomércio SP, atingiu 63,0 pontos em junho de 2016 (70,6 pontos em março e 81,7 pontos em igual período de 2015), permanecendo em zona indicativa de pessimismo (abaixo de 100 pontos).

O mercado de trabalho de São Paulo registrou a eliminação de 61,4 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (-21,2 mil em igual período de 2015), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes no comércio (31,3 mil), na construção civil (20,7 mil) e no setor de serviços (20,4 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,3% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia diminuído 1,0%, no mesmo tipo de comparação.

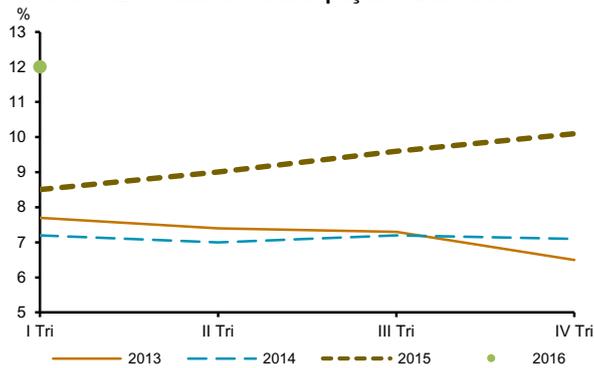
A taxa de desemprego, mensurada pela PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 12,0% no trimestre encerrado em março. A elevação de 3,5 p.p. em relação a igual período de 2015 repercutiu variações de -1,0% na ocupação e de 2,9% da força de trabalho. O rendimento real médio habitual diminuiu 2,2% e a massa salarial, 3,2%, no período.

As horas trabalhadas na indústria paulista decresceram 1,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam retraído 3,5%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de São Paulo somou R\$8,9 bilhões no primeiro trimestre de 2016. O recuo de 8,3% em relação a igual período de 2015 refletiu reduções respectivas de 65,6% e 58,7% nos *superavits* da capital e dos demais municípios, e elevação de 88,5% no do governo estadual.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$12,1 bilhões no primeiro trimestre de 2016 (R\$8,4 bilhões em igual período de 2015), resultado de elevações respectivas de 55,8%, 15,6% e 53,3% nas esferas dos governos estadual, da capital e dos demais municípios. O *deficit* nominal totalizou R\$3,2 bilhões, ante *superavit* de R\$1,3 bilhão no primeiro trimestre de 2015.

Gráfico 4.20 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 4.37 – Necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado de São Paulo	-9 702	-8 893	8 408	12 129
Governo estadual	-3 509	-6 616	5 953	9 274
Capital	-4 061	-1 395	2 408	2 783
Demais municípios	-2 132	- 881	47	73

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.38 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões						
	Dívida 2015	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2016	Outros ^{4/} 2016	
		Dez	Primário	Juros			Total ^{3/}
Est. de São Paulo	343 241	-8 893	12 129	3 236	-52 551	293 927	
Governo estadual	254 009	-6 616	9 274	2 658	-3 552	253 115	
Capital	84 437	-1 395	2 783	1 387	-48 594	37 230	
Demais municípios	4 795	- 881	73	- 809	- 405	3 582	

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.39 – Produção agrícola – São Paulo

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas			Var. % 2016/2015
		Produção ^{2/}			
		2015	2016		
Produção de grãos		7 518	7 678	2,1	
Arroz (em casca)	0,1	56	45	-21,0	
Feijão	0,8	192	205	7,0	
Milho	4,0	4 412	4 124	-6,5	
Soja	4,4	2 229	2 524	13,2	
Outras lavouras selecionadas					
Café	4,1	253	302	19,7	
Cana-de-açúcar	55,1	415 892	390 000	-6,2	
Laranja	9,4	11 749	11 440	-2,6	

Fonte: IBGE

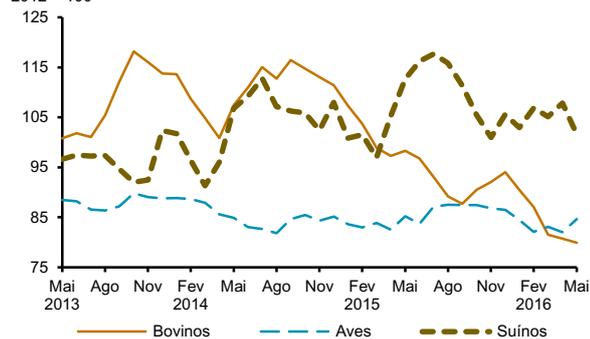
1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Gráfico 4.21 – Abates de animais – São Paulo

Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: Mapa

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$293,9 bilhões em março de 2016 (55,5% da dívida do Sudeste). O recuo de 14,4% em relação a dezembro de 2015 refletiu, fundamentalmente, a renegociação das dívidas de estados e municípios com o Governo Federal.

A arrecadação de ICMS no estado atingiu R\$51,5 bilhões nos cinco primeiros meses de 2016, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, com retração real de 9,3% em relação a igual período de 2015⁶. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, as transferências da União para o estado totalizaram R\$5,7 bilhões, registrando recuo real de 10,4% no período.

A produção de grãos do estado deverá totalizar 7,7 milhões de toneladas em 2016, de acordo com o LSPA/IBGE de junho. O crescimento anual, estimado em 2,1%, considera projeções de aumentos para as colheitas do trigo (32,8%), amendoim (23,9%) e soja (13,2%). Em relação às demais culturas, destaque para os prognósticos de aumento para a produção de café (19,7%), condicionado pelo clima favorável, e contrações para as de cana-de-açúcar (6,2%) e laranja (2,6%).

Os abates de aves, suínos e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, diminuíram 0,3%, 2,7% e 17,7%, respectivamente, nos cinco primeiros meses de 2016, em relação a igual período de 2015, de acordo com o Mapa. Ressalte-se que a evolução dos abates de bovinos repercutiu decisão dos produtores no sentido aguardar cotações mais favoráveis, em contexto de melhores condições das pastagens.

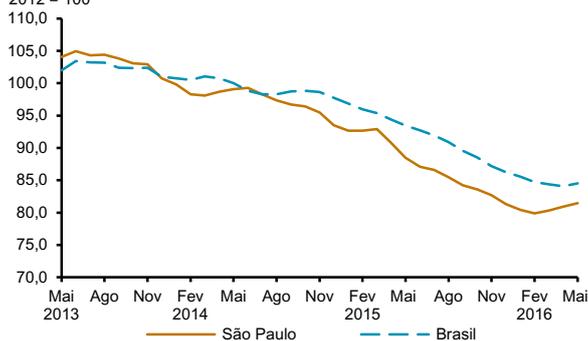
A produção da indústria paulista cresceu 2,0% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando diminuía 3,4%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE (produtos alimentícios, 17,1%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 15,0%; máquinas e equipamentos, 13,0%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado contraiu 11,5% em maio, ante 12,0% em fevereiro (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -34,0%; veículos automotores, reboques e carrocerias, -26,2%; produtos têxteis, -17,3%).

6/ Considerado o IGP-DI como deflator.

Gráfico 4.22 – Produção industrial – São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.40 – Produção industrial – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2016	Variação % no período		
		12 meses		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-3,4	2,0	-11,5
Veículos, reboques e carrocerias	16,2	2,8	-0,1	-26,2
Produtos alimentícios	14,8	2,6	17,1	1,4
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	-2,6	-8,2	-12,0
Máquinas e equipamentos	7,9	-13,4	13,0	-14,2
Outros produtos químicos	7,2	-2,6	0,9	-6,0
Produtos de borracha e plástico	5,4	-1,0	-1,4	-13,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

As vendas reais da indústria paulista decresceram 3,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando declinaram 3,9%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fiesp. O Nuci cresceu 1,3 p.p. no trimestre, para 74,9%.

O Icei de São Paulo, calculado pela CNI, atingiu 44,5 pontos em junho (32,0 pontos em março e 32,8 pontos em junho de 2015), permanecendo na área de pessimismo pelo trigésimo terceiro mês consecutivo, porém em trajetória de recuperação desde abril. O desempenho no trimestre repercutiu elevações nos componentes que avaliam as condições atuais (8,5 pontos) e as expectativas (14,5 pontos).

O déficit da balança comercial de São Paulo totalizou US\$2,7 bilhões no primeiro semestre do ano, recuando 76,7% em relação a igual período de 2015. As exportações diminuíram 0,6% e as importações, 26,7%, totalizando US\$22,1 bilhões e US\$24,8 bilhões, respectivamente.

A evolução das exportações, decorrente de variações de -11,6% nos preços e de 12,4% no *quantum*, repercutiu recuo de 5,5% nas vendas de produtos manufaturados (partes e peças para veículos automóveis e tratores, -25%; suco de laranja congelado, -22,9%) e aumentos nas de semimanufaturados, 29,8% (açúcar de cana em bruto, 42%; ouro para uso não monetário, 258,3%) e de básicos, 2,0% (soja, 31,8%; carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada, 23,9%). As exportações para os EUA, Argentina, China, México e Holanda representaram, em conjunto, 46,4% das vendas do estado no período, com destaque para a redução de 18,0% nas direcionadas à Holanda.

A trajetória das importações, evidenciando recuos de 5,9% nos preços e de 22,1% no *quantum*, resultou de decréscimos nas compras em todas as grandes categorias econômicas, com destaque para combustíveis e lubrificantes (47,9%) e bens duráveis, 46,5% (automóveis de passageiros, -71,5%). As aquisições provenientes dos EUA, China, Alemanha, Coreia do Sul e Argentina responderam, em conjunto, por 54,4% das importações totais de São Paulo no período, sobressaindo a diminuição de 31,9% nas originárias da China.

O IPCA da RMS variou 1,71% no segundo trimestre de 2016, ante 2,51% no primeiro. Houve desaceleração dos preços livres (de 2,77% para 1,22%) e aceleração dos monitorados (de 1,71% para 3,26%), destacando-se, nesse segmento, os aumentos nos itens taxa de água e esgoto (47,05%) e produtos farmacêuticos (10,46%).

Tabela 4.41 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	22 263	22 135	-0,6	-4,3
Básicos	3 091	3 152	2,0	-6,3
Industrializados	19 172	18 983	-1,0	-2,5
Semimanufaturados	2 466	3 201	29,8	0,1
Manufaturados ^{1/}	16 706	15 782	-5,5	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.42 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	33 852	24 829	-26,7	-27,7
Bens de capital	4 416	2 905	-34,2	-18,6
Bens Intermediários	21 775	16 380	-24,8	-25,6
Bens de consumo	5 593	4 459	-20,3	-26,4
Duráveis	891	477	-46,5	-47,6
Automóveis de passageiros	364	104	-71,5	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	4 702	3 982	-15,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	2 052	1 069	-47,9	-48,0
Petróleo	1 102	438	-60,2	-47,0
Demais	950	631	-33,6	-48,4
Bens não especificados	15	17	13,5	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.43 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2016			
		2015	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	11,10	2,51	1,71	8,99
Livres	75,4	8,46	2,77	1,22	8,06
Comercializáveis	33,4	8,48	2,81	1,26	9,07
Não comercializáveis	42,0	8,45	2,74	1,19	7,27
Monitorados	24,6	20,19	1,71	3,26	11,99
Principais itens					
Alimentação	24,1	11,33	3,76	2,69	11,70
Habituação	15,2	21,48	0,05	3,51	10,69
Artigos de residência	3,8	5,37	2,24	0,76	4,99
Vestuário	5,4	4,69	1,22	1,41	6,21
Transportes	19,5	10,69	2,58	-2,11	5,64
Saúde	12,0	9,58	2,92	4,69	12,52
Despesas pessoais	11,3	9,24	2,68	2,22	8,06
Educação	5,1	9,86	6,50	0,43	9,21
Comunicação	3,7	2,16	-0,57	1,07	3,12

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2016.

A trajetória dos preços livres repercutiu desacelerações dos preços dos bens não comercializáveis, de 2,74% para 1,19% (hortaliças e verduras, de 18,60% para 2,21%; frutas, de 16,19% para -7,37%; tubérculos, de 13,11% para 3,82%; alimentação fora do domicílio, de 2,41% para 1,63%), e dos bens comercializáveis, de 2,81% para 1,26% (etanol, de 9,49% para -16,98%). O índice de difusão médio atingiu 56,8% no segundo trimestre do ano (65,4% no primeiro).

Considerados intervalos de doze meses, a variação do IPCA da RMSP atingiu 8,99% em junho, ante 9,38% em março, evolução decorrente da aceleração dos preços monitorados, de 11,19% para 11,99%, e desaceleração dos livres, 8,82% para 8,06%. Nesse segmento, houve redução nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 9,89% para 9,07% (açúcares e derivados, 22,24%; cigarro, 21,04%; leite e derivados, 17,22%; etanol, 16,99%; bebidas e infusões, 13,94%; cuidados pessoais, 12,53%), e dos não comercializáveis, de 7,98% para 7,27% (cereais e leguminosas, 41,17%; hortaliças e verduras, 27,97%; frutas, 18,69%; mensalidades escolares, 8,80%; alimentação fora do domicílio, 8,48%; passagem aérea, -23,97%).

A dinâmica desfavorável da atividade produtiva do estado no período recente apresentou sinais de reversão no trimestre encerrado em maio, com ênfase no impacto da recuperação das exportações sobre o desempenho do segmento industrial do estado. A evolução positiva dos indicadores de confiança, em contexto de melhoras nos cenários político e macroeconômico, poderá contribuir para a recuperação mais consistente da atividade fabril, com desdobramentos favoráveis sobre os demais setores da economia nos próximos meses. Devem ser considerados, no entanto, que os efeitos dessas perspectivas positivas podem ser mitigados pelos impactos do arrefecimento do mercado de crédito e da distensão no mercado de trabalho em curso no país.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
2002 = 100

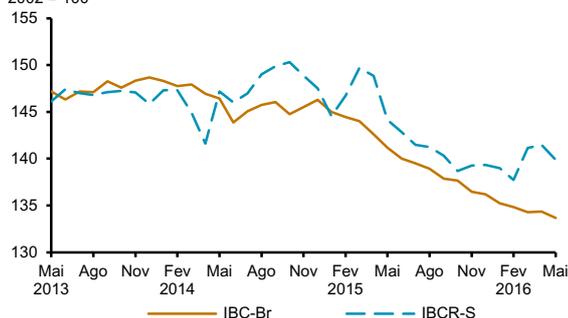
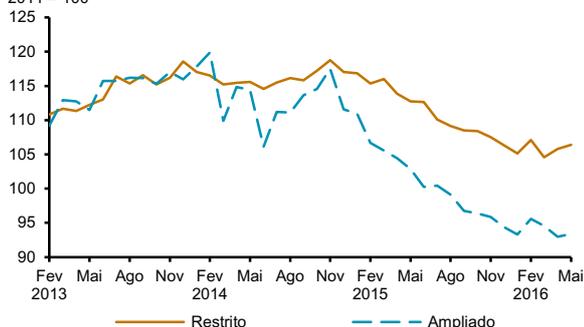


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2015 Ano	2016 Fev ^{1/} Mai ^{1/}		12 meses
Comércio varejista	-4,3	-1,8	-0,6	-6,9
Combustíveis e lubrificantes	-4,9	-2,1	-2,3	-9,5
Hiper e supermercados	-3,2	-1,0	0,1	-5,6
Tecidos, vestuário e calçados	-8,6	-0,3	-1,5	-9,4
Móveis e eletrodomésticos	-11,1	-6,9	0,8	-12,7
Comércio varejista ampliado	-11,1	-2,0	-0,8	-12,1
Automóveis e motocicletas	-23,3	-1,4	0,5	-22,3
Material de construção	-6,7	-1,5	-2,8	-9,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A trajetória mais recente dos principais indicadores econômicos da região sinaliza acomodação do processo de retração da atividade observado no Sul, embora o mercado de trabalho seguisse em distensão e as operações de crédito mostrassem arrefecimento compatível com o processo de ajuste econômico em curso no país. Nesse contexto, em que as vendas varejistas registraram retração mais moderada e a produção da indústria, relativa estabilidade, o IBCR-S, favorecido pela apropriação das safras de verão, em especial de soja, cresceu 1,6% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 0,5% nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador contraiu 4,7% em maio (recoo de 2,8% em fevereiro e aumento de 0,9% em maio de 2015).

As vendas do comércio ampliado recuaram 0,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 2,0%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as reduções nas vendas de equipamentos de informática e comunicação (10,9%) e de material de construção (2,8%), e as elevações nos segmentos veículos (0,5%) e móveis e eletrodomésticos (0,8%). As vendas do comércio varejista, excluídas as variações nas de veículos e de material de construção, retraíram 0,6% no trimestre (-1,8% no encerrado em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 12,1% em maio, ante recuo de 11,7% em fevereiro (automóveis, -22,3%; móveis e eletrodomésticos, -12,7%; combustíveis e lubrificantes, -9,5%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 3,7%). As vendas do comércio varejista recuaram 6,9% e 5,4%, respectivamente, nos períodos mencionados.

As vendas de automóveis e comerciais leves novos na região totalizaram 177,5 mil unidades no primeiro

Tabela 5.2 – Volume de serviços – Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

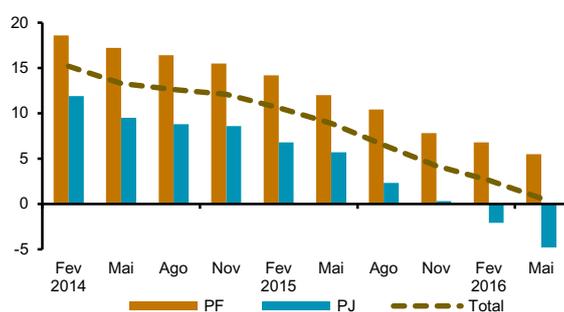
Segmentos	Var. %			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-4,0	-3,8	-5,7	-4,6
Serviços prestados às famílias	-5,7	-3,6	-7,1	-5,8
Serviços de informação e comunicação	0,7	-2,0	-0,9	-0,8
Serviços profissionais e administrativos	-4,9	-6,3	-7,8	-6,4
Transportes e correios	-7,9	-4,9	-10,1	-7,5
Outros serviços	-7,0	-7,5	-1,8	-6,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul

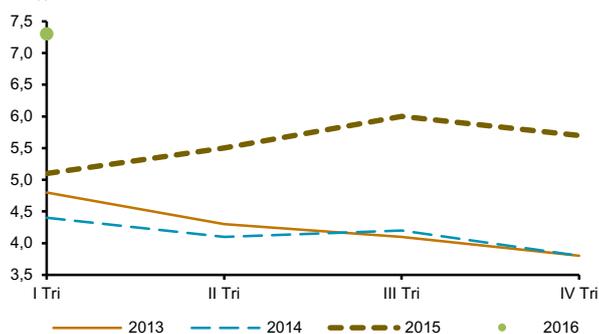
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-11,0	-103,6	-58,9	-90,1	-38,2
Indústria de transformação	-8,0	-57,9	-45,7	-36,1	-8,4
Comércio	0,3	-21,7	8,0	-23,1	-8,9
Serviços	9,9	-13,7	-11,6	-21,2	-5,2
Construção civil	-3,2	-11,0	-14,0	-13,5	-4,2
Agropecuária	-11,2	2,1	5,2	6,4	-13,0
Serviços ind. de utilidade pública	-0,4	-0,3	0,0	0,0	0,1
Outros ^{2/}	1,5	-1,1	-0,9	-2,6	1,4

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.4 – Taxa de desocupação – Sul

Fonte: IBGE (PNADC)

semestre, segundo a Fenabreve, recuando 24,9% em relação ao primeiro semestre de 2015 e situando-se no menor patamar para o semestre desde 2006. As vendas acumuladas em doze meses totalizaram 404,6 mil unidades em junho, retraindo 32,2% em relação a igual intervalo no ano anterior.

O volume de serviços no Sul recuou 2,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia variado -0,7%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O indicador, considerados intervalos de doze meses, variou -4,6% em maio (transportes e correios, -7,5%; outros serviços, -6,9%).

O mercado de crédito, repercutindo a atividade econômica frágil, seguiu mostrando arrefecimento. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil realizadas na região somou R\$547,8 bilhões em maio, variando -0,5% no trimestre e 0,6% em doze meses. As operações com recursos direcionados totalizaram R\$298,8 bilhões, variando -0,1% e 2,6%, respectivamente, e as efetuadas com recursos livres, R\$249,0 bilhões, com recuos de 1,0% no trimestre e de 1,6% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$302,9 bilhões, crescendo 0,8% no trimestre e 5,5% em doze meses, sobressaindo, na avaliação trimestral, o desempenho das modalidades financiamentos imobiliários, financiamento rural e crédito consignado. As operações com pessoas jurídicas somaram R\$245,0 bilhões, com reduções de 2,1% no trimestre e de 4,8% em doze meses, refletindo, na margem, a trajetória do saldo das operações com outros serviços (serviço de telefonia fixa comutada).

A inadimplência das operações de crédito na região atingiu 3,4% em maio, aumentando 0,1 p.p. no trimestre e 0,8 p.p. em doze meses. No trimestre, houve redução de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e elevação de 0,4 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 3,1% e 3,9%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a região somaram R\$10,4 bilhões no primeiro semestre e R\$24,2 bilhões no período de doze meses encerrado em junho, recuando 31,3% e 33,2%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

A ICF, indicador divulgado pela CNC, atingiu 76,1 pontos no segundo trimestre de 2016, ante 82,3 pontos no trimestre anterior e 100,8 pontos em igual intervalo de 2015. Destacaram-se, nas duas bases de comparação, a piora na

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-2 099	-2 071	2 343	3 142
Governos estaduais	-1 831	- 908	2 317	3 124
Capitais	- 125	- 395	19	18
Demais municípios	- 143	- 768	7	0

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2015	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	100 214	-2 071	3 142	1 071	- 947	100 338
Gov. estad.	99 952	- 908	3 124	2 216	-1 109	101 058
Capitais	1 518	- 395	18	- 377	153	1 295
Demais municípios	-1 256	- 768	0	- 768	10	-2 015

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2014	2015	2016
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	9 919	11 584	11 550
Renegociação ^{2/}	65 822	71 553	72 982
Dívida externa	10 197	14 963	13 731
Outras dívidas junto à União	3 768	4 168	4 102
Dívida reestruturada	213	313	285
Disponibilidades líquidas	-6 012	-2 367	-2 312
Total (A)	83 907	100 214	100 338
Brasil^{3/} (B)	655 704	793 064	731 720
(A/B) (%)	12,8	12,6	13,7

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

avaliação sobre o momento para aquisição de bens duráveis. Dentre os sete componentes do indicador, apenas o relativo à renda atual (122,6 pontos) manteve-se acima da zona de indiferença (100 pontos).

O Icec, calculado pela CNC, atingiu 78,5 pontos no segundo trimestre (79,3 pontos no anterior e 81,8 pontos em igual período de 2015), situando-se em área que indica falta de confiança (abaixo de 100 pontos) pelo sexto trimestre consecutivo. Ressalte-se que o recuo trimestral repercutiu, em especial, as reduções de 4,1 pontos nos componentes que avaliam a situação atual da empresa e a expectativa de contratação de funcionários.

O mercado de trabalho do Sul continuou refletindo o menor dinamismo econômico observado na região. Dados do Caged/MTPS registraram a extinção de 38,2 mil postos formais no trimestre encerrado em maio (-11 mil em igual período de 2015). Destacaram-se os cortes na agropecuária (13 mil, sendo 10 mil em lavouras permanentes), no comércio (8,9 mil) e na indústria de transformação (8,4 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal diminuiu 1,0% no trimestre finalizado em maio (-0,7% no encerrado em fevereiro).

A taxa de desemprego, divulgada pela PNAD Continua do IBGE, atingiu 7,3% no trimestre encerrado em março, ante 5,1% em igual período de 2015, repercutindo crescimento de 2,3% na PEA e redução de 0,1% na população ocupada. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 6,3% e 6,0%, respectivamente, no trimestre.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$2,1 bilhões no primeiro trimestre do ano, mesmo patamar observado em igual período de 2015. Houve redução de 50,4% no *superavit* dos governos estaduais e elevações respectivas de 215,2% e 437,5% nos das capitais e dos principais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,1 bilhões no período e o resultado nominal, *deficit* de R\$1,1 bilhão (R\$2,3 bilhões e *deficit* de R\$244 milhões em igual período de 2015).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$100,3 bilhões em março de 2016 (13,7% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), elevando-se 0,1% em relação a dezembro de 2015.

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015			Maio de 2016		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
PR	19 115	- 778	1 367	17 787	- 421	1 758
RS	68 912	- 511	7 627	70 817	607	8 954
SC	12 186	336	2 030	12 164	514	2 273
Total (A)	100 214	- 953	11 024	100 768	700	12 985
Brasil^{4/} (B)	793 064	-11 900	85 611	742 497	1 552	99 286
(A/B) (%)	12,6	8,0	12,9	13,6	45,1	13,1

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2015	2016	
Grãos	72,2	75 879	74 189	-2,2
Soja	43,8	34 932	35 404	1,4
Milho	12,4	24 486	22 259	-9,1
Arroz (em casca)	9,1	9 925	9 009	-9,2
Trigo	3,8	4 827	5 740	18,9
Feijão	2,6	992	816	-17,7
Outras lavouras				
Fumo	8,4	849	670	-21,0
Cana-de-açúcar	3,7	51 278	51 594	0,6
Mandioca	3,5	5 877	5 197	-11,6
Maçã	1,9	1 253	1 032	-17,6
Uva	1,4	1010	496	-50,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2015		Acumulado no ano ^{3/}
	Mês ^{1/} (Jun)	Trimestre ^{2/} (Abr-Jun)	
Soja	10,7	5,5	24,4
Arroz (em casca)	5,3	1,6	15,2
Feijão	26,5	13,6	33,4
Milho	-0,5	22,7	71,9
Trigo	8,5	7,5	28,2

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até junho em relação ao mesmo período do ano anterior.

7/ Considerado o IGP-DI como deflator.

8/ Considerado o IGP-DI como deflator.

9/ Emater/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; Cepa/SC - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina; e Seab/PR - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná.

10/ Corrigido pelo IGP-DI.

Considerados dados agregados, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul registraram *deficit* primário de R\$700 milhões no período de doze meses até maio de 2016. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$12,3 bilhões e o *deficit* nominal, R\$13,0 bilhões (R\$12,0 bilhões e *deficit* de R\$11,0 bilhões, na ordem, em igual período de 2015).

O endividamento líquido dos três segmentos subnacionais da região atingiu R\$100,8 bilhões em maio (13,6% do total dos estados, capitais e principais municípios do país), retraindo 7,4% em relação a dezembro de 2015.

A receita de ICMS totalizou R\$30,6 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, e as secretarias da fazenda estaduais, registrando recuo real⁷ de 0,6% em relação a igual intervalo de 2015. As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$9,2 bilhões no período (R\$9,3 bilhões em igual intervalo de 2015), conforme a STN, recuando 11,4% em termos reais⁸, relativamente ao período anterior).

A produção agrícola da região foi afetada por ocorrências climática adversas registradas no segundo trimestre do ano. A safra de grãos para 2016 está estimada em 74,2 milhões de toneladas (38,7% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A retração anual de 2,2% incorpora projeções de recuos para as colheitas de feijão (17,7%), arroz (9,2%) e milho (9,1%), e de aumentos para as de soja (1,4%) e de trigo (18,9%). No âmbito das demais culturas, estão projetadas reduções para as produções de uva (50,9%), fumo (21,0%) e maçã (17,6%).

As cotações médias de milho, feijão, trigo, soja e arroz variaram 71,9%, 33,4%, 28,2%, 24,4% e 15,2%, respectivamente, no primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo intervalo de 2015, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR⁹.

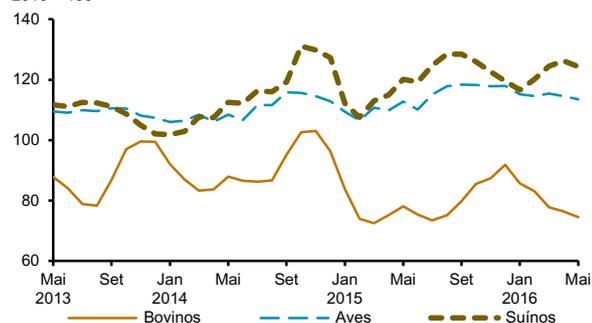
O VBP real¹⁰ das lavouras, calculado em junho pelo Mapa, deverá recuar 1,2% em 2016, destacando-se as projeções de aumentos para os relativos a trigo (29,4%), milho (8,6%) e soja (2,8%), e de recuos para os relacionados a arroz (14,6%) e feijão (7,3%).

Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul

Maio de 2016

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	0,5	45,0	3,1
Suínos	8,1	55,5	-3,2
Aves	3,6	15,6	16,6

Fonte: Mapa, Emater/RS, Cepea/USP, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Gráfico 5.5 – Abates de animais – SulMédia móvel trimestral
2010 = 100

Fonte: Mapa

Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	Pesos ^{1/}	2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,7	0,1	-9,4
Produtos alimentícios	19,7	2,1	2,6	1,0
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	8,6	-2,8	-28,6
Máquinas e equipamentos	8,8	-11,0	7,6	-21,0
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-6,5	-7,4	-4,2
Outros produtos químicos	5,7	1,1	-4,3	-4,8
Produtos de metal	5,7	-3,1	-7,5	-12,4
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	-9,6	3,1	1,0
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	0,1	8,8	-18,3

Fonte: IBGE

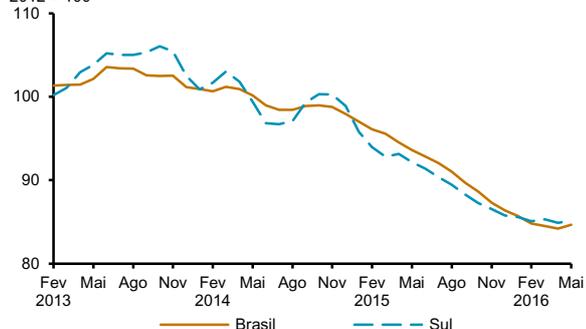
1 / Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2 / Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.6 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

11/ Valores superiores a 50 pontos representam excesso de estoques.

Os abates de suínos, aves e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, aumentaram 8,1%, 3,6% e 0,5%, respectivamente, nos primeiros cinco meses de 2016, em relação a igual intervalo de 2015, de acordo com o Mapa. Na mesma base de comparação, as cotações médias desses produtos variaram, na ordem, -3,2%, 16,6% e 3,1%, segundo a Emater/RS, a Cepa/SC, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) e a Seab/PR, e as respectivas exportações aumentaram 55,5%, 15,6% e 45,0%, conforme o MDIC, destacando-se as elevações nas de bovino e suínos, para Hong Kong e China.

O VBP real da pecuária deverá recuar 5,4% em 2016, segundo estimativa do Mapa realizada em junho. Estão projetados decréscimos para os VBP dos itens suínos (13,6%), leite (8,1%), ovos (4,8%), frango (3,3%), bovinos (0,8%).

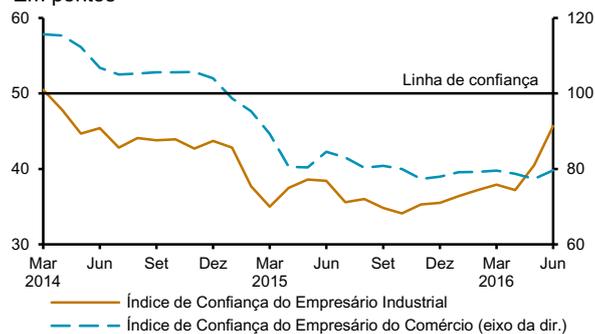
A produção industrial do Sul variou 0,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 1,7%, nessa base de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE. Houve ampliação na fabricação de oito das dezoito atividades pesquisadas (materiais elétricos, 8,8%; máquinas e equipamentos, 7,6%; máquinas, aparelhos e produtos de metal, -7,5%; refino e derivados de petróleo, -7,4%).

Considerados intervalos de doze meses, a retração na produção industrial atingiu 9,4% em maio (-9,2% em fevereiro), com destaque para o impacto das reduções nas atividades veículos automotores (28,6%) e máquinas e equipamentos (21,0%), mitigados pelo aumento de 15,1% na produção de papel e celulose.

O Icei do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 41,1 pontos no segundo trimestre, ante 37,2 pontos no anterior e 38,2 pontos em igual período de 2015, mantendo-se na região de confiança reduzida (abaixo de 50 pontos), mas mostrando recuperação. Consideradas médias de doze meses, o Icei atingiu 37,2 pontos em junho, patamar mais elevado desde novembro de 2015, nessa base de comparação.

Os estoques de produtos finais da indústria de transformação mantiveram-se acima do planejado¹¹ no trimestre finalizado em maio (52,3 pontos), segundo a Sondagem Industrial da CNI. Ressalte-se que a média do indicador nacional atingiu 49,4 pontos, e o Sul foi a única região com excesso de estoques no período.

Gráfico 5.7 – Confiança do empresariado – Sul
Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	19 431	19 178	-1,3	-4,3
Básicos	10 094	10 083	-0,1	-6,3
Industrializados	9 337	9 095	-2,6	-0,2
Semimanufaturados	1 414	1 664	17,7	0,1
Manufaturados ^{1/}	7 923	7 431	-6,2	-0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.13 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	18 682	13 473	-27,9	-27,7
Bens de capital	2 740	1 896	-30,8	-18,6
Bens Intermediários	11 400	8 492	-25,5	-25,6
Bens de consumo	3 144	2 146	-31,7	-26,4
Duráveis	1 040	575	-44,7	-47,6
Automóveis de passageiros	707	390	-44,8	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	2 104	1 571	-25,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	1 398	939	-32,9	-48,0
Petróleo	1 143	629	-45,0	-47,0
Demais	255	310	21,6	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul¹² atingiu média de 75,9% no trimestre finalizado em maio (76,2% no encerrado em fevereiro), segundo dados dessazonalizados das federações das indústrias.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram, de acordo com a Fenabreve, 7,4 mil unidades no primeiro semestre e 16,6 mil unidades no intervalo de doze meses até junho, representando recuos respectivos de 27,7% e 45,7% em relação a iguais períodos de 2015.

O comércio externo da região repercutiu o ambiente de retração da demanda doméstica e apreciação da taxa de câmbio, em termos interanuais, contribuindo favoravelmente para mitigar os efeitos negativos da recessão. A balança comercial do Sul foi superavitária em US\$5,7 bilhões no primeiro semestre de 2016 (*superavit* de US\$749 milhões no mesmo intervalo de 2015), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$19,2 bilhões e as importações, US\$13,5 bilhões, reduzindo-se 1,3% e 27,9%, respectivamente.

O recuo das exportações repercutiu variações de 13,4% no *quantum* e de -12,9% nos preços. Os embarques de produtos básicos (52,6% do total) diminuíram 0,1% (soja, 3,3%; fumo, -12,7%) e os de produtos manufaturados (38,7% do total), 6,2% (motores para veículos, -17,8%; bombas e compressores, -12,1%; e partes e peças para veículos, -16,8%; automóveis¹³, 33,2%). As vendas de semimanufaturados aumentaram 17,7% (celulose, 895,4%). China, Argentina e EUA adquiriram, em conjunto, 41,3% das vendas externas da região no semestre, destacando-se os aumentos nos embarques de soja, para a China (7,4%), de automóveis, para a Argentina (40%) e de celulose, para China, Itália e EUA, e as reduções nos relativos a motores para veículos para EUA e Argentina (26,0% e 33,2%, respectivamente).

A retração das importações repercutiu decréscimos de 12,0% na quantidade e de 18,1% nos preços. Houve reduções nas aquisições em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários (63,0% do total), 25,5% (partes e peças para veículos, -19,6%; polímeros de etileno, -46,7%; naftas, -33,9%); bens de capital, 30,8% (veículos de carga, -33,5%); bens de consumo duráveis, 44,7% (automóveis, -44,8%); bens de consumo semiduráveis

12/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fieggs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010.

13/ Impulsionadas pelo aumento de 47,0% nas vendas do Paraná.

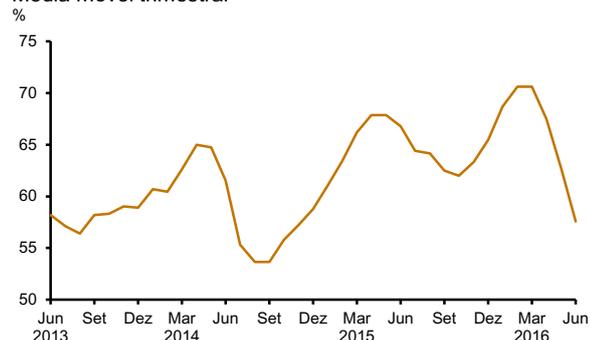
Tabela 5.14 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,78	2,74	2,71	1,67
Livres	76,1	1,56	2,64	2,74	1,88
Comercializáveis	37,1	1,92	2,73	3,06	2,11
Não comercializáveis	39,0	1,22	2,55	2,43	1,66
Monitorados	23,9	2,49	3,06	2,62	1,02
Principais itens					
Alimentação	25,9	1,99	4,20	4,59	2,75
Habituação	15,5	4,11	1,55	1,06	0,14
Artigos de residência	4,5	2,43	1,21	2,14	0,64
Vestuário	6,6	-0,06	3,02	0,88	2,28
Transportes	18,6	0,93	3,89	2,50	-0,41
Saúde	11,3	1,29	1,77	2,29	4,98
Despesas pessoais	10,1	1,28	1,55	2,33	1,88
Educação	3,9	1,47	0,74	7,34	0,48
Comunicação	3,5	0,37	2,15	-0,74	2,22

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016

Gráfico 5.8 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

e não duráveis, 25,3% (inseticidas e herbicidas, -26%); e combustíveis, 32,9%. As compras provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 41,8% das realizadas pela região no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas de partes e peças para veículos da Argentina (29,7%), de polímeros de etileno da Argentina e EUA (22,3% e 24,0%, respectivamente) e de veículos de carga, da Argentina (34,0%).

O IPCA no Sul¹⁴ variou 1,67% no segundo trimestre de 2016, ante 2,71% no primeiro. Houve desaceleração dos preços livres, de 2,74% para 1,88%, e dos monitorados, de 2,62% para 1,02%, esta impactado por recuos de preços nos itens gasolina (4,14%) e energia elétrica residencial (4,93%).

O arrefecimento dos preços livres repercutiu reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 3,06% para 2,11% (etanol, -13,14%; carnes, -2,05%; leites e derivados, 17,71%) e dos bens não comercializáveis, de 2,43% para 1,66% (frutas, -14,52%).

O índice de difusão atingiu 57,6% no segundo trimestre de 2016 (70,6% no primeiro e 66,8% em igual período de 2015).

Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA da região atingiu 9,20% em junho, ante 10,34% em março. A desaceleração refletiu arrefecimento na variação dos preços monitorados, de 12,39% para 9,50%, e dos preços livres, de 9,71% para 9,11% (bens comercializáveis, de 10,92% para 10,18%; não comercializáveis, de 8,58% para 8,09%).

A trajetória da economia na região nos próximos trimestres segue condicionada pelos impactos da consolidação da melhora dos níveis de confiança dos agentes sobre as atividades varejista e industrial. Ressalte-se que a continuidade do desempenho favorável do setor externo e da renda da produção agrícola podem constituir vetores de alta para o dinamismo da economia da região.

14/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Paraná

Gráfico 5.9 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados

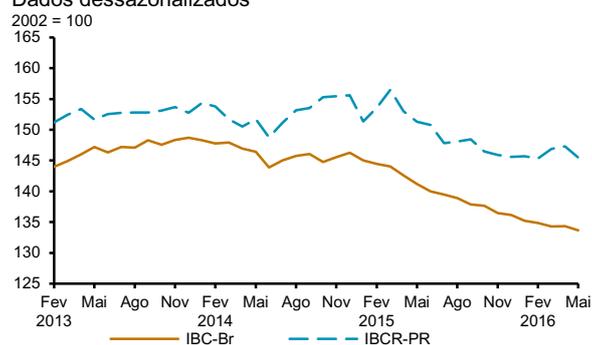
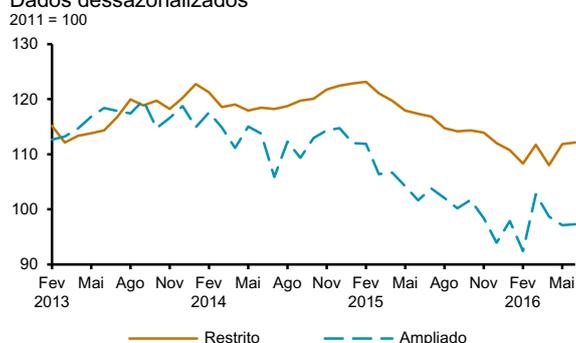


Gráfico 5.10 – Comércio varejista – Paraná

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015 Ano	2016 Fev ^{1/}	2016 Mai ^{1/}	2016 12 meses
Comércio varejista	-3,2	-2,8	0,4	-6,5
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-0,1	-3,6	-8,3
Hiper e supermercados	-1,2	-2,0	1,9	-3,3
Tecidos, vestuário e calçados	-9,9	-3,8	2,8	-11,0
Móveis e eletrodomésticos	-11,6	-5,4	-0,8	-14,7
Comércio ampliado	-9,4	-0,3	0,0	-10,0
Automóveis e motocicletas	-19,7	3,9	-0,0	-15,7
Material de construção	-8,7	-2,8	-0,7	-11,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Paraná diminuiu 2,4% no primeiro trimestre do ano, em relação a igual período de 2015, ante retração de 5,4% no indicador nacional, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES)¹⁵. A análise de dados mais recentes indica acomodação do processo de retração da economia do estado, estimulada pela recuperação, ainda que modesta, da confiança dos agentes econômicos. Nesse contexto, em que as vendas do comércio e a atividade industrial registraram resultados positivos no trimestre encerrado em maio, o IBCR-PR cresceu 0,7% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,9%, nesse tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,7% em maio (-2,0% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado permaneceram estáveis no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve aumentos nas vendas em quatro dos dez segmentos pesquisados (tecidos, vestuário e calçados, 2,8%; hipermercados e supermercados, 1,9%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 1,8%). O comércio varejista, excluída a estabilidade nas vendas de veículos e o recuo de 0,7% nas de material de construção, aumentou 0,4% no período (-2,8% no trimestre encerrado em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado contraíram 10,0% em maio (-9,9% em fevereiro de 2016), mantendo-se na trajetória de desaceleração iniciada em setembro de 2014 (livros, jornais, revistas e papelaria, -19,3%; equipamentos e materiais para escritório, -18,6%). Excluídas as reduções nas vendas de veículos (15,7%) e de material de construção (11,3%), o comércio varejista retraiu 6,5% no período (-5,0% até fevereiro).

As vendas de automóveis e veículos comerciais realizadas no estado no trimestre encerrado em junho recuaram 1,1% em relação ao trimestre finalizado em março e 24,5% comparativamente a igual período de 2015, de acordo com a Fenabreve e o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv-PR).

15/O PIB paranaense recuou 2,8% no período de quatro trimestres encerrado em março de 2016, em relação aos quatro trimestres anteriores, período em que o PIB brasileiro contraiu 4,7%..

Tabela 5.16 – Volume de serviços – Paraná

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2015	2016		
		Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}
Total	-3,3	-1,6	-4,7	-3,5
Serviços prestados às famílias	-7,1	-6,5	-10,5	-7,0
Serviços de informação e comunicação	-3,0	-2,8	0,5	-2,1
Serviços profissionais e administrativos	-5,4	-6,3	-7,9	-4,4
Transportes e correio	-2,5	1,8	-8,0	-3,9
Outros serviços	-0,6	-1,7	2,1	-3,3

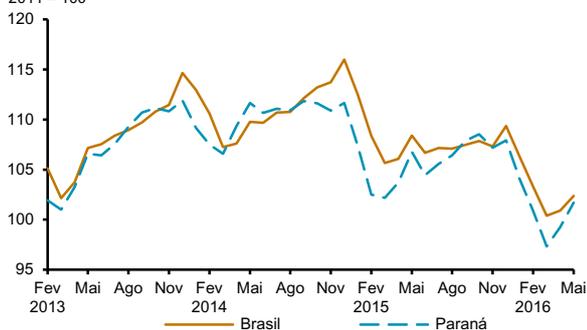
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.11 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

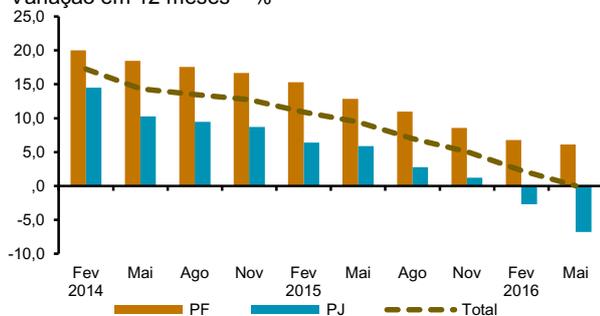
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.12 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O volume do setor de serviços do Paraná diminuiu 3,5% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 0,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador decresceu 3,5% em maio (-3,4% em fevereiro), com destaque para a retração de 7,0% no segmento serviços prestados às famílias.

A evolução do mercado de crédito não corrobora perspectiva de reação do comércio ou do setor de serviços nos próximos meses. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no Paraná totalizou R\$206,5 bilhões em maio, apresentando recuo de 1,4% no trimestre e estabilidade em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$115,3 bilhões, variando -1,1% e 2,9%, respectivamente, e os realizados com recursos livres, R\$91,2 bilhões, recuando 1,8% no trimestre e 3,3% em doze meses.

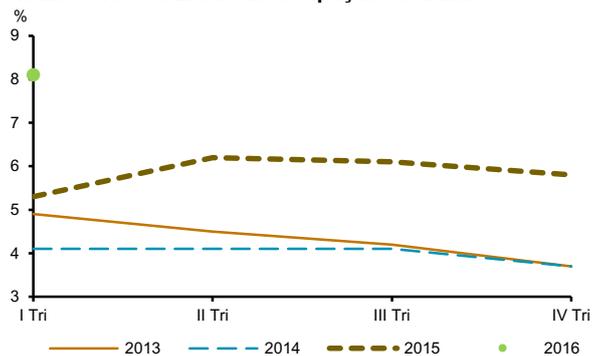
A carteira de pessoas físicas totalizou R\$115,7 bilhões, aumentando 0,9% no trimestre e 6,1% em doze meses, com destaque, no trimestre, para as modalidades financiamentos rurais e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$90,8 bilhões, recuando 4,1% e 6,8%, nas mesmas bases de comparação, com ênfase para as contratações, no trimestre, nas atividades outros serviços e indústria de transformação.

A taxa de inadimplência dessas operações situou-se em 3,65% em maio, aumentando 0,20 p.p. no trimestre e 1,11 p.p. em doze meses. A trajetória trimestral refletiu variações de -0,08 p.p. no segmento de pessoas físicas, para 3,16%, e de 0,57 p.p. no de pessoas jurídicas, para 4,27%.

Os desembolsos do BNDES para o Paraná totalizaram R\$4,3 bilhões no primeiro semestre, recuando 32,7% em relação a igual período de 2015 e 31,3% no intervalo de doze meses encerrado em junho.

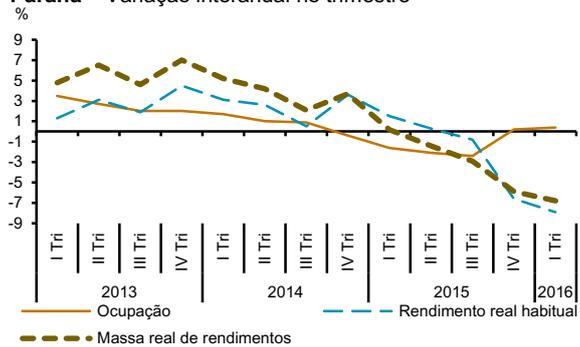
O índice de ICF, elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-PR, totalizou 81,3 pontos no trimestre encerrado em junho (80,4 pontos na avaliação de consumidores com renda até dez salários mínimos e 85,2 pontos na daqueles com renda superior). O ICF atingira 90,0 pontos e 106,1 pontos, respectivamente, no trimestre anterior e em igual período de 2015.

Gráfico 5.13 – Taxa de desocupação – Paraná



Fonte: IBGE (PNADC)

Gráfico 5.14 – Ocupação, rendimento e massa no Paraná – Variação interanual no trimestre



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	6,8	-29,4	-24,7	-46,1	-8,4
Indústria de transformação	-2,4	-17,2	-14,8	-17,4	-5,3
Comércio	2,6	-7,2	1,6	-11,6	-1,9
Serviços	4,2	-2,2	-4,5	-9,8	0,2
Construção civil	-0,7	-4,1	-6,2	-5,9	-1,8
Agropecuária	2,8	1,6	-0,8	-0,9	0,4
Serviços ind. de utilidade pública	-0,1	-0,2	0,0	-0,2	-0,1
Outros ^{2/}	0,3	-0,2	-0,1	-0,3	0,2

Fonte: MTPS

^{1/} Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

^{2/} Inclui extrativa mineral e administração pública.

O percentual de famílias endividadas¹⁶ atingiu, em média, 84,0% no segundo trimestre (85,2% no anterior e 87,8% em igual período de 2015), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-PR para o município de Curitiba, com base em estatísticas da CNC. O percentual de famílias com faturas em atraso passou de 26,9% para 28,5%, na comparação interanual, e o tempo de atraso atingiu, em média, 63,3 dias.

O menor dinamismo da economia do estado nos últimos trimestres impactou os indicadores do mercado de trabalho. A taxa de desemprego, estimada pela PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 8,1% no trimestre encerrado em março, ante 5,3% em igual período de 2015, repercutindo variações de 3,4% na força de trabalho e de 0,4% na população ocupada. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 7,9% e 6,8%, respectivamente, no período.

O mercado de trabalho paranaense registrou, de acordo com o Caged/MTPS, redução de 8,4 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (6,8 mil em igual período de 2015), dos quais 5,3 mil na indústria de transformação, 1,9 mil no comércio e 1,8 mil na construção civil. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram eliminados 7,6 mil empregos formais no trimestre, dos quais 3,3 mil na indústria de transformação, 2,4 mil no setor de serviços e 1,0 mil no comércio.

No âmbito fiscal, o resultado primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná totalizou R\$1,4 bilhão no primeiro trimestre de 2016 (R\$325 milhões em igual período de 2015), com destaque para a reversão, de *deficit* de R\$86 milhões para *superavit* de R\$445 milhões, no resultado dos demais municípios.

A arrecadação do ICMS no Paraná atingiu R\$10,9 bilhões nos cinco primeiros meses de 2016, segundo a Cotepe, registrando aumento real de 0,2% em relação a igual período de 2015, considerando o IGP-DI como deflator. Na mesma base de comparação, as transferências da União ao estado e aos municípios diminuíram 10,8% em termos reais, totalizando R\$3,7 bilhões, de acordo com a STN.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$574 milhões no primeiro trimestre de 2016 e o resultado nominal, *superavit* de R\$785 milhões (R\$426

^{16/} São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, aquisições imobiliárias, prestações de automóveis e contratação de seguros.

Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado do Paraná	-325	-1359	426	574
Governo estadual	-276	-544	408	558
Capital	-134	-370	8	3
Demais municípios	86	-445	9	13

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2015	Nominal		Outros ^{3/}	2016
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}	Mar	
	Estado do Paraná	19 115	-1359	574	- 785	15
Governo estadual	19 474	-544	558	14	-131	19 357
Capital	537	-370	3	-367	-42	128
Demais municípios	- 895	-445	13	-432	188	-1139

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Varição %
		2015	2016	2016/2015
Grãos ^{3/}	76,2	37 535	36 256	-3,4
Soja	48,4	17 231	16 970	-1,5
Milho	16,7	15 776	14 815	-6,1
Trigo	6,0	3 303	3 401	3,0
Feijão	4,2	757	603	-20,4
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,7	50 444	50 825	0,8
Mandioca	3,6	4 302	3 700	-14,0
Fumo	3,5	178	149	-16,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

milhões e *deficit* de R\$101 milhões, respectivamente, no mesmo período de 2015).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná atingiu R\$18,3 bilhões em março de 2016 (18,3% da dívida do Sul), reduzindo-se 4,0% em relação a dezembro de 2015.

Em relação à atividade agrícola, a safra de grãos do Paraná deverá recuar 3,4% em 2016, atingindo 36,3 milhões de toneladas (18,9% da produção do país), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. Entre as principais culturas, estão projetadas retrações para as safras de soja (1,5%), com redução de 5,2% na produtividade; milho (6,1%), com redução de 22,7% na área cultivada na primeira safra e expansão de 15,9% na segunda; e feijão (20,4%), repercutindo retrações de 12,9% na área cultivada na primeira safra e de 1,7% na da segunda. A colheita de trigo deverá aumentar 3,0% no ano.

Considerando as demais culturas, estão projetados aumento de 0,8% para a produção de cana-de-açúcar e reduções para as de mandioca (14,0%), fumo (16,2%) e batata-inglesa (3,3%).

De acordo com estimativa da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), divulgada em junho, a produção da segunda safra de milho no estado deverá recuar 1,0% e a de trigo, crescer 4,0%, no ano.

O VBP real¹⁷ das lavouras, calculado em junho pelo Mapa, deverá recuar 1,2% em 2016, destacando-se as projeções de aumentos para os relativos a trigo (13,1%), milho (9,1%), cana-de-açúcar (2,2%) e batata-inglesa (19,6%); e de recuos para os relacionados a soja (-2,6%), feijão (-11,2%), fumo (-22,8%) e mandioca (-26,0%).

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 2,7%, 10,8% e -11,2%, respectivamente, nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2015, representando, na ordem, 31,9%, 22,0% e 3,2% dos abates realizados no país. Os preços médios recebidos pelos produtores variaram, de acordo com a Seab/Deral, 17,4%, -13,3% e 5,5%, respectivamente, na mesma base de comparação.

O VBP real da pecuária deverá recuar 2,6% em 2016, segundo estimativa do Mapa realizada em junho.

17/Deflacionado pelo IGP-DI.

Gráfico 5.15 – Abates de animais – Paraná

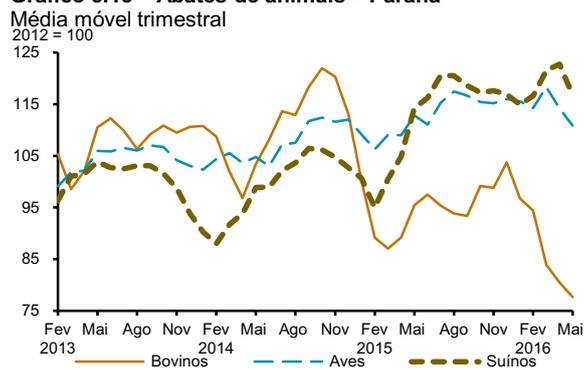


Gráfico 5.16 – Produção industrial – Paraná



Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}
Indústria geral	100,0	-3,3	0,4	-9,4
Produtos alimentícios	22,7	3,2	4,8	-0,2
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-5,9	-9,7	-4,5
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	13,1	-2,6	-26,3
Máquinas e equipamentos	6,7	-28,9	35,0	-22,7
Celulose e prod. papel	5,5	2,6	-2,9	2,7
Outros produtos químicos	4,7	-6,4	-6,7	-12,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Estão projetados decréscimos para os VBP dos itens frango (2,3%), bovinos (1,3%), leite (0,4%), suínos (5,1%) e ovos (10,8%), citados em ordem decrescente de participação no VBP da pecuária.

A produção da indústria paranaense aumentou 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia decrescido 3,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Houve acréscimos na produção em seis das treze atividades pesquisadas (máquinas e equipamentos, 35,0%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 13,4%; produtos alimentícios, 4,8%; coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, -9,7%; outros produtos químicos, -6,7%; celulose, papel e produtos de papel, -2,9%; veículos automotores, -2,6%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 9,4% em maio (-8,7% em fevereiro), ressaltando-se os decréscimos nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (26,3%), móveis (22,8%), máquinas e equipamentos (22,7%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (21,3%).

As vendas reais da indústria paranaense recuaram 0,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentaram 0,1%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as reduções nas vendas de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (8,9%), coque, refino de petróleo e produção de álcool (6,3%), produtos químicos (5,5%), produtos de madeira (4,9%) e fabricação e montagem de veículos (4,6%). No mesmo período, o número de horas trabalhadas na indústria variou 10,7%, o pessoal empregado, -1,1%, e o Nuci atingiu média de 70,2% (71,7% no trimestre finalizado em fevereiro).

A análise em doze meses indica que as vendas reais recuaram 6,8% em maio, em relação a igual período de 2015 (-7,3% em fevereiro), destacando-se as reduções nas relativas a máquinas e equipamentos (23,2%), produtos químicos (22,2%) e veículos automotores (17,8%).

As vendas de caminhões e ônibus no Paraná totalizaram 1,46 mil unidades no trimestre encerrado em junho (reduções respectivas de 1,0% e 25,1% em relação ao trimestre finalizado em março de 2016 e a igual período de 2015), de acordo com a Fenabreve-PR e Sincodiv-PR.

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT-PR) atingiu 46,5 pontos em junho (37,6 pontos em março e 35,8 pontos em igual período de 2015). Ressalte-se que, embora permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo nono mês consecutivo, o indicador registrou recuperação importante no trimestre, reflexo de elevações respectivas de 5,5 pontos e 11,2 pontos no Índice de Condições Atuais (ICA) e no Índice de Expectativas (IE), que situaram-se em 36,4 pontos e 52,1 pontos, respectivamente.

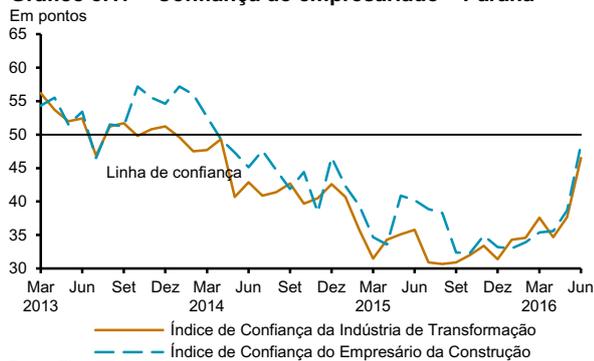
O Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEC-PR) situou-se em 48,5 pontos em junho (35,4 pontos em março e 40,2 pontos em igual período de 2015), persistindo na área de pessimismo pelo vigésimo sexto mês consecutivo mas evidenciando, também, melhora expressiva na margem. Os componentes do ICEC-PR – ICA e IE – aumentaram 2,1 pontos e 18,5 pontos, respectivamente, no trimestre, atingindo, na ordem, 33,3 e 56,0 pontos.

A Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 8,7 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, no segundo trimestre de 2016 (variações de 41,1% e de -33,6%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2015); e concedeu 6,2 mil alvarás de construção imobiliária (variações respectivas de 109,2% e -11,2%, nas mesmas bases de comparação). Os preços dos imóveis em Curitiba recuaram 2,2% em 2016, de acordo com o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados.

As relações de comércio exterior têm contribuído para atenuar a redução do dinamismo econômico na região. A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$2,8 bilhões no primeiro semestre de 2016, ante US\$770 milhões em igual período de 2015, reflexo de variações de 7,1% nas exportações e de -22,6% nas importações, que somaram US\$7,9 bilhões e US\$5,1 bilhões, respectivamente.

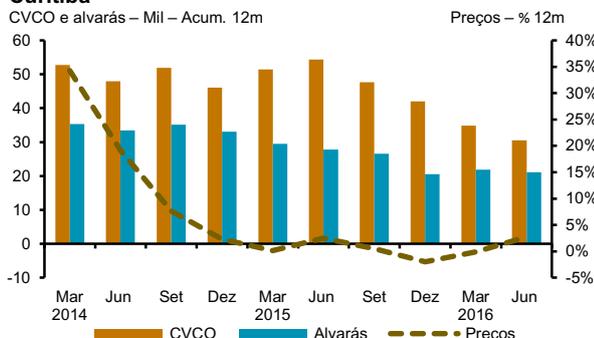
O desempenho das exportações, repercutindo variações de 11,7% no *quantum* e de -7,1% nos preços, refletiu aumentos nas vendas de produtos básicos, 12,8% (soja mesmo triturada, 24,2%; milho em grãos, 64,5%) e nas de produtos manufaturados, 1,6% (automóveis de passageiros, 46,9%, veículos de carga, 177,9%); e o recuo de 1,6% nas de semimanufaturados (açúcar de cana em bruto, -9,8%; óleo de soja em bruto, -7,7%). As exportações para a China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 43,9% dos embarques do estado no semestre, destacando-se o aumento de 26,1% nas vendas de soja, mesmo triturada, para a China.

Gráfico 5.17 – Confiança do empresariado – Paraná



Fonte: Fiep

Gráfico 5.18 – Evolução do mercado imobiliário em Curitiba



Fonte: PMC e Fipe.

Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	7 344	7 869	7,1	-4,3
Básicos	3 848	4 340	12,8	-6,3
Industrializados	3 496	3 529	0,9	-2,5
Semimanufaturados	743	731	-1,6	0,1
Manufaturados ^{1/}	2 753	2 798	1,6	-3,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.23 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	6 574	5 089	-22,6	-27,7
Bens de capital	979	726	-25,8	-18,6
Bens Intermediários	4 181	3 373	-19,3	-25,6
Bens de consumo	916	572	-37,6	-26,4
Duráveis	441	176	-60,1	-47,6
Automóveis de passageiros	353	134	-62,0	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	476	396	-16,8	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	498	417	-16,2	-48,0
Petróleo	364	128	-64,9	-47,0
Demais	134	290	115,8	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.24 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,91	2,89	2,13	1,49
Livres	76,6	1,42	2,96	2,33	1,66
Comercializáveis	36,9	2,12	3,46	2,67	1,42
Não comercializáveis	39,7	0,78	2,50	2,01	1,89
Monitorados	23,4	3,56	2,66	1,55	0,91
Principais itens					
Alimentação	24,6	1,51	4,04	4,38	2,66
Habitação	16,9	5,65	1,28	-0,85	0,47
Artigos de residência	4,3	2,00	1,70	2,08	-1,00
Vestuário	7,0	1,06	2,99	1,10	1,63
Transportes	19,2	0,86	4,51	1,84	-0,57
Saúde	11,5	0,52	1,86	2,19	4,98
Despesas pessoais	9,8	1,23	2,56	2,50	1,59
Educação	3,4	1,32	1,09	7,68	0,37
Comunicação	3,4	0,56	1,78	-1,02	1,80

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

A retração das importações, consistente com a perda de dinamismo da economia do estado, repercutiu reduções de 11,9% nos preços e de 10,3% no *quantum*. Ocorreram recuos nas aquisições em todas as categorias de uso, destacando-se as relacionadas a bens de consumo, 37,6% (móveis e suas partes, -17,5%) e a bens de capital, 25,8% (veículos de carga, -39,3%, bombas, compressores, ventiladores e suas partes, -27,2%). As importações provenientes da China, EUA e Argentina representaram, em conjunto, 37,1% das compras externas do estado no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas aquisições de óleos brutos de petróleo originários da Nigéria (61,4%), e de outros veículos automóveis com motor diesel oriundos da Argentina (28,2%).

O IPCA da RMC variou 1,49% no segundo trimestre de 2016 (2,13% no primeiro), resultado de desacelerações dos preços livres, de 2,33% para 1,66%, e dos preços monitorados, de 1,55% para 0,91%. Destacaram-se os impactos das variações de preços nos grupos alimentação e bebidas (0,65 p.p.) e saúde e cuidados pessoais (0,55 p.p.).

A trajetória dos preços livres repercutiu desacelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,67% para 1,42% (etanol, -9,60%; alcatra, -9,46%; filé-mignon, -7,68%; automóvel novo, 3,31%; cigarro, 11,74%; leite longa vida, 26,44%), e dos não comercializáveis, de 2,01% para 1,89% (passagem aérea, -25,95%; refeição fora do domicílio, 3,88%).

A redução na variação dos preços dos bens monitorados repercutiu, em especial, o impacto dos recuos de 2,78% e 1,44% nos preços dos itens gasolina e gás de botijão, mitigado pelos efeitos dos aumentos nos itens taxa de água e esgoto, 10,48%, e produtos farmacêuticos, 10,59%. O índice de difusão atingiu média de 55,4% no trimestre encerrado em junho (62,3% no finalizado em março e 64,0% em igual período de 2015).

A evolução recente dos principais indicadores econômicos do estado sugere acomodação do processo de retração da atividade local. A retomada da economia paranaense segue dependente, no entanto, da continuidade da melhora da confiança dos agentes econômicos; da manutenção do dinamismo do comércio externo; e dos efeitos favoráveis do processo de ajuste macroeconômico em curso no país.

Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul
Março de 2016

Discriminação	Var. %	
	I trim. 2016 / I trim. 2015	Acum. 4 trim.
PIB	-4,3	-3,9
Impostos	-4,9	-7,6
VAB	-4,2	-3,3
Agropecuária	-8,1	8,8
Indústria	-6,3	-10,4
Serviços	-2,5	-2,6

Fonte: FEE

Gráfico 5.19 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

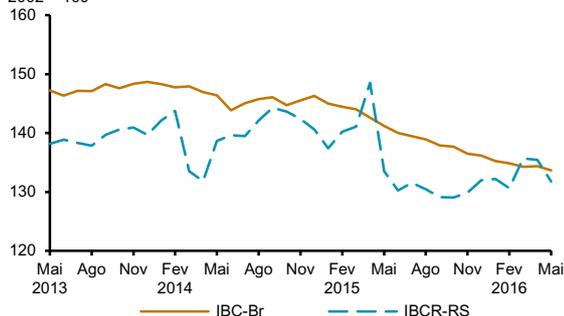
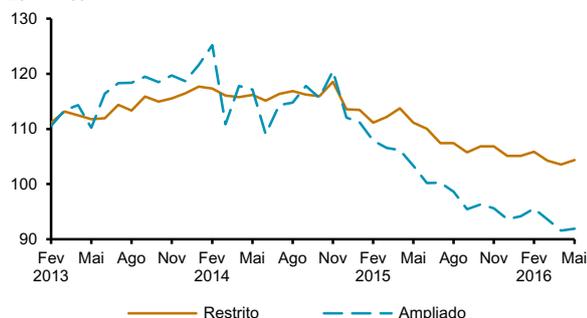


Gráfico 5.20 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-6,1	-1,0	-1,3	-7,2
Combustíveis e lubrificantes	-8,9	-5,1	-1,6	-13,0
Hiper e supermercados	-4,3	-0,7	-1,0	-5,3
Tecidos, vestuário e calçados	-11,5	2,3	-1,9	-12,7
Móveis e eletrodomésticos	-14,3	-3,1	-2,7	-14,0
Comércio varejista ampliado	-13,2	-1,4	-2,2	-14,1
Automóveis e motocicletas	-27,9	-3,2	-0,3	-29,6
Material de construção	-7,3	0,6	-5,1	-8,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Rio Grande do Sul

O PIB do estado recuou 4,3% no primeiro trimestre de 2016, ante igual período de 2015, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), repercutindo retrações na agropecuária (8,1%), indústria (6,3%) e no setor de serviços (2,5%). Dados relativos ao trimestre encerrado em maio indicam recuos da produção industrial e das vendas do comércio, em cenário de continuidade da distensão no mercado de trabalho, contração das operações de crédito e reduzida – ainda que mostrando relativa estabilidade na margem – confiança dos agentes econômicos. Mesmo nesse contexto, o impacto da concentração de colheitas favoreceu a evolução do IBCR-RS, que aumentou 2,0% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando havia crescido 1,7%, na mesma base de comparação. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 6,3% em maio (-3,5% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 2,2% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando diminuíram 1,4%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE (equipamentos de informática e comunicação, -13,3%; material de construção, -5,1%; móveis e eletrodomésticos, -2,7%). Excluídas as variações nas vendas de automóveis (-0,3%) e de material de construção, o comércio varejista retraiu 1,3% no período (-1,0% em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 14,1% em maio (-13,4% em fevereiro). Houve recuos em nove das dez atividades pesquisadas, mais intensos nas de maior valor agregado, mais dependentes do crédito (veículos, -29,6%; móveis e eletrodomésticos, -14,0%). As vendas do comércio varejista diminuíram 7,2% e 6,2%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado somou 57,2 mil unidades no primeiro semestre de 2016, segundo a Fenabreve, recuando 24,8% em relação a igual período de 2015 e atingindo o menor patamar do período desde 1997. Essas vendas atingiram 132,3 mil unidades no intervalo de doze meses até junho, recuando 31,3% em relação a igual período de 2015.

O volume de serviços no estado recuou 2,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando decrescera 1,4%, esse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O

Tabela 5.27 – Volume de serviços – Rio Grande do Sul
 Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

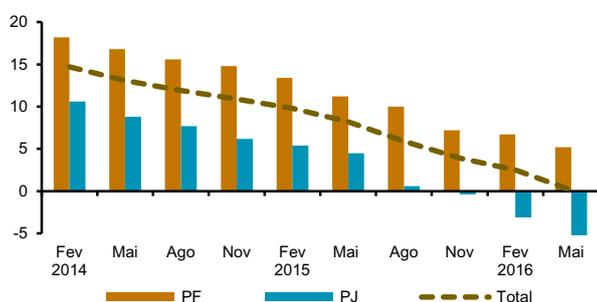
Segmentos	Var. %			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-4,2	-5,4	-5,3	-5,1
Serviços prestados às famílias	-7,9	-2,9	-4,8	-6,6
Serviços de informação e comunicação	2,7	-1,1	-1,1	0,2
Serviços profissionais e administrativos	-5,9	-7,6	-9,1	-7,9
Transportes e correios	-9,9	-9,5	-8,8	-9,2
Outros serviços	-8,8	-11,8	-5,1	-10,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.21 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-10,9	-44,6	-18,9	-21,0	-18,4
Indústria de transformação	-2,6	-24,1	-18,1	-9,2	-2,9
Comércio	-0,8	-9,1	3,6	-4,8	-3,9
Serviços	1,9	-6,9	-4,6	-8,1	-2,1
Construção civil	-2,5	-4,6	-3,3	-3,5	-1,8
Agropecuária	-7,1	0,4	3,8	5,2	-8,0
Serviços ind. de utilidade pública	-0,2	-0,1	0,0	0,1	0,0
Outros ^{2/}	0,5	-0,1	-0,2	-0,7	0,2

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

indicador retraiu 5,3% em relação a igual período de 2015 (serviços profissionais e administrativos, -9,1%; transportes e correios, -8,8%;) e, considerados intervalos de doze meses, variou -5,1% em maio (outros serviços, -10,4%; transportes e correios, -9,2%).

No mercado de crédito, o saldo das operações superiores a R\$1 mil contratadas no estado totalizou R\$197,2 bilhões em maio, variando -0,3% no trimestre e 0,1% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$106,1 bilhões, com alterações respectivas de -0,6% e de 0,8%, e as realizadas com recursos livres, R\$91,1 bilhões, recuando 0,1% no trimestre e 0,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$118,2 bilhões, elevando-se 0,8% no trimestre e 5,2% em doze meses, destacando, na avaliação trimestral, o crescimento das modalidades de financiamentos rurais, financiamentos imobiliários e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$79,0 bilhões, com recuos de 2,0% e 6,7%, nas mesmas bases de comparação, ressaltando, no trimestre, a redução no saldo das operações com a indústria de transformação, em especial nos segmentos de peças e acessórios para automotores, e máquinas e equipamentos, e com o comércio, ressaltando comércio atacadista, exceto veículos e motocicletas.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,4% em maio, mantendo-se estável no trimestre e aumentando 0,5 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu variações de -0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,3 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu 3,1% e 4%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o estado somaram R\$3,7 bilhões no primeiro semestre de 2016 e R\$7,7 bilhões no período de doze meses encerrado em junho, recuando 29,3% e 40,3%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), atingiu 82,8 pontos no segundo trimestre de 2016 (82,7 pontos no trimestre anterior e 81,8 pontos em igual período de 2015). A estabilidade registrada pelo Icec no trimestre (em patamar inferior a 100 pontos, indicativo de falta de confiança dos empresários) repercutiu piora na avaliação da situação atual, estabilidade nas expectativas para os próximos seis meses e melhora nas perspectivas de investimentos.

Gráfico 5.22 – Taxa de desocupação – RS

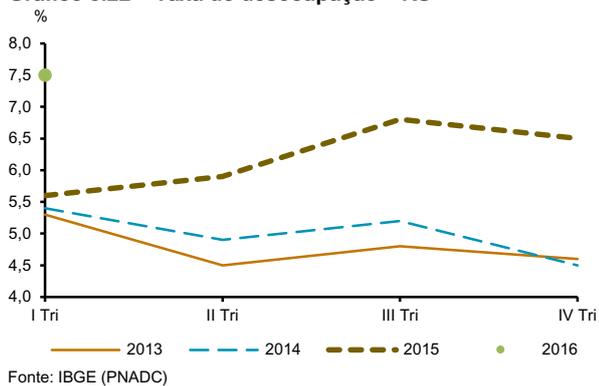


Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
RS	-1 806	-607	1 595	2 127
Governo estadual	-982	-608	1 590	2 123
Capital	-5	-9	11	14
Demais municípios	-819	11	-6	-10

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2016
		2015	Nominal			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	2016	Mar
RS	68 912	-607	2 127	1 520	-544	69 889
Governo estadual	68 408	-608	2 123	1 515	-690	69 233
Capital	660	-9	14	5	203	868
Demais municípios	-156	11	-10	1	-57	-212

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, totalizou 63,8 pontos no trimestre encerrado em junho (60,5 pontos na avaliação de consumidores com renda até dez salários mínimos e 77,5 pontos na daqueles com renda superior). O ICF atingira 68,6 pontos e 92,6 pontos, respectivamente, no trimestre anterior e em igual período de 2015.

O percentual de famílias endividadas¹⁸ atingiu, em média, 64,6% no segundo trimestre (66,2% no anterior e 53,6% em igual de 2015), segundo a PEIC, elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em estatísticas da CNC. O percentual de famílias com faturas em atraso passou de 20,4% para 27,4%, na comparação interanual, e o tempo de atraso atingiu, em média, 61 dias.

O mercado de trabalho gaúcho, refletindo o reduzido dinamismo da atividade econômica, registrou a eliminação de 18,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (-10,9 mil em igual trimestre de 2015), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes na agropecuária (8 mil), resultado de demissões sazonais em lavouras permanentes, no comércio (3,9 mil) e no setor de serviços (2,1 mil), segmento que havia gerado 1,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio de 2015. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal retraiu 1,0% no estado, no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia diminuído 0,7%, na mesma base de comparação, destacando-se as reduções na indústria de transformação (1,9%) e na construção (2,3%).

A taxa de desemprego, divulgada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, atingiu 7,5% no trimestre encerrado em março, ante 5,6% em igual período de 2015, repercutindo crescimento de 1,4% na PEA e redução de 0,6% na população ocupada. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 3,0% e 3,4%, respectivamente, no trimestre.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiu R\$607 milhões no primeiro trimestre de 2016 (R\$1,8 bilhão em igual período de 2015), com destaque para a reversão, de *superavit* de R\$819 milhões para *deficit* de R\$11 milhões, na esfera dos principais municípios. Os juros nominais somaram R\$2,1 bilhões e o resultado

18/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnê de lojas, empréstimo pessoal, aquisições imobiliárias, compras de automóveis e contratação de seguros.

Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

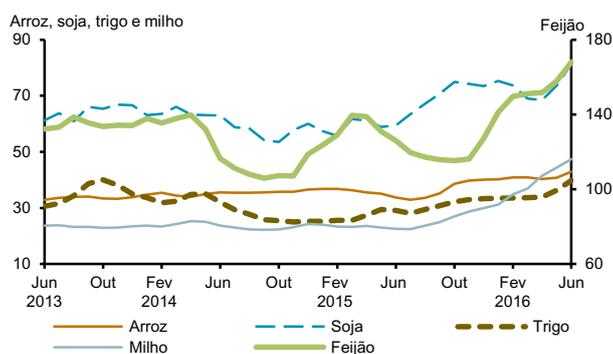
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2016/2015
		Produção ^{2/}		
		2015	2016	
Grãos	74,4	31 894	31 717	-0,6
Soja	45,3	15 700	16 294	3,8
Arroz	18,5	8 679	7 817	-9,9
Milho	7,1	5 634	4 743	-15,8
Trigo	2,2	1 392	2 166	55,6
Feijão	0,8	96	89	-7,3
Outras lavouras				
Fumo	9,8	415	326	-21,4
Mandioca	3,7	1 150	1 109	-3,6
Uva	2,3	876	416	-52,5
Maçã	2,2	599	485	-18,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Gráfico 5.23 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)

Fonte: Emater

Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
Maio de 2016

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	15,3	9,1	19,4
Suínos	9,1	-0,9	-0,9
Aves ^{2/}	11,2	10,9	11,6
Leite ^{3/}	-4,6	-	15,9

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até março/2016. Preços até maio/2016.

nominal, *deficit* de R\$1,5 bilhão, no período (R\$1,6 bilhão e *superavit* de R\$211 milhões, respectivamente, no primeiro trimestre de 2015).

A arrecadação de ICMS totalizou R\$12,5 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) do Ministério da Fazenda e a secretaria da fazenda estadual. O aumento real¹⁹ de 1,7%, em relação a igual período de 2015, repercutiu, em especial, a elevação das alíquotas.

No mesmo período, as transferências da União para o estado somaram R\$3,5 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com retração real de 12,3% em relação a igual período de 2015.

A dívida líquida do estado atingiu R\$69,9 bilhões em março, aumentando 1,4% em relação a dezembro de 2015, e correspondendo a 69,7% do endividamento do Sul.

A atividade agrícola gaúcha foi afetada pelas condições climáticas adversas registradas no segundo trimestre. A safra de grãos de 2016 está estimada em 31,7 milhões de toneladas (16,5% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE, implicando recuo anual de 0,6%. A quebra de safra considera estimativas de retrações para as produções de milho (15,8%) e de arroz (9,9%), e de aumento de 3,8% para a de soja, com safra recorde de 16,3 milhões de toneladas. Dentre as demais culturas, ressaltam-se as reduções estimadas para as produções de uva (52,6%), fumo (21,4%) e maçã (18,9%).

As cotações médias de milho, trigo, soja, feijão e arroz aumentaram, na ordem, 69%, 29,8%, 24,6%, 16,7%, e 14,8% no primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo período de 2015, segundo a Emater/RS.

O VBP real dos principais produtos agrícolas gaúchos, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 2,7% em 2016, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em junho. Destacam-se as variações projetadas para os VBP de arroz (-15,1%), milho (1,1%), soja (7,9%) e trigo (71,7%).

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, aumentaram, na ordem, 15,3%, 11,2% e 9,1%, nos cinco primeiros meses de 2016, em relação a igual período de 2015, correspondendo, na ordem, a 2,9%, 14,7% e 21,5% dos abates no país,

19/Considerado o IGP-DI como deflator.

Gráfico 5.24 – Abates de animais – Rio Grande do Sul

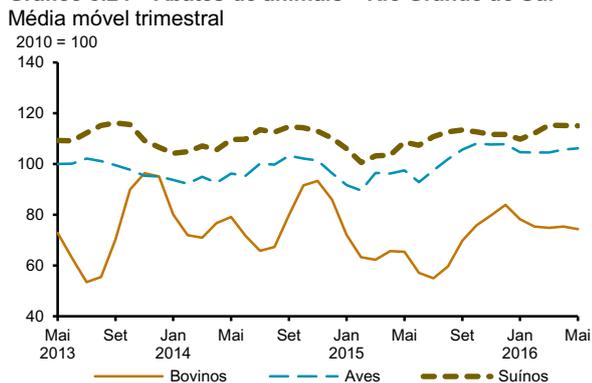


Gráfico 5.25 – Produção industrial – Rio Grande do Sul



Gráfico 5.26 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul



Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	2,9	-3,6	-10,2
Produtos alimentícios	16,4	1,7	-2,1	1,6
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	1,8	7,1	-33,2
Máquinas e equipamentos	12,0	-2,6	-1,2	-22,9
Outros produtos químicos	10,3	4,3	-6,4	-1,3
Artef. couro e calçados	8,9	6,7	-0,6	-4,2
Produtos de metal	8,5	-0,7	-7,0	-9,1
Produtos de borracha e plástico	5,0	0,5	-3,6	-10,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

segundo o Mapa. Na mesma base de comparação, os preços médios variaram 19,4%, 11,6% e -0,9%, respectivamente, conforme a Emater/RS e o CEPEA/USP, e as respectivas quantidades exportadas, impulsionadas pelas vendas para Hong Kong e China, variaram 9,1%, 10,9% e -0,9%, de acordo com o MDIC.

A produção gaúcha de leite (13,8% do total nacional) decresceu 4,6% no primeiro trimestre de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, segundo o IBGE. O preço do produto aumentou 15,9% nos cinco primeiros meses de 2016, ante igual período de 2015, conforme a Emater/RS.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 7,6% em 2016, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em junho. Estão projetados decréscimos nos VBP de suínos (21,8%), leite (11,7%), frango (3,8%), ovos (1,1%) e bovinos (0,3%).

A produção da indústria do Rio Grande do Sul recuou 3,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 2,9%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE (produtos de metal, -7,0%; outros produtos químicos, -6,4%).

Considerados períodos de doze meses, a indústria gaúcha contraiu 10,2% em maio (-10,4% em fevereiro), repercutindo recuos em doze das catorze atividades pesquisadas (indústria automotiva, -33,2%; máquinas e equipamentos, -22,9%). A produção de celulose, repercutindo ampliação da capacidade instalada de importante unidade, aumentou 78,8% no período.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro (-1,4%), conforme estatísticas dessazonalizadas da Fiergs, destacando-se a redução de 3,5% no faturamento real. O Nuci atingiu média de 78,8% no trimestre encerrado em maio (78,7% no finalizado em fevereiro), de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IDI recuou 8,7% em maio (-8,6% em fevereiro).

O Icei atingiu média de 42,6 pontos no segundo trimestre, segundo a Fiergs (39,1 pontos no primeiro trimestre e 39 pontos em igual período de 2015), repercutindo, em especial, a elevação de 6,8 pontos no componente que avalia as perspectivas para a economia brasileira. O Icei

Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2016		12 meses
	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
IDI	-1,4	-1,9	-8,7
Compras industriais	-5,4	0,4	-13,5
Faturamento	-2,2	-3,5	-12,1
Emprego industrial	-2,0	-2,2	-8,2
Horas trabalhadas	-0,6	-1,1	-7,6
Massa salarial	-1,9	-3,4	-10,3
Nuci ^{1/}	78,7	78,8	78,5

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	8 050	7 699	-4,4	-4,3
Básicos	4 436	4 082	-8,0	-6,3
Industrializados	3 614	3 617	0,1	-0,2
Semimanufaturados	549	795	44,9	0,1
Manufaturados ^{1/}	3 065	2 822	-7,9	-0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	Valor		Var. %
	2015	2016	
Agricultura e pecuária	2 305	2 139	-7,2
Indústria de transformação ^{1/}	5 734	5 545	-3,3
Alimentos e bebidas	1 865	1 660	-11,0
Produtos químicos	851	820	-3,6
Fumo	629	579	-7,9
Calçados e couros	485	486	0,2
Veículos	462	430	-6,9
Máquinas e equipamentos	412	358	-13,1
Celulose, papel e prod de papel	60	343	471,7
Produtos de metal	185	178	-3,8
Borracha e plástico	168	152	-9,5
Móveis	91	82	-9,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

da construção atingiu 38,0 pontos no trimestre (33,4 no trimestre anterior e 37,7 pontos em igual intervalo do ano anterior), com destaque para a melhora nas expectativas para os próximos seis meses.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 2,4 mil unidades no primeiro semestre, segundo a Fenabreve, recuando 31,9% em relação a igual intervalo de 2015. Em doze meses até junho, foram comercializadas 5,2 mil unidades (9,6 mil em igual período de 2015).

A balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$4 bilhões no primeiro semestre (US\$2,9 bilhões no mesmo período de 2015), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$7,7 bilhões e as importações, US\$3,7 bilhões, reduzindo-se 4,4% e 29,0% respectivamente, no período.

A evolução das exportações resultou de variações de -12,3% nos preços e de 9,1% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos (53% do total) recuaram 8,0% (soja, -4,8%; fumo, -7,6%) e os de produtos manufaturados (36,7% do total), 7,9% (partes e peças para veículos, -8,6%). Em contrapartida, as vendas externas de semimanufaturados (10,3% do total) aumentaram 44,9% (celulose, 757,2%, em especial para a China, Itália e EUA).

As exportações para a China, EUA e Argentina representaram, em conjunto, 41,4% das vendas externas do estado no semestre, destacando-se o recuo nos embarques de partes e peças para veículos para a Argentina (20,6%) e o aumento nos relativos a celulose para a China (959,2%) e para os EUA (703,2%).

A trajetória das importações refletiu diminuições de 13,9% no *quantum* e de 17,6% nos preços. Houve retrações em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários, que representaram 58% do total exportado pelo estado no semestre, 24,4% (naftas, -27,5%; adubos e fertilizantes, -7,3%; partes e peças para veículos; -30,8%); bens de consumo duráveis, 22,2% (automóveis, -19,8%); combustíveis, 42,4%; bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 13,3% (cebolas, -10,7%); e bens de capital, 36,0% (veículos de carga, -31,9%).

As importações provenientes da Argentina, China e EUA responderam, em conjunto, por 41,9% das compras do estado no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas aquisições de veículos de carga e automóveis originários da Argentina (32,3% e 12,7%, respectivamente),

Tabela 5.37 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	RS		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	5 164	3 664	-29,0	-27,7
Bens de capital	959	614	-36,0	-18,6
Bens Intermediários	2 810	2 124	-24,4	-25,6
Bens de consumo	501	411	-18,0	-26,4
Duráveis	257	200	-22,2	-47,6
Automóveis de passageiros	232	186	-19,8	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	243	211	-13,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	894	515	-42,4	-48,0
Petróleo	779	501	-35,7	-47,0
Demais	115	14	-87,8	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.38 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,66	2,60	3,23	1,85
Livres	75,6	1,70	2,34	3,12	2,08
Comercializáveis	37,3	1,74	2,07	3,42	2,75
Não comercializáveis	38,3	1,65	2,60	2,84	1,44
Monitorados	24,4	1,54	3,42	3,57	1,12
Principais itens					
Alimentação	27,2	2,40	4,33	4,77	2,83
Habitação	14,3	2,44	1,84	3,18	-0,20
Artigos de residência	4,7	2,80	0,78	2,19	2,07
Vestuário	6,2	-1,19	3,06	0,65	2,97
Transportes	18,0	1,01	3,28	3,14	-0,26
Saúde	11,2	2,02	1,68	2,39	4,97
Despesas pessoais	10,4	1,31	0,68	2,17	2,15
Educação	4,4	1,58	0,50	7,10	0,55
Comunicação	3,6	0,21	2,47	-0,51	2,57

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

e de partes e peças para veículos, dos EUA (7,2%) e da China (38,5%).

O IPCA da RMPA variou 1,85% no segundo trimestre, ante 3,23% no primeiro, evolução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 3,12% para 2,08%, e dos monitorados, de 3,57% para 1,12% (energia elétrica residencial, -4,66%; gasolina, -4,38%).

O comportamento dos preços livres repercutiu reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 3,42% para 2,75% (etanol, -10,83%; leites e derivados, 17,20%), e dos bens não comercializáveis, de 2,84% para 1,44% (frutas, -16,78%; alimentação fora do domicílio, 3,38%).

O índice de difusão atingiu 58,2% no segundo trimestre do ano (69,8% no primeiro e 61,8% em igual período de 2015).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMPA variou 9,66% em junho, ante 10,19% até março. A variação dos preços monitorados recuou de 12,02% para 9,98% e a dos preços livres, de 9,61% para 9,56% (comercializáveis, de 10,44% para 10,35%; não comercializáveis, de 8,82% para 8,80%).

A economia gaúcha persistiu em trajetória recessiva no trimestre encerrado em maio, em cenário de continuidade de distensão no mercado de trabalho e piora nas condições do mercado de crédito. Nesse contexto, as perspectivas para a economia local nos próximos trimestres estão condicionadas pela melhora da confiança dos agentes econômicos, que mostrou relativa estabilidade na margem; pelos efeitos do processo de ajuste macroeconômico em curso no país; e pelo impacto do recente acordo para pagamento da dívida com a União nos próximos dois anos.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	-1,8	-2,2	-1,5	-1,4	-1,0
Norte	-2,0	-1,1	-1,9	-1,4	1,1
Nordeste	-0,4	-1,0	-2,1	-1,4	-0,4
Centro-Oeste	-1,3	-1,0	-1,4	0,1	-1,2
Sudeste	-1,5	-1,9	-0,5	-2,0	0,4
Sul	0,9	-3,9	-1,7	-0,5	1,6

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Comércio varejista					
Brasil	-2,0	-2,5	-0,9	-3,2	-0,9
Norte	-0,7	-3,4	-2,3	-4,5	-3,3
Nordeste	-2,4	-3,6	-1,2	-3,7	-2,7
Centro-Oeste	-2,6	-1,5	-2,2	-3,4	-3,0
Sudeste	-2,4	-1,6	-0,3	-2,9	-0,8
Sul	-1,9	-3,1	-2,2	-1,8	-0,6
Comércio ampliado					
Brasil	-3,7	-3,0	-3,0	-1,7	-2,1
Norte	-2,3	-4,6	-3,6	-2,1	-4,2
Nordeste	-3,7	-4,0	-4,3	-2,7	-2,8
Centro-Oeste	-4,2	-3,2	-5,3	-2,2	-2,2
Sudeste	-3,6	-1,2	-2,1	-1,6	-2,2
Sul	-5,0	-4,2	-3,6	-2,0	-0,8

Fonte: IBGE e BCB

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

A trajetória recessiva registrada na economia brasileira a partir de 2014 mostrou relativa moderação no trimestre encerrado em maio, em cenário de melhora da confiança de empresários e consumidores, favorecida pelos efeitos positivos do ajuste macroeconômico em curso e pela menor influência de eventos não-econômicos, recorrentes nos últimos dois anos.

Nesse contexto, o IBC-BR recuou, na margem, 1,0% no trimestre encerrado em maio, retração significativamente inferior à registrada em trimestres anteriores, considerados dados dessazonalizados (Tabela 6.1). Esta melhora repercutiu, em especial, a evolução dos indicadores do Sul, favorecida pela concentração da colheita de grãos; do Norte, beneficiada pela trajetória da indústria e da pecuária; e do Sudeste, repercutindo a recuperação da indústria, após longo período de retração. No Nordeste, embora a variação do indicador de atividade permanecesse negativa, mostrou significativa moderação em relação ao período anterior, enquanto a deterioração registrada no Centro-Oeste foi condicionada pela quebra da safra grãos.

As vendas do comércio ampliado no país diminuíram 2,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando contraíram 1,7%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC (Tabela 6.2). Os recuos mais acentuados ocorreram no Norte e no Nordeste, influenciados por retrações nas vendas de automóveis, e o mais reduzido no Sul, onde as vendas de automóveis e de móveis e eletrodomésticos elevaram-se no trimestre. O comércio varejista no país, excluídos os segmentos veículos e material de construção – mais suscetíveis às condições do mercado de crédito a à evolução da renda interna – registrou retração menos intensa no trimestre, desempenho associado, em especial, aos resultados observados no Sul e no Sudeste.

O volume de serviços contraiu 1,0% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao finalizado em

fevereiro, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O recuo mais expressivo ocorreu no Centro-Oeste, influenciado pelo impacto da quebra da safra de soja sobre o fluxo de transporte para os portos -4,6%.

O mercado de crédito tem refletido a moderação observada na atividade econômica. Nesse sentido, o estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no país atingiu R\$3,1 bilhões em maio, variando -1,0% no trimestre (-1,8% no trimestre anterior) e 2,4% em doze meses (Tabela 6.4). A evolução trimestral refletiu contrações do saldo de empréstimos em todas as regiões, especialmente no Sudeste e no Norte, onde as carteiras de pessoas jurídicas registraram contrações mais acentuadas. As carteiras de pessoas físicas apresentaram expansão moderada no trimestre finalizado em maio, sustentadas pelas modalidades financiamento imobiliário, no segmento de crédito direcionado, e crédito consignado, no segmento de recursos livres.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,6% no país, em maio, com variações de 0,2 p.p. no trimestre e de 0,7 p.p. em doze meses (Tabela 6.5). A inadimplência nas operações com pessoas físicas, que manteve-se estável no trimestre e aumentou 0,5 p.p. em doze meses, oscilou de 5,0%, no Norte e no Nordeste, a 3,1%, no Sul. No segmento de pessoas jurídicas, a inadimplência variou de 5,7%, no Norte, a 2,5%, no Sudeste.

A evolução do mercado de trabalho segue influenciada pelo menor dinamismo da atividade econômica nos últimos trimestres. Nesse contexto, foram eliminados 254,2 mil postos de trabalho formais no país, no trimestre encerrado em maio, ante 800,5 mil no finalizado em fevereiro e 194,1 mil em igual período de 2015, de acordo com o Caged/MTE (Tabela 6.6). O aumento dos desligamentos em termos interanuais repercutiu, em especial, os resultados desfavoráveis no Sudeste, principalmente nos segmentos comércio, construção e administração pública, e no Sul, com ênfase nos cortes no comércio, representativos, também, nas demais regiões. O arrefecimento na eliminação de empregos formais na margem sugere perspectivas de acomodação nesse mercado, compatível com a melhora observada nos indicadores de confiança dos empresários.

A taxa de desocupação, divulgada pela PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 10,9% no país, no trimestre encerrado em maio, ante 7,9% em igual período de 2015 (Tabela 6.7). Os aumentos mais acentuados ocorreram no

Tabela 6.3 – Volume de serviços

Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	-1,2	-3,3	-5,7	-4,7	-5,6
Norte	-2,8	-2,8	-6,3	-5,7	-7,0
Nordeste	-2,5	-5,9	-8,4	-7,3	-7,9
Centro-Oeste	-4,3	-1,2	-1,0	2,3	-3,5
Sudeste	-0,3	-3,2	-5,7	-5,0	-5,4
Sul	-3,6	-3,2	-5,5	-3,8	-5,7

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior

Tabela 6.4 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Maio de 2016

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 585	1 498	3 083	-2,4	0,7	-0,9	-0,1	5,1	2,4
Norte	44	72	116	-4,4	1,0	-1,1	-5,2	6,3	1,6
Nordeste	165	236	401	-2,0	0,9	-0,3	-3,0	6,5	2,3
Centro-Oeste	137	190	327	-2,0	0,1	-0,8	-0,7	6,7	3,5
Sudeste	994	698	1 691	-2,5	0,7	-1,2	2,0	3,8	2,8
Sul	245	303	548	-2,1	0,8	-0,5	-4,8	5,5	0,6

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 6.5 – Inadimplência do crédito do SFN^{1/}

Maio de 2016

Discriminação	Inadimplência								
	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	3,1	4,1	3,6	0,4	0,0	0,2	0,8	0,5	0,7
Norte	5,7	5,0	5,2	1,1	0,1	0,5	2,4	0,6	1,3
Nordeste	4,1	5,0	4,6	0,5	0,0	0,2	1,0	0,6	0,8
Centro-Oeste	3,7	3,6	3,6	0,8	-0,1	0,3	1,5	0,6	1,0
Sudeste	2,5	4,3	3,2	0,3	0,1	0,2	0,5	0,5	0,5
Sul	3,9	3,1	3,4	0,4	-0,1	0,1	1,3	0,4	0,8

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

Tabela 6.6– Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	-194,1	-355,6	-395,4	-800,5	-254,2
Norte	-22,5	-12,4	-35,6	-49,0	-22,2
Nordeste	-98,4	-42,9	-7,5	-159,8	-92,4
Centro-Oeste	3,9	-5,3	-48,5	-48,3	-2,1
Sudeste	-66,1	-191,4	-244,9	-453,3	-99,3
Sul	-11,0	-103,6	-58,9	-90,1	-38,2

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.7 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%				
	2015				2016
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
Brasil	7,9	8,3	8,9	9,0	10,9
Norte	8,7	8,5	8,8	8,6	10,5
Nordeste	9,6	10,3	10,8	10,5	12,8
Centro-Oeste	7,3	7,4	7,5	7,4	9,7
Sudeste	8,0	8,3	9,0	9,6	11,4
Sul	5,1	5,5	6,0	5,7	7,4

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

Tabela 6.8 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar
Norte	-1 310	-1 178
Nordeste	-7 621	-3 489
Centro-Oeste	-1 042	-1 751
Sudeste	-12 764	-12 301
Sul	-2 099	-2 071
Total	-24 837	-20 790

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) *superavit* (+) *deficit*

Sudeste (3,4 p.p.), refletindo variações de 2,7% na força de trabalho e de -1,1% da população ocupada – com destaque para as demissões na indústria de peças e acessórios para veículos; e no Nordeste (3,2 p.p.), decorrente de recuos de 0,1% na força de trabalho e de 3,7% na população ocupada, influenciado pelo desempenho negativo da agricultura. O Norte foi a única região que apresentou crescimento da população ocupada nessa base de comparação, impulsionado pelo emprego na produção florestal, pesca e aquicultura.

A trajetória da economia nos últimos trimestres tem impactado negativamente as receitas dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios, que registraram *superavit* primário de R\$20,79 bilhões no primeiro trimestre do ano, comparativamente a R\$24,84 bilhões em igual período de 2015 (Tabela 6.8). A redução refletiu, fundamentalmente, a deterioração do resultado do Nordeste, que repercutiu reduções nos *superavits* dos governos estaduais (60,4%) e dos demais municípios (67,4%).

A estimativa para a produção de grãos do país em 2016 atinge 191,8 milhões de toneladas, representando recuo de 8,4% em relação à safra de 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE (Tabela 6.9). Destaque para as estimativas de retração para as safras do Nordeste (29,2%) e do Centro-Oeste (11,1%), que detém, em conjunto, participação de cerca de 50,0% na produção nacional. No Nordeste, destacam-se as projeções de recuos nas produções de soja – impactada pela forte estiagem que ocorreu nos três estados produtores da região -, milho e feijão, lavouras que representaram, em conjunto, 90,6% da produção anual de grãos do Nordeste em 2015. A retração estimada para o Centro-Oeste está condicionada pelos efeitos da estiagem, principalmente sobre as culturas de inverno, que concentram mais de 70% da produção de milho na região.

A produção da indústria nacional registrou acomodação no trimestre encerrado em maio (Tabela 6.10)²⁰. Em termos regionais, as variações da produção industrial na margem foram mais expressivas no Norte, onde destacaram-se as indústrias extrativa e de bebidas; no Nordeste, impulsionada pelos segmentos alimentos, bebidas e metalurgia; e no Sudeste, condicionada pelo desempenho da indústria de transformação em São Paulo – em especial

20/ O processo de dessazonalização é realizado com cada série estatística independentemente, de modo que a evolução da série agregada nem sempre resulta em combinação de suas partes.

Tabela 6.9 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2015	2016	
Brasil	100,0	209,4	191,8	-8,4
Norte	3,6	7,7	6,3	-17,8
Nordeste	10,4	16,6	11,7	-29,2
Centro-Oeste	39,4	89,9	79,9	-11,1
Sudeste	8,8	19,3	19,7	1,9
Sul	37,8	75,9	74,2	-2,2

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2014.

3/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Tabela 6.10 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%					
		2015			2016		
		Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	100,0	-2,6	-2,8	-4,1	-2,8	-0,2	
Norte	5,9	-3,7	-4,1	0,5	-2,1	4,6	
Nordeste	9,5	2,9	0,1	-3,8	-3,2	2,9	
Centro-Oeste	3,5	2,1	2,5	-3,3	-1,4	0,4	
Sudeste	62,7	-3,5	-2,8	-4,1	-3,7	2,1	
Sul	18,5	-1,9	-3,0	-3,2	-1,7	0,1	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

Tabela 6.11 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Junho

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Total	94,3	90,3	92,1	66,6	2,2	23,7
Norte	6,8	6,1	6,3	3,8	0,5	2,3
Nordeste	6,6	6,1	12,5	9,2	-5,9	-3,1
Centro-Oeste	11,9	14,0	5,0	3,9	7,0	10,2
Sudeste	47,3	42,4	49,5	36,3	-2,2	6,1
Sul	19,4	19,2	18,7	13,5	0,7	5,7
Outros ^{1/}	2,2	2,5	0,1	0,0	2,1	2,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

nos segmentos de alimentação, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e máquinas e equipamentos – e em Minas Gerais, destacando-se o desempenho das atividades bebidas e outros produtos químicos.

A evolução favorável da indústria refletiu, além da melhora nas expectativas dos agentes econômicos, a continuidade da contribuição positiva do componente externo da demanda agregada. Nesse cenário, a balança comercial do país registrou *superavit* de US\$23,7 bilhões no primeiro semestre, ante US\$2,2 bilhões em igual período de 2015, aumento decorrente, de acordo com o MDIC, de recuos de 4,3% nas exportações e de 27,69% nas importações, sensibilizadas pelo novo patamar da taxa de câmbio e pela redução na renda interna (Tabela 6.11). Destacaram-se os *superavits* do Centro-Oeste, favorecido pelo crescimento de 17,5% das exportações, principalmente de soja, milho, algodão e farelo de soja; do Sudeste, evidenciando retração importante nas aquisições de combustíveis e lubrificantes; e do Sul, impulsionado pelos embarques de celulose.

A inflação no país atingiu 1,75% no segundo trimestre do ano, ante 2,62% no trimestre anterior (Tabela 6.12), evolução decorrente de desaceleração dos preços livres e aceleração do monitorados. A redução na variação dos preços livres mostrou-se mais acentuada no Nordeste (1,84 p.p.), repercutindo recuos nos preços dos itens etanol, frango, carnes e tubérculos e legumes, e no Norte (1,47 p.p.), favorecida pela evolução dos preços de pescados. Houve desacelerações dos preços monitorados no Sul e no Centro-Oeste, com ênfase no impacto das reduções de preços nos itens gasolina e energia elétrica residencial. No Norte, Nordeste e Sudeste, o aumento nos preços monitorados foi condicionado, em parte, por elevações nos itens produtos farmacêuticos, ônibus intermunicipal e taxas de água e esgoto.

A análise da conjuntura recente sugere perspectivas de arrefecimento na retração da economia. Nesse contexto, destacaram-se os desdobramentos positivos do maior dinamismo do setor externo e da melhora nos índices de confiança dos agentes econômicos sobre o desempenho da indústria, contrastando com a trajetória de indicadores relacionados ao comércio e ao setor de serviços, que repercutem o ajuste mais lento nos mercados de trabalho e de crédito.

As diferenças observadas no desempenho econômico das distintas regiões do país evidenciam

Tabela 6.12 – IPCA
Variação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	%				
		2015			2016	
		Jun	Set	Dez	Mar	Jun
IPCA						
Brasil	100,0	2,26	1,39	2,82	2,62	1,75
Norte	4,2	2,80	0,38	3,76	2,72	2,03
Nordeste	14,8	2,75	1,03	2,88	2,86	1,95
Centro-Oeste	7,1	1,73	1,42	3,34	2,25	1,26
Sudeste	57,6	2,01	1,44	2,68	2,58	1,77
Sul	16,3	2,73	1,78	2,74	2,70	1,68
Livres						
Brasil		1,98	1,06	2,74	2,89	1,56
Norte		2,33	0,08	3,74	3,66	2,19
Nordeste		2,23	0,99	3,04	3,29	1,45
Centro-Oeste		1,93	0,75	3,05	2,56	1,48
Sudeste		1,75	1,04	2,58	2,81	1,48
Sul		2,44	1,56	2,64	2,73	1,88
Monitorados						
Brasil		3,15	2,43	3,04	1,78	2,34
Norte		4,50	1,45	3,81	-0,60	1,46
Nordeste		4,68	1,17	2,30	1,31	3,76
Centro-Oeste		1,09	3,53	4,23	1,28	0,56
Sudeste		2,81	2,65	2,97	1,91	2,66
Sul		3,69	2,49	3,06	2,62	1,02

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

as características das respectivas cadeias produtivas, destacando-se os resultados das economias com maior inserção no comércio internacional e menos suscetíveis aos impactos da intensa estiagem observada recentemente.

Economia Paranaense

O objetivo deste box é analisar a evolução da economia paranaense a partir de 2013¹ e suas perspectivas para os próximos trimestres.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB

Variação % anual real



Fonte: IBGE e IparDES (* estimativas)

O Produto Interno Bruto (PIB) do estado cresceu 5,6% em 2013 (3,0% no país), de acordo com as Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evolução favorecida pela safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas, e pelos desempenhos positivos da indústria e do setor de serviços (Gráfico 1). Nesse contexto, a participação do PIB paranaense no PIB brasileiro passou de 5,8%, em 2010, para 6,3%, em 2013, representatividade inferior apenas às dos PIB de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e o PIB *per capita* estadual aumentou 4,7% (3,5% no país). Ressalte-se que o PIB paranaense cresceu 10,2% no triênio encerrado em 2013, ante expansão de 9,1% do indicador nacional.

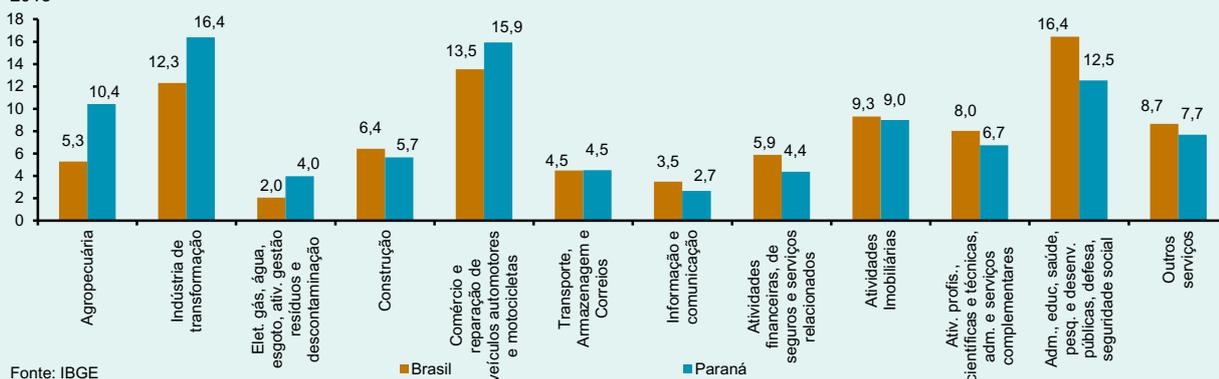
A evolução do PIB do Paraná em 2014 repercutiu os impactos da estiagem sobre a produção agrícola estadual e, em consequência, sobre o dinamismo da cadeia produtiva do agronegócio. Nesse cenário – agravado pela desaceleração da atividade econômica interna, com efeitos negativos sobre a produção manufatureira de segmentos representativos no estado, especialmente veículos, e da economia mundial, com efeitos desfavoráveis sobre as exportações paranaenses e sobre os preços internacionais das *commodities* – o PIB do Paraná registrou aumento anual de 0,8% em 2014, de acordo com estimativas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), ante expansão de 0,1% em âmbito nacional.

1/ Ver o box ‘Economia Paranaense’, no Boletim Regional de janeiro de 2014.

O PIB do Paraná deverá recuar 2,8% em 2015, conforme estimativa do Iparde, ante retração de 3,8% no agregado do país. O resultado menos desfavorável em âmbito regional repercute, em especial, a maior representatividade do setor agrícola na cadeia produtiva do estado, que registrou safra recorde de grãos no ano. A participação da agropecuária no Valor Agregado Bruto (VAB) do estado atingiu 10,4% em 2013, ante 5,3% no país (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Valor Agregado Bruto (VAB)

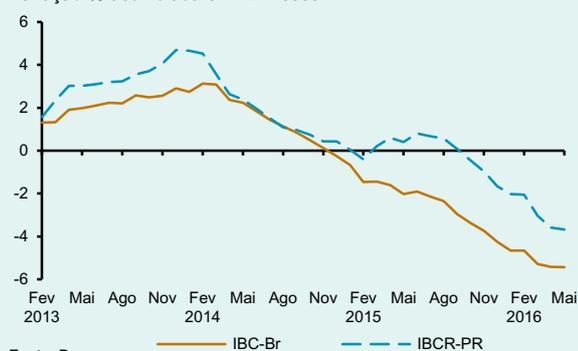
2013



Fonte: IBGE

Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % acumulada em 12 meses



Fonte: Bacen

O Índice de Atividade Econômica Regional do Paraná (IBCR-PR)² registrou variações consistentes com as projeções mencionadas para o PIB do estado. Nesse sentido, o indicador variou 0,4% em 2014 e -1,7% em 2015 (Gráfico 3). O IBCR-PR retraiu 3,7% no período de doze meses encerrado em maio de 2016, comparativamente a recuo de 5,4% no Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br).

O Paraná é o segundo maior produtor brasileiro de cereais, leguminosas e oleaginosas, ressaltando-se que as safras de soja, milho, trigo e feijão foram responsáveis por 75,3% do Valor da Produção Agrícola (VPA) do estado em 2014 (IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) 2014). Dentre as demais lavouras, destacaram-se, no ano, as participações das culturas de cana-de-açúcar, mandioca (segunda maior do país), fumo e batata-inglesa.

A safra de grãos do Paraná totalizou 35,9 milhões de toneladas em 2014 (18,3% da produção do país). O recuo anual de 2,4% foi influenciado por reduções respectivas de 6,4% e 8,8% nas colheitas de

2/ Dados da PNAD Contínua, do IBGE, foram incorporados a algumas *proxies* do indicador que consideram emprego.

Tabela 1 – Principais produtos agrícolas

em milhões de toneladas

Descrição	Peso ^{1/}	2014 ^{2/}	2015 ^{3/}	2016 ^{3/}
Grãos^{4/}		35 900	37 535	36 256
Soja	48,4	14 913	17 231	16 970
produção (%)		-6,4	15,5	-1,5
área colhida (%)		5,2	4,6	3,9
produtividade (%)		-11,1	10,5	-5,2
Milho	16,7	15 823	15 776	14 815
produção (%)		-8,8	-0,3	-6,1
área colhida (%)		-14,4	-4,7	7,3
produtividade (%)		6,6	15,8	-7,5
Trigo	6,0	3 816	3 303	3 401
produção (%)		100,8	-13,4	3,0
área colhida (%)		61,0	-6,5	-12,8
produtividade (%)		24,7	-7,4	18,1
Feijão	4,2	814	757	603
produção (%)		20,0	-6,9	-20,4
área colhida (%)		9,1	-17,3	-6,7
produtividade (%)		10,0	-1,3	-10,3

Fonte: IBGE

1/ Participação no Valor da Produção Agrícola - PAM 2014.

2/ PAM 2014.

3/ LSPA de junho de 2016.

4/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

soja e milho, sensibilizadas, na ordem, por diminuições de 11,1% no rendimento médio e de 15,3% na área cultivada. A produção paranaense de grãos aumentou 4,6% em 2015, representando 18,0% da produção do país, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho do IBGE, com ênfase no crescimento de 15,5% da safra de soja, impulsionada pelo aumento de 10,5% na produtividade. Para 2016, estima-se recuo de 3,4% na safra de grãos do estado, que deverá deter participação de 18,9% da produção nacional, de acordo com o LSPA de junho. O recuo reflete impactos negativos, sobre as lavouras de verão (soja, milho e feijão 1ª safra), de chuvas excessivas na época do desenvolvimento e de estiagem no período de colheita (Tabela 1).

A importância da atividade agrícola para a economia paranaense torna-se evidente a partir do exame de sua contribuição para a evolução do PIB das dez mesorregiões do estado, ilustradas no Mapa 1.

Nesse sentido, em 2013, a mesorregião Centro Ocidental, predominantemente agrícola (VPA/PIB=0,33), registrou a maior variação nominal do PIB (64,7%), enquanto a menor expansão ocorreu na mesorregião Metropolitana de Curitiba (VPA/

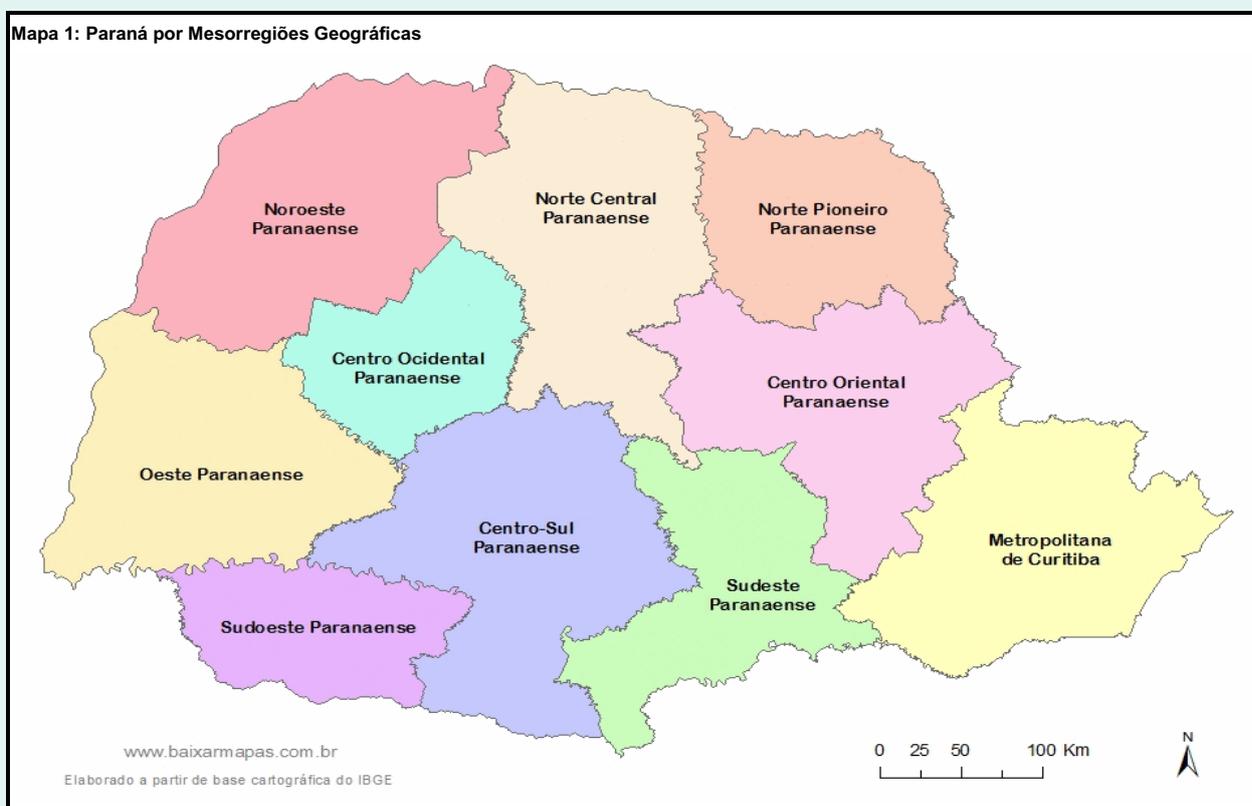
Mapa 1: Paraná por Mesorregiões Geográficas

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) e Valor da Produção Agrícola (VPA), por Mesorregiões Paranaens

Mesorregiões	PIB		Var. nominal 2013/2010	VPA ^{1/}		Var. nominal 2013/2010	VPA/PIB
	R\$ milhões	Distr. %		R\$ milhões	Distr. %		
Metropolitana	145 674	43,8	37,0	1 688	5,3	38,5	0,01
Norte Central	58 264	17,5	56,0	4 982	15,6	51,7	0,09
Oeste	39 431	11,8	60,1	5 724	17,9	62,7	0,15
Centro Oriental	21 301	6,4	52,2	3 245	10,1	78,8	0,15
Noroeste	14 899	4,5	63,6	2 932	9,2	46,4	0,20
Sudoeste	13 582	4,1	61,1	2 373	7,4	59,9	0,17
Centro-Sul	12 435	3,7	55,5	2 718	8,5	86,0	0,22
Norte Pioneiro	10 389	3,1	52,5	3 052	9,5	56,6	0,29
Sudeste	8 528	2,6	54,1	2 532	7,9	70,6	0,30
Centro Ocidental	8 335	2,5	64,7	2 745	8,6	67,8	0,33
Paraná	332.837	100,0	47,8	31.990	100,0	61,2	0,1
Brasil	5.316.454	6,3	36,8	232.469	13,8	50,8	0,0

Fonte: IBGE.

1/ Valor da Produção Agrícola - PAM 2013

PIB=0,01), na qual a atividade agrícola detém menor participação. Ressalte-se que apenas nesta mesorregião a variação no PIB foi inferior à do estado, no período (Tabela 2).

A pecuária do Paraná possui os maiores rebanhos avícola e suíno do país, que representavam 22,7% e 16,9% do total nacional, respectivamente, em 2014 (49,3% e 34,2%, na ordem, da produção do Sul), segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) divulgada pelo IBGE naquele ano (Tabela

Tabela 3 – Produção pecuária - Paraná

Descrição	Part. % no total nacional em 2014 ^{1/}		Valor da produção (R\$milhões) ^{2/}			
	Brasil	Região Sul	2013	2014	2015	2016*
Pecuária			23 358	24 468	25 710	25 048
Frango	22,7	49,3	14 585	14 773	16 223	15 847
Suínos	16,9	34,2	2 140	2 298	2 426	2 302
Bovinos	4,3	33,5	2 764	3 233	3 235	3 192
Leite	12,6	37,8	3 084	3 332	2 842	2 830
Ovos	9,2	38,6	785	833	984	877
Mel de abelha	13,1	32,4	37	41	nd	nd
Casulos de bicho-da-seda	84,9	100,0	30	35	nd	nd
Lã	1,8	1,8	2	2	nd	nd

Fonte: IBGE e Mapa - AGE, * estimativa.

1/ PPM 2014: participação no efetivo do rebanho para frango, suínos e bovinos; e no valor da produção de origem animal para os demais.

2/ Valor da produção calculado pelo Mapa para frango, suínos, bovinos, leite e ovos. Valor da produção de origem animal (IBGE) para os demais.

Tabela 4 – Valor da Transformação Industrial (VTI)

Principais produtos conforme VTI – 2014

Seções e atividades	%	
	Distrib. da ind. no PR	Represent. na indústria nacional
Indústria extrativa	0,7	0,4
Extração de minerais metálicos	0,7	5,5
Indústria de transformação	99,3	8,3
Produtos alimentícios	24,2	11,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	17,1	16,6
Coque, prod. deriv. do petróleo e de biocomb.	9,5	7,2
Máquinas e equipamentos	4,7	7,2
Produtos químicos	4,6	4,8
Celulose, papel e produtos de papel	4,5	11,0
Confecção de art. do vestuário e acessórios	3,9	11,8
Produtos de minerais não-metálicos	3,5	6,9
Produtos de madeira	3,5	26,0
Produtos de metal, exc. máq. e equipamentos	3,3	6,8
Móveis	3,2	17,2
Outros	17,2	59,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa

Gráfico 4 – Produção industrial – ParanáVar. % no ano
2012 = 100

Fonte: IBGE *acum 12 m até mai16

3). As produções estaduais de leite e ovos do estado responderam, na ordem, por 12,6% e 9,2% do total do país em 2014 (37,8% e 38,6% da produção do Sul). O valor da produção pecuária paranaense aumentou 4,8% em 2014 e 5,1% em 2015, refletindo resultados positivos para os cinco produtos pesquisados (exceto leite em 2015), especialmente frango e bovinos, com participações respectivas de 61,7% e 12,9% no total, segundo o Mapa. Em 2016, o valor da produção pecuária do Paraná deverá recuar 2,6%, de acordo com o Mapa (suínos, -5,1%; frango, -2,3%; bovinos, -1,3%).

Em relação à atividade industrial, o Valor da Transformação Industrial (VTI) do Paraná registrou aumentos anuais de 17,0% em 2013 e de 6,1% em 2014, quando deteve participação de 8,3% no VTI do país (aumentos de 9,8% e 3,5%, respectivamente, em âmbito nacional), de acordo com a Pesquisa Industrial Anual – Empresa, do IBGE (Tabela 4).

A indústria do estado registrou desempenho inferior ao da indústria nacional no triênio encerrado em 2015 (recuos acumulados de 11,3% e 9,2%, respectivamente), de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE (Gráfico 4).

Essa trajetória foi condicionada, em especial, por retrações nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (20,4% em 2014 e 32,8% em 2015), máquinas e equipamentos (12,9% e 8,4%), produtos de borracha e de material plástico (1,5% e 9,6%) e móveis (7,4% e 18,9%). O único segmento com aumento de produção nos dois anos mencionados foi celulose, papel e produtos de papel (4,4% e 6,7%, na ordem).

Considerados períodos de doze meses, a indústria do estado recuou 9,4% em maio (9,5% no país), destacando-se os decréscimos nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (26,3%), móveis (22,8%), máquinas e equipamentos (22,7%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (21,3%).

O processo de retração da atividade no estado é ratificado pela evolução das vendas do comércio ampliado, que recuaram 3,0% em 2014 e 9,4% em 2015 (reduções respectivas de 1,7% e 8,6% no Brasil), de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, do

Tabela 5 - Evolução no volume comercializado - 2013 a 2016*
variação % ante o ano anterior

	Paraná			
	2013	2014	2015	2016*
Comércio Varejista	6,4	2,3	-3,2	-6,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,9	3,0	-1,3	-3,5
Combustíveis e lubrificantes	11,9	5,2	-3,2	-8,3
Móveis e eletrodomésticos	4,3	-3,1	-11,6	-14,7
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	0,1	-9,9	-11,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,1	7,1	-2,3	-12,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,0	4,8	5,3	3,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-7,7	-16,9	-1,7	-18,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	8,6	-20,1	-12,8	-19,3
Comércio Varejista Ampliado	7,0	-3,0	-9,4	-10,0
Veículos, motocicletas	7,2	-10,5	-19,7	-15,7
Material de Construção	9,5	-3,3	-8,7	-11,3

Fonte: PMC (IBGE)

* Acumulado em 12 meses até maio de 2016.

IBGE (Tabela 5). Destacaram-se, nos dois anos, os desempenhos negativos da comercialização de veículos e de material de construção. Desconsiderados esses segmentos, as vendas do comércio varejista variaram, na ordem, 2,3% e -3,2%, nos anos considerados, ressaltando-se que apenas as vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, menos suscetíveis a oscilações na renda, aumentaram em 2015.

Considerado o período de doze meses encerrado em maio, as vendas do comércio ampliado e do comércio varejista no Paraná recuaram 10,0% e 6,5%, respectivamente, em relação a igual intervalo em 2015. Destaque, novamente, para as retrações nos segmentos veículos e motocicletas (15,7%) e material de construção (11,3%).

A evolução negativa das vendas de automóveis e comerciais leves – consistente com a deterioração das condições dos mercados de crédito e de trabalho – encontra-se evidenciada na trajetória dos novos licenciamentos desses veículos, que, de acordo com a Fenabrave, recuaram expressivamente em 2015 e no primeiro semestre de 2016 (Tabela 6).

Tabela 6 - Licenciamentos de novos veículos no Paraná

	Automóveis	Comerciais Leves	Caminhões	Ônibus	Motos	Total
2013	212.459	72.447	17.028	1.712	50.936	354.582
2014	201.986	71.824	13.591	1.539	45.018	333.958
2015	153.978	31.844	6.473	1.082	39.157	232.534
2016*	57.869	13.028	2.509	416	15.896	89.718

Fonte: Fenabrave.

* Janeiro a junho.

Tabela 7 – Volume de serviços – Paraná

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2013	2014	2015	2016*
Total	2,3	2,5	-4,2	-3,5
Serviços prestados às famílias	2,0	-3,5	-4,9	-7,0
Serviços de informação e comunicação	5,0	6,9	-2,1	-2,1
Serviços profissionais e administrativos	-4,1	2,8	-2,2	-4,4
Transportes e correio	2,5	-0,1	-6,2	-3,9
Outros serviços	-3,8	1,3	-6,2	-3,3
Atividades turísticas	4,7	0,4	-3,6	-5,3

Fonte: IBGE

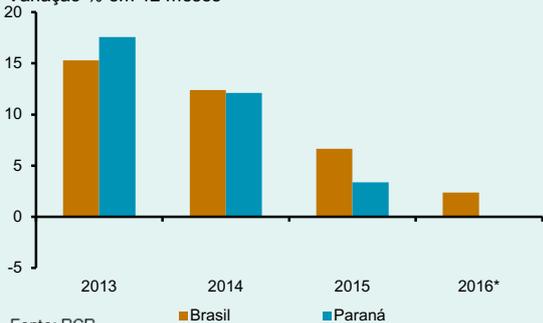
* Acumulado em 12 meses até maio.

O volume de serviços não financeiros, exceto saúde e educação, registrou variações anuais de 2,5% em 2014 e de -4,2% em 2015, período em que ocorreram recuos em todos os segmentos pesquisados, especialmente transportes e correio (6,2%). O indicador retraiu 3,5% no período de doze meses encerrado em maio (serviços prestados às famílias, -7,0%), conforme a Tabela 7.

O mercado de crédito bancário do Paraná, considerado o estoque das operações de empréstimos acima de R\$1 mil, seguiu trajetória de desaceleração

Gráfico 5 – Saldo das operações de crédito^{1/}

Variação % em 12 meses



Fonte: BCB

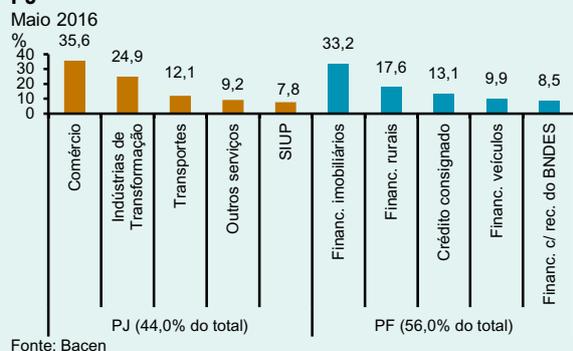
1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

* 12 meses encerrados em maio.

nos últimos anos, em linha com o recuo na atividade econômica estadual e baixos níveis de confiança por parte do setor empresarial. O volume total de crédito no estado em 2015 alcançou R\$211,4 bilhões, variação de 3,4% em relação ao verificado em 2014, R\$204,5 bilhões, quando crescera 12,1%. Nos mesmos períodos, o saldo das operações no país cresceu 6,7% e 12,4%. Nos últimos doze meses encerrados em maio, o saldo das operações de crédito no Paraná alcançou R\$206,5 bilhões, representando 5,9% de participação do total nacional (6,3% em 2014) e variação nula ante os doze meses anteriores, ante expansão de 2,4% para o país. (Gráfico 5).

A desaceleração mais pronunciada das operações de crédito no Paraná, em relação à média do país, observada a partir de 2015, repercutiu, fundamentalmente, a trajetória dos empréstimos no segmento de pessoas jurídicas. Assim, a carteira desse segmento no Paraná retraiu 0,9% em 2015 e 6,8% no período de doze meses encerrado em maio de 2016, comparativamente a igual intervalo em 2015, ante variações respectivas de 6,2% e -0,1% no Brasil. O estoque das operações com pessoas físicas apresentou desempenho semelhante no Paraná – aumentos, nas mesmas bases de comparação, de 7,4% e 6,1% – e no Brasil – elevações respectivas de 7,2% e 5,1%.

Gráfico 6 – Participação das modalidades de cré. no seg. PF e setores de atividades no seg. PJ



Fonte: Bacen

A participação das principais modalidades nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, referente à posição de maio de 2016, encontra-se no Gráfico 6. No primeiro segmento, com participação de 56,0% no estoque de crédito concedido no estado, destacaram-se as representatividades das modalidades financiamentos imobiliários (33,2%), financiamentos rurais (17,6%) e crédito consignado (13,1%). No âmbito das pessoas jurídicas, sobressaíram as contratações do comércio (35,6%), da indústria de transformação (24,9%) e do setor de transportes (12,1%).

Gráfico 7 – Inadimplência do crédito total, Paraná e Brasil – 2013-2016



Fonte: Bacen - Operações do SCR.

A taxa de inadimplência nas operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no Paraná, após registrar trajetória descendente a partir de janeiro de 2013, passou a aumentar a partir do início de 2015 e, em outubro do mesmo ano, situou-se em patamar superior à do país. Em maio de 2016, a inadimplência no estado atingiu 3,65%, ante 3,57% no país (Gráfico 7).

O menor dinamismo da atividade econômica impactou o mercado de trabalho paranaense. Nesse sentido, a taxa média de desemprego no estado passou de 4,3%, em 2013, para 5,9%, em 2015, segundo a PNAD Contínua, do IBGE. O indicador registrou média de 8,1% no primeiro trimestre de 2016, ante 5,8% e 5,3% no quarto e no primeiro trimestres de 2015, respectivamente (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Paraná



Fonte: IBGE/PNADC Trimestral

Tabela 8 – Quantidade de trabalhadores no regime CLT

Maio de 2016

Setores	Em mil				
	PR	%	Brasil	%	Part./BR. %
Total	2 644	100,0	39 235	100,0	6,7
Serviços	1 013	38,3	17 031	43,4	6,0
Comércio	640	24,2	8 993	22,9	7,1
Construção civil	147	5,6	2 572	6,6	5,7
Ind. de transformação	653	24,7	7 519	19,2	8,7
Agropecuária	111	4,2	1 600	4,1	6,9
Ind. extrativa mineral	6	0,2	205	0,5	3,1
Outros ^{1/}	73	2,7	1 314	3,3	5,5

Fonte: MTPS/Caged

1/ Inclui serviços industriais de utilidade pública e administração pública.

O mercado de trabalho do Paraná registrou 2,6 milhões de postos formais em maio de 2016 (6,7% do estoque nacional), concentrados no setor de serviços (38,3% do total), na indústria de transformação (24,7%) e no comércio (24,2%), conforme a Tabela 8. As participações mais acentuadas, no total dos empregos formais no país, ocorreram na indústria de transformação (8,7%), no comércio (7,1%) e na agropecuária (6,9%).

O processo de distensão do mercado de trabalho paranaense está evidenciado nas reduções de postos de trabalho registradas em 2015 (77 mil) e nos cinco primeiros meses de 2016 (9,4 mil), conforme a Tabela 9. O corte de vagas em 2015 concentrou-se na indústria de transformação (46,3 mil), na construção civil (15,5 mil) e no comércio (13,0 mil), e, em 2016, no comércio (7,9 mil) e na indústria de transformação (4,9 mil).

A média do rendimento real de todos os trabalhos, recebido habitualmente pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, atingiu R\$2.200 em 2015, patamar 9,9% superior à média nacional, segundo a PNAD Contínua do IBGE. O indicador registrou

Tabela 9 – Geração Postos Formais no Paraná
(mil vagas)

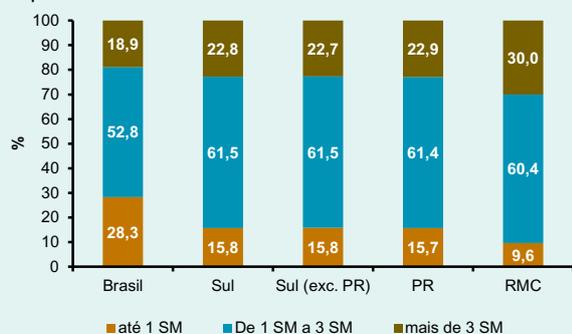
Setores	Em mil			
	2013	2014	2015	2016 ^{1/}
Total	78,5	34,7	-77,0	-9,4
Serviços	36,4	29,4	-4,7	3,6
Comércio	25,9	12,3	-13,0	-7,9
Construção civil	0,4	1,7	-15,5	-1,3
Ind. de transformação	12,4	-8,9	-46,3	-4,9
Agropecuária	1,4	-0,6	2,5	1,0
Ind. Extrativa mineral	0,2	0,0	-0,1	-0,1
Outros ^{2/}	1,8	0,8	0,0	0,2

Fonte: MTPS/Caged

1/ Período de janeiro de 2016 a maio de 2016

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública e administração pública.

Gráfico 9 - Distribuição dos trabalhadores por classe de rendimento



Fonte: PNAD 2014/IBGE

Tabela 10 – Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais, na força de trabalho por nível de instrução
1º Trimestre 2016

	%		
	Paraná	Sul	Brasil
Sem instrução e menos de 1 ano	7,8	5,4	7,1
Fundamental ou equivalente incompleto	19,5	21,6	21,6
Fundamental ou equivalente completo	11,5	12,5	10,2
Médio ou equivalente incompleto	5,9	6,2	6,3
Médio ou equivalente completo	30,9	30,4	32,6
Superior ou equivalente incompleto	4,9	6,0	5,3
Superior ou equivalente completo	19,5	17,8	17,0

Fonte: PNAD Contínua/ IBGE

variações anuais de -1,4% em 2015 e de 1,0% em 2014. Na margem, o rendimento médio real atingiu R\$2.085 no primeiro trimestre de 2016, recuando 1,8% em relação ao quarto trimestre de 2015. A desagregação por classe de rendimento mostra que a proporção de trabalhadores ocupados que recebem até 1 salário mínimo atingiu 15,7% no Paraná em 2014, ante 28,3% no país³ (Gráfico 9).

A população paranaense na força de trabalho (ocupados e desocupados) totalizou 5,93 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2016, de acordo com a PNAD Contínua, das quais 30,9% com nível de instrução médio ou equivalente completo. Ressalte-se que a parcela da população na força de trabalho com nível de instrução superior ou equivalente completo atingiu 19,5% no período, ante 17,8% na região e 17,0% no país (Tabela 10). Contudo, 7,8% do total não possui instrução ou tem menos de um ano de estudo, parcela superior aos resultados regional (5,4%) e nacional (7,1%).

A perda de dinamismo da economia paranaense exerceu desdobramentos sobre a evolução da balança comercial do estado, que após registrar *deficits* respectivos de R\$1,1 bilhão e R\$963 milhões em 2013 e 2014, apresentou *superavit* de US\$2,5 bilhões em 2015. No primeiro semestre de 2016, a balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$2,8 bilhões, ante US\$770 milhões em igual período de 2015, reflexo de variações de 7,1% nas exportações e de -22,6% nas importações, que somaram US\$7,9 bilhões e US\$5,1 bilhões, respectivamente.

A trajetória das exportações (Tabela 11), repercutiu, em grande parte, a evolução das vendas de produtos básicos, que representaram, em média, 50,6% do total exportado pelo estado no triênio encerrado em 2015, destacando-se as relativas a soja, mesmo triturada; carne de frango congelada; farelo e resíduos da extração de óleo de soja; e milho em grãos. As exportações de bens manufaturados responderam, em média, por 37,8% do total dos embarques no triênio, concentrando-se em automóveis de passageiros, veículos de carga, madeira compensada, café solúvel, papel e cartão para escrita ou impressão, e partes e peças para veículos automóveis e tratores. As vendas

3/ Os trabalhadores “sem rendimento” e os “sem declaração” foram expurgados da amostra para efeito do cálculo dos percentuais.

Tabela 11 – Exportação por fator agregado – FOB

Discriminação	US\$ bilhões				
	Paraná			Var. %	
	2013	2014	2015	14/13	15/14
Total	18,2	16,3	14,9	-10,5	-8,7
Básicos	9,1	8,3	7,6	-8,4	-7,9
Industrializados	9,2	8,0	7,3	-12,5	-9,6
Semimanufaturados	2,1	2,0	1,7	-6,8	-15,4
Manufaturados ^{1/}	7,1	6,1	5,6	-14,1	-7,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 12 – Importação por grandes categorias econômicas

Discriminação	US\$ bilhões				
	Paraná			Var. %	
	2013	2014	2015	14/13	15/14
Total	19,3	17,3	12,4	-10,6	-28,0
Bens de capital	2,8	2,4	1,8	-15,5	-24,3
Bens Intermediários	11,8	10,9	8,0	-7,7	-27,3
Bens de consumo					
Duráveis	1,5	1,1	0,8	-26,5	-33,0
Automóveis de passageiros	1,3	0,9	0,6	-26,9	-34,8
Semiduráveis e não duráveis	1,4	1,3	1,0	-9,1	-24,6
Combustíveis e lubrificantes	1,7	1,6	1,0	-9,7	-38,1
Petróleo	1,7	1,3	0,7	-20,7	-45,4
Demais	0,0	0,2	0,2	467,6	6,0
Bens não especificados	0,0	0,0	0,0	-	-93,1

Fonte: MDIC/Secex

externas de bens semimanufaturados (11,5% do total) foram impulsionadas, em especial, pelos embarques de açúcar de cana em bruto, óleo de soja em bruto, e couros e peles. As exportações paranaenses seguem concentradas para a China, Argentina e EUA, que adquiriram, em conjunto, 33,6% e 43,9% das vendas do estado em 2015 e no primeiro semestre de 2016, respectivamente.

A retração das importações repercutiu reduções nas aquisições em todas as grandes categorias econômicas, à exceção de combustíveis exclusive petróleo (Tabela 12). Destacaram-se, em 2014 e 2015, as diminuições respectivas de 7,7% e 27,3% nas aquisições de bens intermediários e de 15,5% e 24,3% nas de bens de capital, segmentos com representatividades médias de 62,8% e 14,3% nas compras externas do estado no triênio encerrado em 2015. Ressalte-se que as importações de bens intermediários concentraram-se em adubos ou fertilizantes, partes e acessórios de veículos, e as de bens de capital, em veículos de carga, turbinas a vapor e máquinas e aparelhos mecânicos. As importações do Paraná originaram-se, no triênio considerado, em especial da China, EUA, Argentina e Alemanha.

As perspectivas para a economia paranaense nos próximos trimestres podem ser favorecidas pela diversificação de sua estrutura produtiva, direcionada aos mercados interno e externo. O cenário para a demanda doméstica permanece fortemente relacionado aos possíveis impactos da melhoria da confiança dos agentes econômicos sobre o desempenho da atividade interna, particularmente nos segmentos industriais representativos no estado. No âmbito externo, a continuidade dos resultados favoráveis da balança comercial segue dependente da trajetória da recuperação da atividade nos principais parceiros comerciais do estado e da evolução das cotações de *commodities* relevantes na pauta de exportações.

Comércio externo do agronegócio – Brasil e Regiões

A participação do agronegócio¹ no comércio externo brasileiro aumentou acentuadamente nos últimos dez anos, em ambiente de crescimento da demanda mundial por *commodities* agrícolas, com participação relevante na pauta de exportações brasileiras. Nesse cenário, a representatividade das exportações do setor no total das vendas externas do país passou de 36,8%, em 2006, para 47,0%, em 2015, enquanto a das respectivas importações aumentou de 11,1% para 14,2% (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Exportações

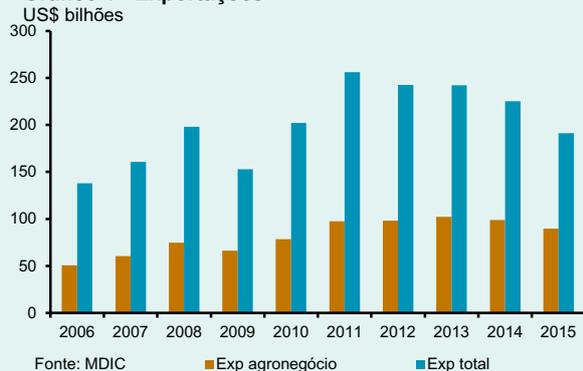
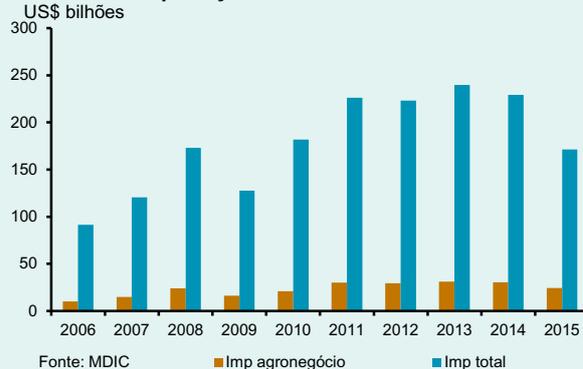


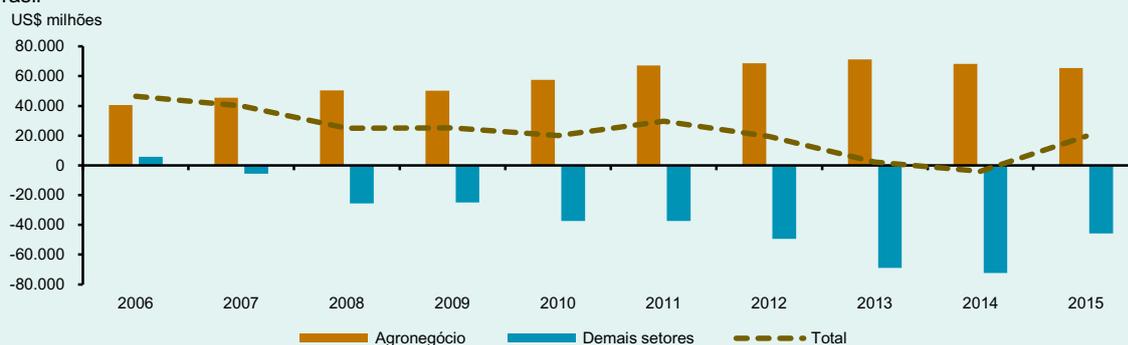
Gráfico 2 - Importações



Ressalte-se que o desempenho favorável da balança comercial brasileira nos últimos anos foi influenciado, em especial, pela trajetória das transações externas do agronegócio, que, de maneira geral, geraram *superavit* comercial superior ao *deficit* associado aos demais setores da economia (Gráfico 3).

1/ A definição de agronegócio engloba operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, de produção nas unidades agrícolas, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e bens produzidos a partir deles.

Gráfico 3 - Saldos da balança comercial
Brasil

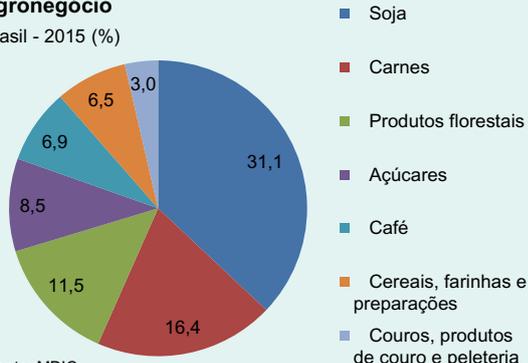


Fonte: MDIC

Nesse contexto, o boxe apresenta a evolução da corrente de comércio associada ao agronegócio, em âmbito nacional e regional, no decorrer do período mencionado, destacando os principais produtos transacionados e os respectivos destinos e origens².

Gráfico 4 - Principais produtos exportados do Agronegócio

Brasil - 2015 (%)



Fonte: MDIC

As exportações do agronegócio aumentaram 77,2% de 2006 a 2015, quando totalizaram US\$89,8 bilhões, das quais 76,7% relativas a produtos de origem vegetal; 21,1% a produtos de origem animal; e 2,1% a insumos agropecuários. Os principais destinos foram China (23,7% do total), com destaque para soja; EUA (7,2%), em especial produtos florestais (pastas químicas de madeira e madeiras) e café; Holanda (5,6%), principalmente soja, produtos florestais (pastas químicas de madeira) e carnes.

Gráfico 5 - Principais produtos importados do Agronegócio

Brasil - 2015 (%)



Fonte: MDIC

As importações do agronegócio cresceram 141,4% no período analisado e somaram US\$24,4 bilhões em 2015, sendo 48,3% relacionadas a insumos e máquinas de uso agropecuário; 41,7% a produtos de origem vegetal; e 10,0% a produtos de origem animal. Os principais países de origem foram EUA (13,4% do total), concentradas em defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes; Argentina (13,1%), destacando-se cereais e farinhas, produtos hortícolas e defensivos agrícolas; e China (11,1%), em especial de adubos e fertilizantes. As participações das exportações e das importações dos principais produtos do agronegócio encontram-se nos Gráficos 4 e 5.

O aumento nas transações comerciais envolvendo o agronegócio pode ser melhor compreendido por meio da análise segmentada por

2/ Foi considerado o critério de enquadramento no agronegócio adotado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), que segmenta as mercadorias em produtos de origem vegetal, produtos de origem animal e insumos, máquinas e equipamentos de uso agropecuário.

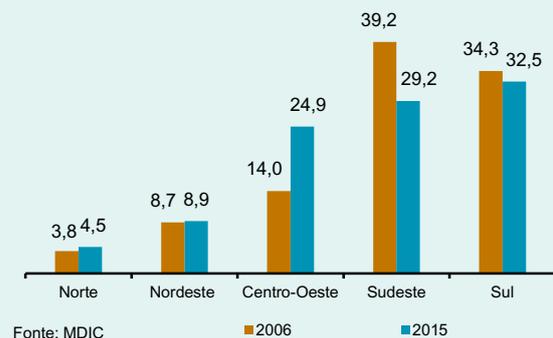
regiões geográficas. Em linhas gerais, a expansão registrada nas exportações do segmento foi influenciada, em grande parte, pelo crescimento de 215,0% nas vendas externas do Centro-Oeste, cuja representatividade no total exportado pelo país passou de 14,0%, em 2006, para 24,9%, em 2015 (Tabela 1 e Gráfico 6). Ressalte-se que, embora apresentassem, no período analisado, crescimento inferior à média nacional, as exportações do Sudeste e do Sul seguiram em patamar superior às do Centro-Oeste.

Tabela 1 – Exportações do Agronegócio

	2006		2015		Var. % 2006 - 2015
	Valor (US\$ bi)	Partic % exp. totais	Valor (US\$ bi)	Partic % exp. totais	
Brasil	50,7	36,8	89,8	47,0	77,2
Norte	1,9	20,9	3,9	29,2	107,2
Nordeste	4,4	37,9	7,9	53,5	78,3
Centro-Oeste	7,1	94,4	22,3	93,0	215,0
Sudeste	19,9	24,8	26,0	27,6	30,9
Sul	17,4	62,5	29,1	72,7	67,8

Fonte: MDIC

Gráfico 6 - Participação nas exportações nacionais do agronegócio - %



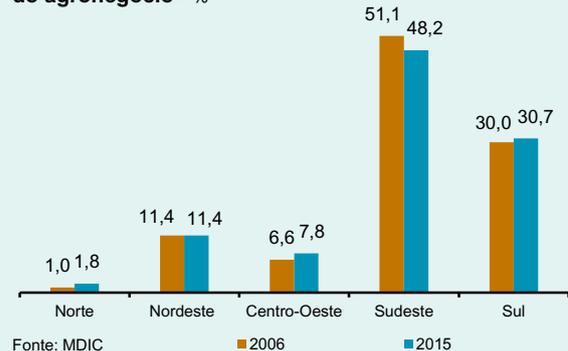
A elevação observada nas importações do agronegócio repercutiu, em especial, os aumentos das compras no Centro-Oeste e no Sul, cujas participações nas importações do segmento em âmbito nacional elevaram-se 1,2 p.p. e 0,7 p.p., respectivamente, de 2006 a 2015 (Tabela 2 e Gráfico 7).

Tabela 2 – Importações do Agronegócio

	2006		2015		Var. % 2006 - 2015
	Valor (US\$ bi)	Partic % imp. totais	Valor (US\$ bi)	Partic % imp. totais	
Brasil	10,1	11,1	24,4	14,2	141,4
Norte	0,1	1,3	0,4	3,9	366,7
Nordeste	1,1	13,0	2,8	13,0	142,0
Centro-Oeste	0,7	16,7	1,9	20,5	187,8
Sudeste	5,2	9,5	11,8	12,4	127,9
Sul	3,0	17,4	7,2	21,3	147,3

Fonte: MDIC

Gráfico 7 - Participação nas importações nacionais do agronegócio - %



O agronegócio do Sul exportou US\$29,1 bilhões e importou US\$7,2 bilhões em 2015. No âmbito das exportações, a representatividade dos produtos de origem vegetal atingiu 67,6% em 2015, com destaque para o aumento, de 19,8% em 2006, para 36,7%, na participação da soja no total das vendas do agronegócio

regional. A representatividade das exportações de produtos de origem animal recuou 5,4 p.p. no período, com destaque para a estabilidade da participação nas vendas de carnes. As importações do agronegócio do Sul concentraram-se no segmento de insumos, máquinas e equipamentos de uso agropecuário (53,9% em 2015), especialmente adubos e fertilizantes, seguido de defensivos agrícolas (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Exportações do agronegócio SUL

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Exportações do agronegócio	17 350	100,0	29 116	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	899	5,2	924	3,2
Máquinas e implementos agrícolas	609	3,5	382	1,3
Adubos e fertilizantes	136	0,8	257	0,9
Produtos de origem animal	6 007	34,6	8 498	29,2
Carnes	4 151	23,9	7 020	24,1
Couros, produtos de couro e peleteria	1 648	9,5	1 019	3,5
Produtos de origem vegetal	10 444	60,2	19 694	67,6
Soja	3 437	19,8	10 693	36,7
Produtos florestais	3 183	18,3	3 232	11,1
Fumo e seus produtos	1 717	9,9	2 151	7,4

Fonte: Aliceweb

Tabela 4 – Importações do agronegócio SUL

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Importações do agronegócio	2 934	100,0	7 226	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	1 335	45,5	3 894	53,9
Adubos e fertilizantes	1 052	35,9	2 860	39,6
Defensivos agrícolas	173	5,9	669	9,3
Produtos de origem animal	242	8,2	690	9,5
Pescados	42	1,4	287	4,0
Carnes	44	1,5	152	2,1
Produtos de origem vegetal	1 357	46,3	2 642	36,6
Cereais, farinhas e preparações	471	16,1	582	8,1
Produtos florestais	423	14,4	484	6,7

Fonte: Aliceweb

No Sudeste, as exportações associadas ao agronegócio totalizaram US\$26 bilhões em 2015, das quais 80,2% relativas a produtos de origem vegetal, destacando-se os aumentos nos embarques de café e soja. No âmbito das importações do agronegócio, que aumentaram 128,0% de 2006 a 2015, ante expansão de 31,0% nas exportações, destaque para o crescimento acentuado da participação de insumos, máquinas e equipamentos de uso agropecuário, que atingiu 44,9% em 2015, ante 29,0% em 2006 (Tabelas 5 e 6).

**Tabela 5 – Exportações do agronegócio
SUDESTE**

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Exportações do agronegócio	19 881	100,0	26 027	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	601	3,0	897	3,4
Defensivos agrícolas	232	1,2	255	1,0
Máquinas e implementos agrícolas	162	0,8	255	1,0
Produtos de origem animal	3 923	19,7	4 260	16,4
Carnes	2 638	13,3	2 898	11,1
Couros, produtos de couro e peleteria	897	4,5	721	2,8
Produtos de origem vegetal	15 357	77,2	20 870	80,2
Açúcares	4 818	24,2	5 418	20,8
Café	2 954	14,9	5 127	19,7
Produtos florestais	2 688	13,5	3 358	12,9

Fonte: Aliceweb

**Tabela 6 – Importações do agronegócio
SUDESTE**

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Importações do agronegócio	5 158	100,0	11 755	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	1 494	29,0	5 280	44,9
Defensivos agrícolas	542	10,5	3 024	25,7
Adubos e fertilizantes	776	15,0	1 666	14,2
Produtos de origem animal	638	12,4	1 432	12,2
Pescados	365	7,1	791	6,7
Lácteos	120	2,3	292	2,5
Produtos de origem vegetal	3 026	58,7	5 043	42,9
Produtos florestais	1 041	20,2	1 059	9,0
Cereais, farinhas e preparações	698	13,5	851	7,2
Fibras e produtos têxteis	219	4,2	664	5,6

Fonte: Aliceweb

No Centro-Oeste, a balança comercial do agronegócio registrou *superavit* acentuado no período analisado. Em 2015, as importações corresponderam a 8,6% das exportações, que totalizaram US\$22,3 bilhões, das quais 51,3% relativas a soja. Ressalte-se, ainda, a expressiva representatividade das vendas de carnes no segmento de produtos de origem animal (86,8% em 2015). As importações da região concentraram-se em insumos agrícolas, cuja participação no total das aquisições do agronegócio cresceu 8,0 p.p., para 79,1%, no período (Tabelas 7 e 8).

**Tabela 7 – Exportações do agronegócio
CENTRO-OESTE**

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Exportações do agronegócio	7 079	100,0	22 303	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	26	0,4	46	0,2
Rações	1	0,0	14	0,1
Máquinas e implementos agrícolas	1	0,0	13	0,1
Produtos de origem animal	1 954	27,6	4 383	19,7
Carnes	1 643	23,2	3 803	17,1
Couros, produtos de couro e peleteria	296	4,2	522	2,3
Produtos de origem vegetal	5 099	72,0	17 874	80,1
Soja	4 352	61,5	11 431	51,3
Cereais, farinhas e preparações	109	1,5	3 633	16,3

Fonte: Aliceweb

**Tabela 8 – Importações do agronegócio
CENTRO-OESTE**

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Importações do agronegócio	664	100,0	1 912	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	472	71,1	1 513	79,1
Adubos e fertilizantes	453	68,2	1 417	74,1
Máquinas e implementos agrícolas	8	1,2	39	2,0
Produtos de origem animal	37	5,6	159	8,3
Carnes	30	4,5	136	7,1
Produtos de origem vegetal	155	23,3	240	12,6
Produtos oleaginosos (exclui soja)	12	1,8	59	3,1
Prod. hortícolas, leg, raízes, tubérculos	44	6,6	47	2,5

Fonte: Aliceweb

No Nordeste, as exportações do agronegócio concentraram-se em produtos de origem vegetal (93,0% do total), destacando-se os aumentos acentuados, de 2006 a 2015, nas participações dos embarques de soja (18,6 p.p.) e de produtos florestais (9,8 p.p.), essencialmente pastas químicas de madeira. Em relação às importações, a representatividade das compras de produtos de origem vegetal retraiu 8,6 p.p., para 59,2%, no período considerado, contrastando com a expansão significativa das compras de insumos e máquinas de uso agropecuário, movimento compatível com a trajetória, registrada na região, das exportações de produtos de origem vegetal (Tabelas 9 e 10).

**Tabela 9 – Exportações do agronegócio
NORDESTE**

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Exportações do agronegócio	4 401	100,0	7 847	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	33	0,7	24	0,3
Aubos e fertilizantes	17	0,4	15	0,2
Produtos de origem animal	621	14,1	523	6,7
Couro, produtos de couro e peleteria	386	8,8	359	4,6
Pescados	219	5,0	93	1,2
Produtos de origem vegetal	3 747	85,1	7 300	93,0
Soja	508	11,5	2 364	30,1
Produtos florestais	750	17,0	2 100	26,8
Açúcares	765	17,4	664	8,5

Fonte: Aliceweb

**Tabela 10 – Importações do agronegócio
NORDESTE**

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Importações do agronegócio	1 149	100,0	2 780	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	271	23,6	998	35,9
Aubos e fertilizantes	251	21,8	872	31,4
Defensivos agrícolas	13	1,1	101	3,6
Produtos de origem animal	99	8,6	137	4,9
Pescados	34	3,0	89	3,2
Carnes	10	0,9	23	0,8
Produtos de origem vegetal	779	67,8	1 645	59,2
Cereais, farinhas e preparações	402	35,0	783	28,2
Produtos florestais	87	7,6	165	5,9

Fonte: Aliceweb

O Norte apresentou a menor corrente de comércio regional do agronegócio (3,7% do total transacionado no país em 2015). As exportações, embora se mantivessem concentradas em produtos de origem vegetal, registraram ganho de representatividade dos embarques de produtos de origem animal, que passou de 19,9%, em 2006, para 33,6%, em 2015. Nesse período, houve ampliação relevante das vendas de soja, que representaram cerca de 50% dos embarques de produtos vegetais em 2015 (15,5% em 2006). As importações mantiveram-se concentradas em produtos de origem vegetal, principalmente cereais e farinhas, seguida de adubos e fertilizantes, mas registaram aumento da participação de insumos e máquinas de uso agropecuário (Tabelas 11 e 12).

Tabela 11 – Exportações do agronegócio NORTE

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Exportações do agronegócio	1 862	100,0	3 859	100,0
Produtos de origem animal	371	19,9	1 297	33,6
Carnes	206	11,1	968	25,1
Animais vivos	18	1,0	181	4,7
Produtos de origem vegetal	1 491	80,1	2 562	66,4
Soja	231	12,4	1 278	33,1
Produtos florestais	1 009	54,2	453	11,7

Fonte: Aliceweb

Tabela 12 – Importações do agronegócio NORTE

Descrição	US\$ milhões			
	2006		2015	
Produtos selecionados	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Importações do agronegócio	90	100,0	419	100,0
Insumos, máq. equip. uso agropecuário	11	12,2	85	20,3
Adbos e fertilizantes	9	10,0	83	19,8
Produtos de origem animal	1	1,1	8	1,9
Pescados	1	1,1	4	1,0
Produtos de origem vegetal	78	86,7	326	77,8
Cereais, farinhas e preparações	29	32,2	91	21,7
Produtos florestais	23	25,6	56	13,4
Biocombustíveis	0	0,0	37	8,8

Fonte: Aliceweb

Dados agregados para o país indicam que as exportações do agronegócio aumentaram 6,9% nos cinco primeiros meses de 2016, em comparação a igual período de 2015, destacando-se as elevações nas vendas de soja (18,0%) e cereais, farinhas e preparações (56,9%), sobretudo de milho. As compras diminuíram 12,8%, reflexo de recuos nas aquisições de cereais, farinhas e preparações (outros trigos e misturas de trigo com centeio), defensivos agrícolas e produtos florestais. A trajetória das exportações, nesse período, repercutiu, em especial, a elevação nas cotações das *commodities* agrícolas, enquanto a trajetória das importações mostrou-se consistente com o cenário de depreciação cambial e de redução da renda interna.

Em linhas gerais, a corrente de comércio do agronegócio registrou crescimento acentuado de 2006 a 2015, expresso em aumentos respectivos de 77,2% e 141,4% nas respectivas exportações e importações, comparativamente a elevações de 38,7% e de 87,7% nas vendas e nas compras externas totais do país, respectivamente. Essa trajetória foi impulsionada, em parte, pelo impacto da intensificação do uso de tecnologia no campo sobre a produtividade na produção de *commodities* agrícolas, com desdobramentos sobre a importância do país no mercado mundial, sobretudo de alimentos. Regionalmente, observou-se concentração das operações do agronegócio no Sudeste, Sul e Centro-Oeste; crescimento relevante das vendas de soja, principalmente no Sul e Centro-Oeste, e de carnes, em especial no Sul; participação elevada das

aquisições do Sudeste, representando cerca de metade das importações totais do agronegócio; e aumento importante na aquisição de insumos (defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes) e de máquinas agrícolas em todas as regiões.

Ressalte-se, ainda, que, de acordo com estimativas do Mapa³, as expectativas para os próximos anos são de elevação nas participações do Brasil no comércio mundial de soja, milho, carnes bovina, de frango e suína. Nesse contexto, em que o país deverá seguir como maior exportador de café e açúcar, crescem as perspectivas de manutenção da importância do agronegócio na corrente de comércio externo do país.

3/ Mapa. Assessoria de Gestão Estratégia. Projeções do agronegócio. Brasil 2014/2015 a 2024/2025.

Recuperação das Exportações de Produtos Industriais: uma análise nacional e regional

A participação dos produtos industriais na pauta de exportações brasileiras apresentou três movimentos distintos no decorrer do último decênio: recuou de 77,7%, em 2006, para 59,2%, em 2011; manteve-se relativamente estável até 2014; e, em 2015, repercutindo os impactos da depreciação do real e da retração da demanda interna, registrou recuperação relevante (Tabela 1). Este boxe analisa os determinantes dessa trajetória, em âmbito nacional e regional, com ênfase na evolução da representatividade dessas exportações por categorias de intensidade tecnológica¹.

Tabela 1 – Exportações Brasileiras de Produtos Industriais e Não Industriais

Totais e participação relativa

Período	Produtos não industriais		Produtos industriais		Total
	US\$ bilhões	Part. %	US\$ bilhões	Part. %	US\$ bilhões
2006	30,7	22,3	107,1	77,7	137,8
2007	39,0	24,3	121,7	75,7	160,6
2008	57,5	29,1	140,4	70,9	197,9
2009	47,5	31,0	105,5	69,0	153,0
2010	73,9	36,6	128,0	63,4	201,9
2011	104,3	40,8	151,7	59,2	256,0
2012	94,3	38,9	148,3	61,1	242,6
2013	91,9	38,0	150,1	62,0	242,0
2014	88,5	39,3	136,6	60,7	225,1
2015	68,2	35,7	122,9	64,3	191,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Foi utilizada a metodologia de classificação de atividades da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): Indústria de alta tecnologia (Aeronáutica e aeroespacial; Farmacêutica; Material de escritório e informática; Equipamentos de rádio, TV e comunicação; Instrumentos médicos de ótica e precisão), Indústria de média-alta tecnologia (Máquinas e equipamentos elétricos; Veículos automotores, reboques e semi-reboques; Produtos químicos, excl. farmacêuticos; Equipamentos para ferrovia e material de transporte; Máquinas e equipamentos mecânicos), Indústria de média-baixa tecnologia (Construção e reparação naval, Borracha e produtos plásticos, Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis, Outros produtos minerais não-metálicos; Produtos metálicos) e Indústria de baixa tecnologia (Produtos manufaturados e bens reciclados; Madeira e seus produtos, papel e celulose; Alimentos, bebidas e tabaco; Têxteis, couro e calçados).

Tabela 2 – Exportações Brasileiras por Grau de Intensidade Tecnológica

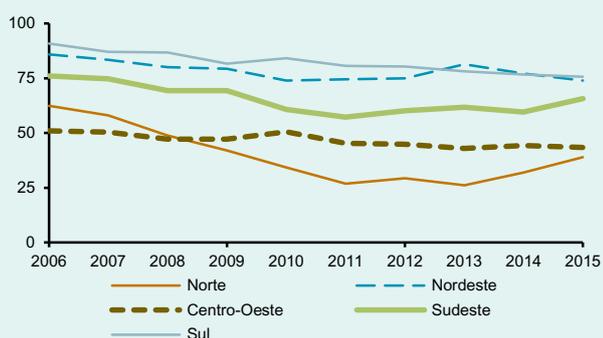
	Participação nas exportações totais (%)			
	2006	2011	2014	2015
Indústria de Transformação	77,7	59,2	60,7	64,3
Alta tecnologia	6,4	3,3	4,0	4,8
Média-alta tecnologia	24,6	17,7	16,3	17,3
Média-baixa tecnologia	18,6	13,3	13,7	14,2
Baixa tecnologia	28,2	25,0	26,7	27,9
Produtos não industriais	22,3	40,8	39,3	35,7

Fonte: MDIC/Secex

A redução da participação dos produtos industriais na pauta de exportações brasileiras no período 2006-2011 refletiu recuos em todas as categorias de intensidades tecnológicas, notadamente média-alta tecnologia, influenciada pelo desempenho negativo do setor automotivo. No período 2011-2014, caracterizado por relativa estabilidade da participação das vendas externas de produtos industriais, houve continuidade da perda de importância da indústria de média-alta tecnologia, influenciada, novamente, pelo comportamento das exportações do setor automotivo, e expansão da participação das exportações das demais categorias de indústrias. Em 2015, a representatividade das exportações de produtos industriais cresceu 3,6 p.p., para 64,3%, evolução decorrente de aumentos das participações de todas as categorias de intensidade tecnológica, em especial de baixa tecnologia, 1,2 p.p., notadamente celulose, e de média-alta tecnologia, 1,0 p.p., com destaque para as vendas de automóveis de passageiros (Tabela 2)².

Ressalte-se que a participação dos produtos industriais nas exportações brasileiras nos cinco primeiros meses de 2016 atingiu 64,7%, aumentando 1,6 p.p. em relação ao mesmo intervalo de 2015. Destacaram-se as elevações das representatividades nas vendas das categorias de alta tecnologia (0,7 p.p.) e de média-alta tecnologia (0,6 p.p.), com destaque para os desempenhos dos segmentos aeronáutico e automotivo, respectivamente.

Gráfico 1 – Representatividade das exportações de produtos industriais nas regiões geográficas



Fonte: MDIC/Secex

A análise regional indica que a recuperação da representatividade das exportações industriais foi sustentada pelos respectivos desempenhos no Sudeste e no Norte, regiões em que a participação das vendas de produtos manufaturados recuou mais intensamente no período 2006-2011 (Gráfico 1).

O Sudeste foi responsável, em média por 53,6% das exportações de produtos industriais no período 2006-2015. A representatividade desses itens nas vendas externas da própria região, após recuar de 76,1%, em 2006, para 57,2%, em 2011, passou a registrar trajetória ascendente, com destaque para o aumento de 6,0 p.p., para 65,6%, observado em 2015

2/ Destaque-se que a evolução do valor exportado dos principais produtos responsáveis pelo ganho de importância das exportações industriais em 2015 repercutiu aumentos do volume embarcado e recuos dos preços: aviões (20,4% e -2,3%), automóveis de passageiros (8,6% e -3,0%), celulose (8,5% e -2,7%).

Tabela 3 – Exportações por Grau de Intensidade Tecnológica – Região Sudeste

	Participação nas exportações totais da região (%)	
	2014	2015
Indústria de Transformação	59,6	65,7
Alta tecnologia	5,2	6,1
Média-alta tecnologia	18,2	20,0
Média-baixa tecnologia	18,8	21,0
Baixa tecnologia	17,4	18,5
Produtos não industriais	40,4	34,3

Fonte: MDIC/Secex

(Gráfico 1). Esse movimento refletiu, em especial, os crescimentos das participações das exportações de produtos de média-baixa tecnologia (2,2 p.p.), particularmente produtos metálicos, e de média-alta tecnologia (1,8 p.p.), com destaque para automóveis de passageiros. Adicionalmente, contribuíram os aumentos nas categorias de bens de baixa tecnologia (1,1 p.p.), com destaque para a celulose, e de alta tecnologia (0,9 p.p.), com ênfase em aviões (Tabela 3).

Vale destacar que o aumento de 1,6 p.p. registrado na representatividade das exportações de produtos industriais nos cinco primeiros meses de 2016, em relação ao mesmo intervalo de 2015, repercutiu, fundamentalmente, o aumento de 7,9 p.p. registrado no Sudeste, única região onde ocorreram crescimentos das exportações e de sua participação na pauta exportadora. Esse desempenho foi condicionado, em especial, pelas elevações respectivas de 2,5 p.p. e de 2,3 p.p. nas participações das exportações das categorias de bens de média-alta e baixa tecnologias, com destaque, na ordem, para as relativas a automóveis de passageiros e a açúcar de cana em bruto.

Tabela 4 – Exportações por Grau de Intensidade Tecnológica – Região Norte

	Participação nas exportações totais da região (%)	
	2014	2015
Indústria de Transformação	31,9	38,9
Alta tecnologia	0,5	0,5
Média-alta tecnologia	10,1	13,6
Média-baixa tecnologia	9,2	9,0
Baixa tecnologia	12,1	15,8
Produtos não industriais	68,1	61,1

Fonte: MDIC/Secex

A participação dos produtos industriais na pauta exportadora do Norte, após recuar 35,6 p.p., para 26,8%, de 2006 a 2011, registrou recuperação parcial nos quatro anos seguintes, situando-se em 38,9% em 2015, quando apresentou elevação anual de 7,0 p.p. (Gráfico 1). Essa expansão foi determinada, sobretudo, pelos aumentos das participações de produtos de baixa tecnologia (3,7 p.p.), destacadamente carnes desossadas de bovino congeladas, e de média-alta tecnologia (3,5 p.p.), principalmente alumina calcinada (Tabela 4).

A representatividade dos produtos industriais nas pautas de exportações das demais regiões apresentou trajetória declinante de 2006 a 2015. Houve recuos de 15,1 p.p., para 75,7%, no Sul, resultado de retrações nas participações das exportações de todas as categorias de intensidade tecnológica, em especial na de bens de média-alta tecnologia; de 12,0 p.p., para 73,9%, no Nordeste; e de 7,6 p.p., para 43,4%, no Centro-Oeste (Gráfico 1). Ressalte-se que, em 2015, a maior redução na representatividade das exportações industriais ocorreu no Nordeste (3,3 p.p.), com destaque para o recuo de 4,0 p.p. no âmbito da indústria de bens de média-baixa tecnologia (Tabela 5).

Tabela 5 – Exportações por Grau de Intensidade Tecnológica – Demais Regiões Geográficas

	Participação nas exportações totais da região (%)					
	Nordeste		Centro-Oeste		Sul	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Indústria de Transformação	77,2	73,9	44,3	43,4	76,7	75,7
Alta tecnologia	0,1	0,1	0,1	0,2	0,8	0,7
Média-alta tecnologia	22,6	22,5	0,6	0,6	21,5	20,6
Média-baixa tecnologia	22,3	18,3	3,8	3,7	5,6	5,8
Baixa tecnologia	32,1	33,0	39,9	39,0	48,9	48,6
Produtos não industriais	22,8	26,1	55,7	56,6	23,3	24,3

Fonte: MDIC/Secex

Em linhas gerais, a participação dos produtos industriais na pauta de exportações brasileiras recuou de 2006 a 2011, manteve-se relativamente estável até 2014 e, em ambiente de depreciação do real e retração da demanda interna, registrou recuperação em 2015 e nos cinco primeiros meses de 2016. A análise por categorias de intensidade tecnológica evidencia que essa retomada repercutiu, em especial, o desempenho das exportações de bens de média-alta tecnologia e de alta tecnologia, com destaque para as contribuições dos setores automotivo e aeronáutico.

Em âmbito regional, a recuperação da representatividade das exportações dos produtos industriais repercutiu os desempenhos do Sudeste e do Norte, regiões em que a participação das vendas de produtos industriais havia recuado mais intensamente no período 2006-2011. Destacaram-se as exportações da categoria de bens de média-baixa e média-alta tecnologias, na primeira região, e as de baixa e média-alta tecnologias, na segunda. Nos cinco primeiros meses de 2016, apenas o Sudeste registrou aumentos da participação e do valor das exportações de bens industriais, com destaque para as indústrias de média-alta tecnologia, sugerindo perspectivas positivas para as exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Ilan Goldfajn

Diretor de Política Econômica

Carlos Viana de Carvalho

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Recife

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém
Chefe de Equipe: Priscila Furtado dos Santos

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Maria Juliana Zeilmann Fabris

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro
Chefe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Cepa	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
Depec	Departamento Econômico
Deral	Departamento de Economia Rural
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-RS	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIEMT	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GNL	Gás Natural Liquefeito
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Índice de Condições Atuais
ICC	Índice de Confiança do Consumidor

ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icec	Índice de Confiança do Empresário da Construção
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICIT	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDI	Índice de Desempenho Industrial
IE	Índice de Expectativas
IFZ	Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	Pontos percentuais
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PET	Politereftalato de etileno
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPM	Produção da Pecuária Municipal
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RMV	Região Metropolitana de Vitória
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Sefaz-RJ	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná

STN	Secretaria do Tesouro Nacional
USP	Universidade de São Paulo
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VPA	Valor da produção agrícola
VTI	Valor da Transformação Industrial

